



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA

PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Secção III. Informação de apoio



Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera

Parte IV – Informação complementar

Secção III. Informação de apoio

Câmara Municipal de Castanheira de Pera

Data:

21 de maio de 2014

EQUIPA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PERA	
Direção do projeto	
Bernardina Macedo (Dr. ^a)	Licenciatura em Direito
Coordenação	
Gabriela Silva (Eng. ^a)	Licenciatura em Eng. Florestal
Equipa técnica	
Gabriela Silva (Eng. ^a)	Licenciatura em Eng. Florestal
Paula Teixeira (Dr. ^a)	Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano
Rui Silva (Eng. ^o)	Licenciatura em Eng. Civil
Fernando Rui (Eng. ^o)	Licenciatura em Eng. Civil
Frederico Correia	Técnico de Nível III em Topografia

FLORECHA, S.A.	
Direção do projeto	
António Sousa de Macedo	Lic. Eng. Florestal
Gestor do projeto	
Fernando Malha	Lic. Eng. Geográfica
Equipa técnica	
Andrea Igreja	Lic. Eng. da Gestão e Ordenamento Rural
Sónia Figo	Lic. Eng. dos Recursos Florestais

ÍNDICE

Índice	i
Índice de Tabelas	iii
Índice de Figuras	vi
Índice de Modelos.....	vi
Acrónimos	vii
Secção III.....	ix
1. Inventário de meios e recursos	1
2. Lista de Contactos	18
3. Modelos de relatórios e requisições.....	26
4. Modelos de comunicados	56
5. Lista de controlo de atualizações do Plano	103
6. Lista de registo de exercícios do Plano	105
7. Lista de distribuição do Plano	124
8. Legislação.....	127
8.1 Legislação estruturante	127
8.1.1 Lei de segurança interna.....	127
8.1.2 Conta de emergência.....	128
8.1.3 Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal	128
8.1.4 Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro	130
8.1.5 Lei de bases da proteção civil	132
8.2 Legislação técnico-operacional	133
8.3 Legislação concorrente.....	133
8.4 Legislação aplicável à autarquia	134
8.4.1 Concessão de auxílios financeiros por calamidade	134
8.4.2 Lei das finanças locais	135
8.5 Legislação aplicável aos agentes de proteção civil.....	135
8.6 Legislação aplicável a organismos e entidades de apoio	137
8.7 Legislação relacionada com a prevenção de riscos de origem natural, tecnológica ou mista	138
8.7.1 Cheias e inundações	139
8.7.2 Secas	139
8.7.3 Incêndios urbanos	141
8.7.4 Acidentes industriais.....	142
8.7.5 Rutura de barragens	144

8.7.6	Transporte de mercadorias perigosas	146
8.7.7	Defesa da floresta contra incêndios	149
8.8	Legislação complementar.....	150
9.	Bibliografia.....	152
10.	Glossário	157
10.1	Lista de acrónimos.....	157
11.	Anexos	162
11.1	Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos naturais.....	163
11.2	Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos tecnológicos.....	182
11.3	Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos mistos	196
11.4	Ações de reabilitação	199
11.5	Triagem de feridos.....	207
11.6	Comunicações	211
11.7	Faseamento do Sistema de Gestão de Operações	212

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela IV.III.1. Jardins-de-Infância	1
Tabela IV.III.2. Creches	1
Tabela IV.III.3. Atividades de tempos livres (ATL)	1
Tabela IV.III.4. Escolas do ensino básico	1
Tabela IV.III.5. Lares de repouso e centros de dia	2
Tabela IV.III.6. Hospital de referência e hospitais alternativos	2
Tabela IV.III.7. Centro de saúde	3
Tabela IV.III.8. Médicos de outras especialidades	3
Tabela IV.III.9. Farmácias	3
Tabela IV.III.10. Infraestruturas desportivas	3
Tabela IV.III.11. Empreendimentos turísticos	5
Tabela IV.III.12. Supermercados e minimercados	6
Tabela IV.III.13. Empresas de distribuição de águas	6
Tabela IV.III.14. Empresas de <i>catering</i>	7
Tabela IV.III.15. Empresas de construção civil	7
Tabela IV.III.16. Empresas de combustíveis e lubrificantes	8
Tabela IV.III.17. Oficinas de reparação automóvel e de venda de peças	8
Tabela IV.III.18. Empresas fornecedoras de guindastes e gruas	8
Tabela IV.III.19. Agências funerárias	9
Tabela IV.III.20. Viaturas de transporte de mercadorias da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia	9
Tabela IV.III.21. Viaturas de transporte de passageiros da Câmara Municipal	10
Tabela IV.III.22. Empresas de transporte de mercadorias	10
Tabela IV.III.23. Organismos ou entidades de apoio com veículos de transporte de passageiros	11
Tabela IV.III.24. Maquinaria da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia	12
Tabela IV.III.25. Empresas com maquinaria	12
Tabela IV.III.26. Meios humanos e materiais do Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera	14
Tabela IV.III.27. Viaturas, equipamento hidráulico de supressão e ferramentas de sapadores do Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera	15
Tabela IV.III.28. Viaturas, equipamento hidráulico de supressão e ferramentas de sapadores da Equipa de Sapadores Florestais dos Baldios de Castanheira de Pera e Coentral	16
Tabela IV.III.29. Meios materiais complementares do Corpo de Bombeiros de Castanheira de Pera	17
Tabela IV.III.30. Meios humanos e materiais da GNR	17

Tabela IV.III.31. Contactos da Comissão Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera	18
Tabela IV.III.32. Contactos das Juntas de Freguesia.....	19
Tabela IV.III.33. Contactos de serviços da Câmara Municipal de Castanheira de Pera.....	20
Tabela IV.III.34. Contactos dos meios de comunicação	20
Tabela IV.III.35. Contactos de instituições de solidariedade social.....	21
Tabela IV.III.36. Contactos das Câmaras Municipais vizinhas	21
Tabela IV.III.37. Contactos de outros agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio	22
Tabela IV.III.38. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de um sismo62	
Tabela IV.III.39. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de cheias e inundações.....	66
Tabela IV.III.40. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de movimentos de massa em vertentes.....	69
Tabela IV.III.41. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de ventos fortes, tornados e ciclones violentos	70
Tabela IV.III.42. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de secas	74
Tabela IV.III.43. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de ondas de calor	76
Tabela IV.III.44. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de vagas de frio ...	78
Tabela IV.III.45. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de nevões	80
Tabela IV.III.46. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de incêndios florestais	83
Tabela IV.III.47. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de incêndios urbanos	85
Tabela IV.III.48. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de colapso/ estragos avultados em edifícios	90
Tabela IV.III.49. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de acidentes industriais	91
Tabela IV.III.50. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de acidentes viários	97
Tabela IV.III.51. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de acidentes com transporte de mercadorias perigosas	99
Tabela IV.III.52. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de colapso de edifícios de utilização coletiva	101
Tabela IV.III.53. Controlo de atualizações do Plano Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera	104
Tabela IV.III.54. Exercícios, respetivos equipamentos e entidades a envolver.....	109
Tabela IV.III.55. Exercícios, respetivos cenários e objetivos	115
Tabela IV.III.56. Registo de exercícios do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera	120

Tabela IV.III.57. Acompanhamento das ações previstas no cenário (ficha de controlo)	121
Tabela IV.III.58. Formulário de avaliação do exercício	122
Tabela IV.III.59. Distribuição do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera	124
Tabela IV.III.60. Características de perigo das mercadorias perigosas, por classe	146
Tabela IV.III.61. Sismos, cheias e inundações e secas	163
Tabela IV.III.62. Ciclones violentos e tornados, movimentos de massa em vertentes, onda de calor ou vaga de frio e nevões	171
Tabela IV.III.63. Incêndios urbanos, acidentes industriais e colapso de edifícios, pontes e viadutos	182
Tabela IV.III.64. Acidentes viários e aéreos, transporte de mercadorias perigosas e colapso de edifícios de utilização coletiva	188
Tabela IV.III.65. Incêndios florestais	196
Tabela IV.III.66. Ações de reabilitação a desenvolver e entidades envolvidas	199
Tabela IV.III.67. Acondicionamento e recuperação do património cultural e arquivístico afetado	205
Tabela IV.III.68. Frequências REPC para o distrito de Leiria (banda alta VHF)	211
Tabela IV.III.69. Frequências ROB para o distrito de Leiria	211
Tabela IV.III.70. Matriz de referência da evolução do Sistema de Gestão de Operações	212

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura IV.III.1. Legislação específica de diferentes áreas relacionadas com a prevenção de riscos 138

Figura IV.III.2. Método START de triagem de vítimas..... 210

ÍNDICE DE MODELOS

Modelo 1. Relatório de Situação 27

Modelo 2. Relatório Final 38

Modelo 3. Requisição de Meios e Bens 50

Modelo 4. Registo de Deslocados 52

Modelo 5. Comunicado de Medidas de Prevenção, Autoproteção e Aviso 58

Modelo 6. Comunicado de Ponto de situação e evolução de ocorrências..... 59

Modelo 7. Comunicado de declaração da situação de alerta de âmbito municipal 60

ACRÓNIMOS

ANPC - Autoridade Nacional de Protecção Civil

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

BVCP – Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera

CCOD - Centro de Coordenação Operacional Distrital

CMCP – Câmara Municipal de Castanheira de Pera

CMPC - Comissão Municipal de Protecção Civil

CNOS - Comando Nacional de Operações de Socorro

CNPC - Comissão Nacional de Protecção Civil

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

DGS – Direção-Geral de Saúde

DL – Desalojado

DP - Desaparecido

EV – Evacuado

FA – Forças Armadas

FG – Ferido grave

FL – Ferido ligeiro

GDH – Grupo Data Hora

GNR – Guarda Nacional Republicana

GPC - Gabinete de Protecção Civil

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil

INAG – Instituto da Água

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

INMLCF – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

ISS – Instituto de Segurança Social

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

NOP – Norma Operacional Permanente

PCO – Posto de Comando Operacional

PCTEA – Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PMEPCCP - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera

POAAP - Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas

POM – Plano Operacional Municipal

REPC - Rede Estratégica de Proteção Civil

ROB - Rede Operacional dos Bombeiros

SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil

VCOC – Veículo de Comando e Comunicações

VCOT – Veículo de Comando Operacional e Tático

VPCC – Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações

Parte I – Enquadramento geral do plano

Parte II – Organização da resposta

Parte III – Áreas de intervenção

Parte IV - Informação complementar

Secção I

Secção II

Secção III

1. INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS

Neste Ponto apresenta-se a lista dos principais meios e recursos (públicos e privados) existentes e mobilizáveis no concelho de Castanheira de Pera, incluindo listas detalhadas e atualizadas de peritos individuais nas matérias apropriadas, listas de equipamento especial e localização de estabelecimentos diversos que possam dar apoio às operações durante a emergência.

Tabela IV.III.1. Jardins-de-Infância

JARDINS-DE-INFÂNCIA NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Jardim de Infância	Praça da Notabilidade 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 098 125

Tabela IV.III.2. Creches

CRECHES NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Creche Paroquial "Os Ouricinhos"	Avenida Adrião Reis 3280-012 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 265

Tabela IV.III.3. Atividades de tempos livres (ATL)

ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (ATL) NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Centro Paroquial	Avenida Adrião Reis 3280-012 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 265

Tabela IV.III.4. Escolas do ensino básico

ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
EB 1	Praça da Notabilidade 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 098 125
EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto	Avenida 25 de abril 3280-011 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 008

Tabela IV.III.5. Lares de repouso e centros de dia

LARES DE REPOUSO E CENTROS DE DIA NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
LARES DE REPOUSO		
Lar de S. José	Praça Visconde 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 265
Lar de S. Domingos	Av. S. Domingos 3280-013 Castanheira de pera	Tel.: 236 438 193
CENTROS DE DIA		
Lar de S. José	Praça Visconde 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 265
Centro de Dia do Coentral	Rua da Igreja 3280 Coentral Grande	Tlm.: 968 032 664 (D. Elisa)

Tabela IV.III.6. Hospital de referência e hospitais alternativos

HOSPITAL DE REFERÊNCIA E HOSPITAIS ALTERNATIVOS PARA O CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA				
CONCELHO	NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS	N.º DE CAMAS
HOSPITAL DE REFERÊNCIA				
COIMBRA	Centro Hospitalar de Coimbra	Quinta dos Vales 3041-801 S. Martinho do Bispo Coimbra	Tel.: 239 800 100 Fax: 239 442 820 correio@chc.min-saude.pt	
HOSPITAL ALTERNATIVOS				
COIMBRA	Hospitais da Universidade de Coimbra (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE)	Praceta Prof. Mota Pinto 3000-075 COIMBRA	Tel.: 239 400 400 Fax: 239 823 097 casec@huc.min-saude.pt	

Tabela IV.III.7. Centro de saúde

CENTRO DE SAÚDE E EXTENSÕES DE SAÚDE NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS	N.º DE CAMAS
Centro de Saúde de Castanheira de Pera	Av. Verdes, 3280-007 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 333 / 236 438 875 secret@cscpera.min-saude.pt	2

Tabela IV.III.8. Médicos de outras especialidades

MÉDICOS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME	RESIDÊNCIA	CONTACTOS
MÉDICOS DE OUTRAS ESPECIALIDADES		
Clinica Médica Dentária Dr. Ernesto Marreca David	Rua Dr., Eduardo Correia 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 350

Tabela IV.III.9. Farmácias

FARMÁCIAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Farmácia Dinis Carvalho	Av. S. Domingos 3280-013 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 313

Tabela IV.III.10. Infraestruturas desportivas

INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS	LOTAÇÃO
ESTÁDIOS			
Estádio Retorta	Retorta 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 280	200
RECINTOS DESPORTIVOS			
Ringue Castanheira de Pera	Rua dos Bombeiros Voluntários 3280-035 Castanheira de Pera		
Ringue - União Sapateirense	Sapateira 3280 Castanheira de Pera		
Ringue - Pera	Pera 3280 Castanheira de Pera		

INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS	LOTAÇÃO
Ringue - Notabilidade	Notabilidade 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 424	
PAVILHÕES			
Pavilhão Gimnodesportivo	Retorta 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 280	120
Pavilhão Gimnodesportivo EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto	Avenida 25 de abril 3280-011 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 008	25
OUTRAS INFRA-ESTUTURAS			
2 Court Ténis - Notabilidade	Notabilidade 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 424	

Tabela IV.III.11. Empreendimentos turísticos

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA							
NOME	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS	N.º CAMAS	N.º QUARTOS	N.º APART.	CAPACIDADE	CATEGORIA
Villa Praia (bungalows) – Praia das Rocas	Praia das Rocas/Parque Azul, 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 104 Tlm.: 917 213 414	24	12	12	4 por cada Quarto	Alojamento Local
Hotel Lagar do Lago	3280-102 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 120 Fax: 236 430 121 Tlm.: 914 065 408	6 Casal 31 Individuais	21 Quartos duplos	0	42	Hotel 3 Estrelas
Casa Ribeira de Pera - Turismo Rural	Avenidas Verdes nº4 3280-007 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 430 Fax: 236 438 060 Tlm.: 917 771 624		5 Duplos	0	10	Turismo Rural
Quinta dos Esconhais	Quinta dos Esconhais 3280-102 Castanheira de Pera	Tlm: 967 810 156 / 918 041 937	2 camas; 1 cama	1 quarto 5 quartos	0	11	Alojamento Local
Casa de Hóspedes D. Delfina	Rua Dr. Eduardo Correia nº12 3280-037 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 496 Tlm.: 963 829 877	4	4	2	7 / 5	Alojamento Local
Villa Praia (veleiros) – Praia das Rocas	Praia das Rocas/Parque Azul 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 104 Tlm.: 917 213 414		4	4		Alojamento Local
Turismo Rural	Camelo 3280-200 Coentral	Tel.: 236 438 217	13	9	3	26	Turismo Rural

Tabela IV.III.12. Supermercados e minimercados

SUPERMERCADOS E MINIMERCADOS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
NOME/DESIGNAÇÃO	TIPO	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Docemel	Supermercado	Rua João Bebianco 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 933
Avenida	Minimercado	Av. S. Domingos 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 297
Castanheirense	Minimercado	Praça Visconde 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 381
Expresso	Minimercado	Rua João Bebianco 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 346
Mirita e Carvalho	Minimercado	Rua Silva Bernardes 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 581
O Lugar	Minimercado	Praça Visconde 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 642
Páscoa	Minimercado	Sapateira 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 354
Pífaro	Minimercado	Bolo 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 291

Tabela IV.III.13. Empresas de distribuição de águas

EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA				
CONCELHO	NOME/DESIGNAÇÃO	TIPO	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
CASTELO BRANCO	Águas do Centro	Fornecimento em alta	Largo Dr. José Lopes Dias, Ap. 152 6000-462 Castelo Branco	Tel.: 272 348 700 Fax: 272 348 701
CASTANHEIRA DE PERA	Município de Castanheira de Pera	Fornecimento em baixa	Praça Visconde de Castanheira de Pera Ap. 39 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 280 Fax: 236 432 307

Tabela IV.III.14. Empresas de catering

EMPRESAS DE CATERING NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
NOME/DESIGNAÇÃO	TIPO	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Albergaria Lagar do Lago	Catering/Restaurante	3280-102 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 120 Fax: 236 430 121 Tlm.: 914 065 408
Café Restaurante Praia das Rocas	Restaurante	3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 187
Snack-Bar O Gil	Restaurante	Rua João Bebiano nº 44-A 3280-041 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 496 Tlm.: 96 38 29 877/8
Restaurante Casmel	Restaurante	Rua Silva Bernardes 44 3280-044 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 225
Albino Rosário Coelho – Churrasqueira	Restaurante	Av. S. Domingos 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 417
Churrasqueira Castanheirense	Restaurante	Alto Carvalhal 3280-022 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 257 Tlm.: 914 065 408
Europa	Restaurante	Moredos 3280-106 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 943 Tlm.: 93 86 41 520
Poço Corga	Restaurante	Praia Fluvial Poço Corga 3280-113 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 187

Tabela IV.III.15. Empresas de construção civil

EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
NOME DA EMPRESA	CUSTO DO ALUGUER (POR TIPO DE MÁQUINA)	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Abílio Vidal	40 €/hora + IVA	Ramal da Moita 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 966 162 220
Ilídio José Santos, Lda.	Não aluga	Vilar 3280-113 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 605 Tlm.: 919 554 349
João Simões Nunes	35 €/hora + IVA (Máq. Pequena)	Coentral das Barreiras 3280 Coentral	Tlm.: 964 624 693
Jorge Silva	45 €/hora + IVA	Carregal Fundeiro 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 919 949 237

EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
NOME DA EMPRESA	CUSTO DO ALUGUER (POR TIPO DE MÁQUINA)	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Vergílio Simões Nunes	45 €/hora + IVA	Sapateira 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 966 602 336

Tabela IV.III.16. Empresas de combustíveis e lubrificantes

EMPRESAS DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Bombas Light	Rua Silva Bernardes 3280 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 887 Tlm: 917 771 629

Tabela IV.III.17. Oficinas de reparação automóvel e de venda de peças

OFICINAS DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL E DE VENDA DE PEÇAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Fernando Henriques	Rua 5 de outubro 3280 Castanheira de Pera	Tlm: 962 952 862
João Lourenço Pneus	Rua João Bebiano 3280-041 Castanheira de Pera	Tlm.: 969 520 732

Tabela IV.III.18. Empresas fornecedoras de guindastes e gruas

EMPRESAS FORNECEDORAS DE GUINDASTES E GRUAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Carlos Simões	Urbanização das Piscinas lote 44 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 962 709 120
CAPERSOM	Moita 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 961 952 033
SOM IDEAL	Troviscal 3280 - Castanheira de Pera	Tlm: 917 330 944

Tabela IV.III.19. Agências funerárias

AGÊNCIAS FUNERÁRIAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA		
NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Agência Funerária Castanheirense	Rua 4 de julho 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 963 365 426
Agência Funerária Odete & Alves Lda.	Carregal Fundeiro 3280-114 Castanheira de Pera	Telefone: 236 434 824

Tabela IV.III.20. Viaturas de transporte de mercadorias da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia

VIATURAS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS DA CÂMARA MUNICIPAL E DA JUNTA DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA				
TIPO DE VEÍCULO	CAPACIDADE DE CARGA/ N.º DE LUGARES	MATRÍCULA	SERVIÇO DA CMCP/ JUNTA DE FREGUESIA	CONTACTOS
VIATURAS LIGEIRAS				
Mercadorias	3500 kg / 5	97-AU-43	Câmara Municipal	Tel.: 236 430 280 Tlm.: 919 646 487
Mercadorias	3500 kg / 5	97-AU-39		
Carrinha cabine dupla	3500 kg / 5	63-24-EZ		
Mercadorias	2510 kg / 5	RX-88-65		
Mercadorias	3500 kg / 5	70-43-QO	Junta de Freguesia da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral	Tel.: 236 434 306
Mercadorias	3500 kg / 5			
VIATURAS PESADAS				
Camiões de carga	10 Ton	QA-09-75	Câmara Municipal	Tel.: 236 430 280
Camiões de carga	18 Ton	13-10-OS		Tlm.: 919 646 487

Tabela IV.III.21. Viaturas de transporte de passageiros da Câmara Municipal

VIATURAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
TIPO DE VEÍCULO	N.º DE LUGARES	MATRÍCULA	CONTACTOS
VIATURAS LIGEIRAS			
Carrinha	9 lugares	70-39-JQ	Tel.: 236 430 280 Tlm.: 919 646 487
Carrinha	9 lugares	07-84-PV	Tel.: 236 430 280 Tlm.: 919 646 487
VIATURAS PESADAS			
Autocarro de Passageiros	52 lugares	39-32-LD	Tel.: 236 430 280 Tlm.: 919 646 487
Autocarro de Passageiros	29 lugares	23-32-FO	Tel.: 236 430 280 Tlm.: 919 646 487

Tabela IV.III.22. Empresas de transporte de mercadorias

EMPRESAS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA				
NOME DA EMPRESA	QUANT.	CAPACIDADE DE CARGA	MORADA	CONTACTOS
VIATURAS PESADAS				
Abílio Vidal	1	7 Ton	Ramal da Moita 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 966 162 220
CAPERSOM	1	12 Ton	Moita	Tlm.: 961 952 033
	1	5 Ton	3280 Castanheira de Pera	
Carlos Simões	1	24 Ton	Urbanização das Piscinas lote 44 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 962 709 120
João Simões Nunes	1	5600 pb	Coentral das Barreiras 3280 Coentral	Tlm.: 964 624 693
Serração Progresso Castanheirense	1	24 Ton c/ grua	Carregal Fundeiro 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 917 266 919 / 919 434 267
	1	24 Ton s/ grua		
SOM IDEAL	2	11 ton	Troviscal 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 917 330 944
	1	14 Ton		

EMPRESAS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA				
NOME DA EMPRESA	QUANT.	CAPACIDADE DE CARGA	MORADA	CONTACTOS
	3	19 ton		
SOM IDEAL	1	17,5 Ton	Troviscal 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 917 330 944
	1	7,5 ton		
Vergílio Simões Nunes	1	5600 pb	Sapateira 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 966 602 336
	1	18 Ton		

Tabela IV.III.23. Organismos ou entidades de apoio com veículos de transporte de passageiros

ORGANISMOS OU ENTIDADES DE APOIO COM VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA				
ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO	N.º DE LUGARES	QUANT.	MORADA	CONTACTOS
VIATURAS LIGEIRAS				
CERCICAPER	9 lugares	3	Dordio - Variante do Troviscal ap. 38 3280-050 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 227
	5 lugares	3		
Santa Casa da Misericórdia	9 lugares	2	Praça Visconde de Castanheira de Pera ap. 39 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 265 Tlm.: 969 661 171
Centro Paroquial	9 lugares	1	Avenida Adrião Reis 3280-012 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 265
VIATURAS PESADAS				
CERCICAPER	13 lugares	1	Dordio - Variante do Troviscal, ap. 38 3280-050 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 227

Tabela IV.III.24. Maquinaria da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia

MAQUINARIA DA CÂMARA MUNICIPAL E DA JUNTA DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA					
SERVIÇO DA CMCP/ JUNTA DE FREGUESIA	TIPO DE MÁQUINA/ EQUIPAMENTO	CARATERÍSTICAS	MATRÍCULA	NOME DO RESPONSÁVEL	CONTACTOS
CÂMARA MUNICIPAL	Pá carregadora 924	pá de 2,30 m 4x4	-	Presidente	Tel.: 236 430 280 Fax: 236 432 307
	Auto Tanque	16.000 litros 4x2	13-10-OS		
	Retroescavadora	2 baldes de 40 e 60 cm e 1 pá de 2,20 m 4x4	90-NR-65		
	Equipamento de Desobstrução e Limpeza de Estradas (Frese)	4x4	-		
	Niveladora	4x4	-		
	Trator Agrícola	3,5 Ton 4x4	VE-22-87		
	Trator Agrícola	8,7 Ton 4x4	GR-08-71		
JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL	Dumper (2)	4x4	-	Presidente	Tel.: 236 434 306

Tabela IV.III.25. Empresas com maquinaria

EMPRESAS COM MAQUINARIA NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA				
NOME DA EMPRESA	TIPO DE MÁQUINA	CARATERÍSTICAS	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Vergílio Simões Nunes	Retroescavadora	2 baldes de 60 e 1cm e 1 pá de 2,40 m	Sapateira 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 966 602 336
João Simões Nunes	Retroescavadora	2 baldes de 40 e 60 cm e 1 pá de 2,40 m	Coentral das Barreiras 3280 Coentral	Tlm.: 964 624 693
Jorge Silva	Retroescavadora	2 baldes de 40 e 60 cm e 1 pá de 2,40 m	Carregal Fundeiro 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 919 949 237

EMPRESAS COM MAQUINARIA NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA				
NOME DA EMPRESA	TIPO DE MÁQUINA	CARATERÍSTICAS	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Abílio Vidal	Retroescavadora	2 baldes de 60 e 1cm e 1 pá de 2,40 m	Ramal da Moita 3280 castanheira de Pera	Tlm.: 966 162 220
Serração Progresso Castanheirense	3 tratores c/ guincho	4x4	Carregal Fundeiro 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 917 266 919 / 919 434 267
	1 trator rechega	4x4		
	2 máquinas de rasto para lavrar	4x4		
	1 máquina de rasto c/ balde	4x4		
	3 maquinas rechega	4x4		
Carlos Simões	1 Trator pesado	120cv	Urbanização das Piscinas lote 44 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 962 709 120
Amaro	Trator Agrícola	4x4	Ameal 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 965 440 453
Fernando Simões	Trator Agrícola	30 cv	Ameal 3280 Castanheira de Pera	Tlm.: 969 094 678
Tercentro (Vitor Managil)	4 Máquinas de rasto para lavrar	4x4	S. Mateus 3270-148 Pedrogão Grande	Tel.: 236 486 126 Tlm.: 933 015 300

Tabela IV.III.26. Meios humanos e materiais do Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera

MEIOS HUMANOS E MATERIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA						
RECURSOS HUMANOS (n.º)	VIATURAS					OBSERVAÇÕES
	TIPOLOGIA	N.º	4x2	4x4	CONDUTORES DA VIATURA	
VEÍCULOS DE APOIO						
5	ECIN	1		x		1 de junho a 30 de junho
10	ECIN	2		x		1 de julho a 30 de setembro
2	ELAC	1				1 de julho a 30 de setembro
5	VCOT	2				
5	VSAT	1				
2	VLCI	1				
VEÍCULOS DE SAÚDE						
3	ABSC	3	X			
2	ABTD	3	X			

ABSC – Ambulância de Socorro; **ABTD** – Ambulância de Transporte de Doentes; **VCOT** – Veículo de Comando Tático; **VLCI** – Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios; **VSAT** – Veículo de Socorro e Assistência Tático

Tabela IV.III.27. Viaturas, equipamento hidráulico de supressão e ferramentas de sapadores do Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera

VIATURAS, EQUIPAMENTO HIDRÁULICO DE SUPRESSÃO E FERRAMENTAS DE SAPADORES DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA														
RECURSOS HUMANOS (n.º)	VIATURAS				EQUIPAMENTO HIDRÁULICO DE SUPRESSÃO			FERRAMENTA DE SAPADOR (N.º)						
	TIPOLOGIA	N.º	4x2	4x4	CAPACIDADE DE ÁGUA (l)	POTÊNCIA (HP)	COMPRIMENTO TOTAL DE MANGUEIRAS (m)	FOIÇÃO	ANCINHO	ANCINHO/ ENXADA (MCLEOD)	PÁ	ENXADA	ABAFADOR	BOMBA DORSAL
2	Auto Tanque VLCI02	1		X	600									
2	VFCI10	1		X	2.500									
5	VFCI07	1		X	3.000									
6	VFCI04	1		X	4.200									
5	VFCI01	1		X	3.000									
5	VFCI09	1		X	4.000									
2	VTGC01	1		X	35.000									
2	VTTU02	1		X	14.000									

Tabela IV.III.28. Viaturas, equipamento hidráulico de supressão e ferramentas de sapadores da Equipa de Sapadores Florestais dos Baldios de Castanheira de Pera e Coentral

VIATURAS, EQUIPAMENTO HIDRÁULICO DE SUPRESSÃO E FERRAMENTAS DE SAPADORES DA EQUIPA DE SAPADORES FLORESTAIS DOS BALDIOS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL														
RECURSOS HUMANOS (n.º)	VIATURAS				EQUIPAMENTO HIDRÁULICO DE SUPRESSÃO			FERRAMENTA DE SAPADOR (N.º)						
	TIPOLOGIA	N.º	4x2	4x4	CAPACIDADE DE ÁGUA (l)	POTÊNCIA (HP)	COMPRIMENTO TOTAL DE MANGUEIRAS (m)	FOIÇÃO	ANCINHO	ANCINHO/ ENXADA (MCLEOD)	PÁ	ENXADA	ABAFADOR	BOMBA DORSAL
10	Carrinha Pick-Up	2		X	600	25000	100	X	X	X	X	X	X	

VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios; **VLCI** – Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios; **VTGC** - Veículo Tanque de Grande Capacidade; **VTTU** – Veículo Tanque Tático Urbano.

Tabela IV.III.29. Meios materiais complementares do Corpo de Bombeiros de Castanheira de Pera

MEIOS MATERIAIS COMPLEMENTARES DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA		
DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
4x4	1	GIPS
4x4	1	SEPNA/NPA

Tabela IV.III.30. Meios humanos e materiais da GNR

MEIOS MATERIAIS E HUMANOS DA GNR DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA					
POSTO TERRITORIAL	RECURSOS HUMANOS (n.º)	VIATURA/ MOTO		OUTRO MATERIAL/ EQUIPAMENTO	
		TIPOLOGIA	N.º	DESCRIÇÃO	N.º
CASTANHEIRA DE PERA	16				

2. LISTA DE CONTACTOS

Neste Ponto apresenta-se a lista dos contactos das entidades que fazem parte da Comissão Municipal de Proteção Civil assim como de outros agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio ao PMEPCCP, nomeadamente, equipas de especialistas em operações de socorro e salvamento.

Tabela IV.III.31. Contactos da Comissão Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA				
ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE	CARGO NA ENTIDADE	MORADA	CONTACTOS
CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PERA	Fernando José Pires Lopes	Presidente	Praça Visconde de Castanheira de Pera 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 280 Tlm.: 919646487 Fax: 236 432 307 fernando.lopes@cm-castanheiradepera.pt/ camara@cm-castanheiradepera.pt
GABINETE TÉCNICO FLORESTAL	Gabriela Silva	Técnica Florestal	Praça Visconde de Castanheira de Pera 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 430 280 Tlm.: 913 807 281 Fax: 237 432 307 gtf@cm-castanheiradepera.pt gtf.castanheiradepera@gmail.com
JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL	José Lourenço	Presidente	Rua Silva Bernardes, n.º 2 3280-044 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 306 Fax: 236 434 322
GNR	Comandante Henriques Faria		Rua de Ansião 3100-474 Pombal	Tel.: 236 212 011 Tlm.: 961 192 057 ct.lra.dpbl@gnr.pt/faria.hfo@gnr.pt
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTANHEIRA DE PERA	António Alves	Diretor	Avenida 25 de abril 3280-011 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 008 Tlm.: 919 418 651 Fax: 236 432 330 secbissayabarreto@gmail.com

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA				
ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE	CARGO NA ENTIDADE	MORADA	CONTACTOS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA	José Domingues Correia	Comandante	Rua dos Bombeiros Voluntários 3280-035 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 555 Tlm.: 962 853 713 Fax: 236 432 310 comandobvcp@gmail.com bvcastpera@gmail.com
CENTRO DE SAÚDE DE CASTANHEIRA DE PERA	Paulo Antunes	Coordenador	Avenidas Verdes 3280-007 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 333/ 236 438 875 Fax: 236 432 188 csecret@cscpera.min-saude.pt
	Natália Veloso	Delegada de Saúde		
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA	Emanuel Carlos de Almeida Joaquim	Provedor	Praça Visconde de Castanheira de Pera 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 265 Tlm.: 963 403 885 Tlm.: 967 254 156 santacasacastpera@iol.pt
CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL	Maria do Céu Mendes	Diretora	Largo da República, n.º 3 2410-160 Leiria	Tel.: 244 890 700 Fax: 244 890 701 cdssleiria@seg-social.pt

Tabela IV.III.32. Contactos das Juntas de Freguesia

JUNTA DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
JUNTA DE FREGUESIA	NOME DO PRESIDENTE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL	José Lourenço	Rua Silva Bernardes nº 2 3280-044 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 306 Fax: 236 434 322

Tabela IV.III.33. Contactos de serviços da Câmara Municipal de Castanheira de Pera

SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PERA			
SERVIÇO	RESPONSÁVEL	CARGO	CONTACTOS
Secção Administrativa	Vítor Silva	Coordenador Técnico	Tel.: 236 430 280 Fax: 236 432 307
Secção de Recursos Humanos	Domitila Nunes	Coordenador Técnico	
Secção de Intervenção Socioeducativa e Cultural	Elisabete Rodrigues	Coordenador Técnico	
Secção Financeira	Fernando Bebianio	Coordenador Técnico	
Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património	Élia Prata	Coordenador Técnico	
Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas	Carlos Lameiras	Coordenador Técnico	
Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo	Dr.ª Paula Silva	Técnica Superior	
Setor de Projeto, Obras Públicas e Equipamentos Municipais	Eng. Fernando Silva	Técnico Superior	
Setor de Ambiente	Eng.ª Gabriela Silva	Técnica Superior	

Tabela IV.III.34. Contactos dos meios de comunicação

MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
CONCELHO	NOME/ DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
JORNAIS			
CASTANHEIRA DE PERA	Jornal <i>O Ribeira de Pera</i>	Av. S. Domingos 3280-013 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 243 Fax: 236 432 302 geral@oribeiradepera.pt
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	Jornal <i>A Comarca</i>	Rua António José de Almeida 41 3260-420 Figueiró dos Vinhos	Tel.: 236 551 473 Tlm.: 960 110 147
ESTAÇÕES DE RÁDIO			
CASTANHEIRA DE PERA	Rádio São Miguel	Av. S. Domingos 3280-013 Castanheira de Pera	Tel.: 236 432 243 Fax: 236 432 302

Tabela IV.III.35. Contactos de instituições de solidariedade social

INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
DESIGNAÇÃO	RESPONSÁVEL	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
CENTRO PAROQUIAL DE CASTANHEIRA DE PERA	Padre José Carvalho	Avenida Adrião Reis 3280-012 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 265 Tlm.: 933 855 367
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA	Dr.ª Clara Simões	Praça Visconde 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 265 Tlm.: 969 661 171
CPCI	Dr.ª Cláudia Tavares	Praça Visconde de Castanheira de Pera, ap. 39 3280-017 Castanheira de Pera	Tel.: 236 438 664
CERICAPER	Dr.ª Célia Chamorra	Dordio - Variante do Troviscal ap. 38 3280-050 Castanheira de Pera	Tel.: 236 434 227

Tabela IV.III.36. Contactos das Câmaras Municipais vizinhas

CÂMARAS MUNICIPAIS VIZINHAS DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA			
CÂMARA MUNICIPAL	NOME DO PRESIDENTE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	Jorge Manuel Fernandes de Abreu	Praça do Município 3260-408 Figueiró dos Vinhos	Tel.: 236 559 550 Fax: 236 552 596 presidencia@cm-figueirodosvinhos.pt gtflorestal@cm-figueirodosvinhos.pt
GÓIS	Maria de Lurdes Oliveira Castanheira	Praça da República 3330-310 Góis	Tel. 235 770 110 Fax. 235 770 114 correio@cm-gois.pt correio.gap@cm-gois.pt
LOUSÃ	Luís Miguel Correia Antunes	Rua Dr. João Santos 3200-953 Lousã	Tel.: 239 990 370 Tlm.: 912 217 813 966 618 391 936 518 710 Fax: 239 990 381 geral@cm-lousa.pt
PEDRÓGÃO GRANDE	Valdemar Gomes Fernandes Alves	Largo da Devesa 3271-909 Pedrógão Grande	Tel.: 236 480 150 Fax: 236 480 159 presidente@cm-pedrogaogrande.pt proteccao.civil@cm-pedrogaogrande.pt

Tabela IV.III.37. Contactos de outros agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio

OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO		
AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL/ ORGANISMO/ ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Agência Portuguesa do Ambiente (APA), I.P.	Serviços centrais: Rua da Murgueira, 9/9A Zambujal Ap. 7585 2611-865 Amadora	Tel.: 214 728 200 Fax: 214 719 074 geral@apambiente.pt
	Serviços descentralizados: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), I.P. – ARH Centro Edifício Fábrica dos Mirandas – Avenida Cidade Aeminium 3000-429 Coimbra	Tel.: 239 850 200 Fax: 239 850 250 arhc.geral@apambiente.pt
Águas do Centro, S.A.	Largo Dr. José Lopes Dias, Ap. 152 6000-462 Castelo Branco	Tel.: 272 348 700 Fax: 272 348 701
Associação Portuguesa de Amadores de Rádio para Investigação, Educação e Desenvolvimento (AMRAD)	Rua Sete de junho, n.º 7 – 9, Bloco A, R/C 2745-476 Barcarena – Oeiras	info@amrad.pt
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Mata Nacional do Choupal 3000-611 Coimbra	Tel.: 239 855 660 Fax: 239 855 699 dcnfc@icnf.pt
Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)	Av. do Forte em Carnaxide 2794 - 112 Carnaxide	Tel.: 214 247 100 Fax: 214 247 180 geral@prociv.pt
Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Leiria	Edifício do Governo Civil Largo Dr. Manuel de Arriaga N.º1 2400-177 Leiria	Tel.: 244 860 400 Fax 244 860 401 cdos.leiria@prociv.pt
Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro	Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000-069 Coimbra	Tel.: 239 400 100 Fax: 239 400 115 geral@ccdr.pt
EDP – Serviço Nacional	Praça Marquês de Pombal, 12 1250 – 162 Lisboa	Tel.: 808 501 000 (linha azul) Tel.: 210 01 25 00 Fax: 210 02 14 03
EP - Estradas de Portugal, SA Delegação Regional de Leiria	Av. 22 de maio, nº 65 2415-793 Leiria	Tel.: 244 820 670 Fax: 244 814 906

OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO		
AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL/ ORGANISMO/ ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Estado-maior-General das Forças Armadas	Direção de Serviços e Relações Públicas Ministério da Defesa Nacional Av. Ilha da Madeira,1 1400-204 Lisboa	Tel.: 213 038 520 Fax: 213 019 555 dscrp@defesa.pt
	Gabinete General CEMGFA - Adjunto de Relações Públicas do CEMGFA Endereço: Av. Ilha da Madeira, 1 1449-004 Lisboa	Tel.: 213 038 190 Tlm.: 966 226 463 Fax: 213 043 263 emgfa_rp@emgfa.pt
Força Aérea Portuguesa	Estado Maior da Força Aérea Avenida Leite de Vasconcelos 2614 – 506 Amadora	Tel.: 214 723 509 Fax: 214 723 508 Tlm.: 93 952 12 16 rp@emfa.pt (Chefe da Área de Inf. Pública - Major Paulo Mineiro)
GIPS	Posto da Guarda Nacional Republicana de Figueiró dos Vinhos Rua dos Bombeiros Voluntários 3260-419 Figueiró dos Vinhos	Tel.: 236 552 820 Tlm.: 961 380 007 / 961 380 104
GNR – Equipas Cinotécnicas da Unidade de Intervenção	Calçada da Ajuda, 231 1349 – 016 Lisboa	Tel.: 213 612 000 Fax: 213 612 044
Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)	Palácio Nacional da Ajuda 1349-021 Lisboa	Tel.: 213 614 200 Tlm.: 964 465 598/65 Fax: 213 637 047 dgpc@dgpc.pt
Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT)	Rua de O Século, nº 51 (Bairro Alto) 1200-433 Lisboa	Tel.: 213 215 500 Fax: 213 215 562 igamaot@igamaot.gov.pt
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA)	Rua C do Aeroporto 1749 – 077 Lisboa	Tel.: 218 447 000 Fax: 218 402 370
Instituto de Registos e Notariado – Ministério da Justiça	Av. D. João II, nº 1.8.01D, Edifício H Campus da Justiça Apartado 8295 1803-001 Lisboa	Tel.: 217 985 500 Fax: 217 817 693 dgrn@dgrn.mj.pt
Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC)	Rua B, Edifício 4 - Aeroporto da Portela 4 1749-034 Lisboa	Tel.: 212 842 226 Fax: 218 402 398 geral@inac.pt

OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO		
AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL/ ORGANISMO/ ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) Delegação Regional do Centro	Estrada das Eiras, 259, 2.º andar 3030-299 Coimbra	Tel.: 239 797 800 Fax: 239 797 825 inem.centro@inem.pt
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF), I.P. Delegação do Centro	Largo da Sé Nova 3000 – 213 Coimbra	Tel.: 239 854 220 Fax: 239 836 470 correio@dcinml.mj.pt
CIAV - Centro de Informação Antivenenos	Instituto Nacional de Emergência Médica Rua Almirante Barroso, 36 1000-013 Lisboa	Tel.: 808 250 143 Tel. (Secretariado): 213 303 271 Fax: 213 303 275 ciav.tox@inem.pt
Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)	Avenida do Brasil, 101 1700 – 066 Lisboa	Tel.: 218 443 000 Fax: 218 443 011
Linha Nacional de Emergência Social	Nacional	Tel.: 144
Linha Saúde Pública	Nacional	Tel.: 808 211 311
Ministério Público Procuradoria-Geral da República	Rua da Escola Politécnica, 140 1269-269 Lisboa	Tel.: 213 921 900 Fax: 213 975 255
Número Nacional de Socorro	Nacional	Tel.: 112
Polícia Judiciária - Departamento de Investigação Criminal de Leiria	Quinta dos Maristas - Pousos, Apart. 5022 2401-916 Leiria	Tel.: 244 845 200 Fax: 244 811 059 dic.leiria@pj.pt
Portugal Telecom Comunicações	Rua Andrade Corvo, 6, 1050-009 Lisboa	Tel.: 215 001 000 Fax: 213 129 761 casa.telecom.pt Serviço de Apoio a Clientes: 16 200 mail16200@telecom.pt Participação de Avarias (Residencial): 16 208 Participação de Avarias (Empresas): 808 20 50 20
REN – Redes Energéticas Nacionais	Avenida dos Estados Unidos da América, 55 1749-061 Lisboa	Tel.: 210 013 500 Fax: 210 013 310

OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO		
AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL/ ORGANISMO/ ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MORADA	CONTACTOS
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) Delegação Regional de Leiria	Rua Dr. Manuel de Arriaga, 1 (antigo Governo Civil) 2400-177 Leiria	Tel.: 244 845 480 del.leiria@sef.pt
NOS	Edifício Campo Grande Rua Ator António Silva, nº 9 - Campo Grande 1600-404 Lisboa - Portugal	Tel.: 217 824 700
MEO	Av. Álvaro Pais, 2 1600 - 007 Lisboa	Tel.: 217 914 400 Fax: 217 914 500
Vodafone Portugal	Av. D. João II, Lote 1.04.01, Parque das Nações 1998 – 017 Lisboa	Vodafone Direto: 16911. Linha de apoio Técnico: 1214 1214@vodafone.com Suporte Técnico Duplex ADSL: 16913

3. MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES

Os relatórios têm por objetivo permitir aos órgãos de condução e coordenação operacional avaliar a situação e a sua evolução em caso de acidente grave ou catástrofe, dando-lhes assim capacidade de intervenção para o mais rapidamente possível se controlar a situação e minimizar os seus efeitos. Trata-se de documentos onde se regista informação (danos, infraestruturas atingidas, meios necessários, feridos ou vítimas mortais) sobre a ocorrência (acidente grave ou catástrofe) verificada no concelho, ou a sua evolução após intervenção dos agentes da proteção civil. Dessa forma, e mediante o decorrer da situação, é possível, após a análise dos relatórios, difundir para os agentes que se encontram no terreno instruções que permitam controlar a situação o mais rapidamente possível. Neste âmbito existem quatro tipos de relatórios:

1. **Relatório Imediato de Situação** - tem origem nos agentes ou meios locais de intervenção e/ou no Serviço Municipal de Proteção Civil e destina-se aos órgãos ou comandos de coordenação operacional dos escalões superiores respetivos. Estes devem ser transmitidos, numa fase inicial da ocorrência, por uma via de comunicação rápida, atendendo às circunstâncias, sendo por esse motivo normalmente transmitido verbalmente.
2. **Relatório de Situação Geral** - pode ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou do Sistema de Proteção Civil e destina-se aos escalões imediatamente superiores. Este pode ser periódico, com horário previamente estabelecido, ou solicitado pelas entidades com competência para tal, sendo por esse motivo transmitido por escrito. Em condições excecionais poderá ser transmitido verbalmente, exigindo, contudo, que seja passado a escrito a curto prazo.
3. **Relatório de Situação Especial** - é solicitado pelo Presidente da CMCP a qualquer agente de Proteção Civil, de forma ao esclarecimento de determinados pontos específicos ou setoriais da situação. Este tipo de relatório, à semelhança do relatório de Situação Geral, deve ser elaborado durante a evolução da ocorrência, embora não exija a sua passagem a escrito.
4. **Relatório Final** - estes devem ser elaborados pelo Presidente da CMCP, após a desativação do plano, e devem conter uma descrição da situação de emergência e das principais ações efetuadas, e referir quais os aspetos a melhorar na próxima ocorrência do género.

Nas tabelas seguintes apresentam-se os modelos de Relatório de Situação (Modelo 1) e de Relatório Final (Modelo 2). Para além destes modelos, definiram-se também o modelo de requisição a utilizar no caso de ser necessário requisitar artigos de apoio à população e forças de intervenção (Modelo 3), assim como, o modelo para registo dos deslocados que derem entrada nos centros de acolhimento temporário organizados pela CMCP (Modelo 4).

Modelo 1. Relatório de Situação



RELATÓRIO DE SITUAÇÃO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
VISTO			DESPACHO		
<p>O Presidente da Câmara Municipal</p> <p>_____</p> <p>____/____/____</p>					
1. TIPO DE RELATÓRIO					
Relatório Imediato de Situação <input type="checkbox"/>		Relatório de Situação Geral <input type="checkbox"/>		Relatório de Situação Especial <input type="checkbox"/>	
2. LOCALIZAÇÃO					
DISTRITO	LEIRIA		FREGUESIA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL	
CONCELHO	CASTANHEIRA DE PERA		LOCALIDADE/ LUGAR		
3. OCORRÊNCIA					
TIPO/ NATUREZA DA OCORRÊNCIA					
COORDENADAS	WGS84	N	°	'	"
		W	°	'	"
		UTM 29N	N		
			W		
DATA	INÍCIO			INÍCIO	
	FIM			FIM	
				HORA	
				FIM	
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
3. OCORRÊNCIA		
BREVE DESCRIÇÃO DO LOCAL		
4. CONDIÇÕES DE OCORRÊNCIA		
ALERTA		CAUSAS PROVÁVEIS
HORA		
FONTE		
PROPAGAÇÃO DA OCORRÊNCIA (breve descrição)		
CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS (breve descrição)		
RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

5. MEIOS INTERVENIENTES NAS OPERAÇÕES DE SOCORRO E SALVAMENTO

ENTIDADE	N.º	N.º DE HOMENS	N.º DE VEÍCULOS	N.º DE MEIOS/ HORA					
				1.ª h	2.ª h	4.ª h	8.ª h	10.ª h h
Câmara Municipal									
Junta de Freguesia									
Corpo de Bombeiros									
GNR									
INEM									
Cruz Vermelha Portuguesa									
Forças Armadas									
ICNF									
Outra:.....									
Outra:.....									
TOTAL									

6. MEIOS INTERVENIENTES NAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA				
ENTIDADE	N.º	N.º DE HOMENS	N.º DE VEÍCULOS	OBSERVAÇÕES
Câmara Municipal				
Juntas de Freguesia				
Corpo de Bombeiros				
GNR				
INEM				
Cruz Vermelha Portuguesa				
Forças Armadas				
ICNF				
Outra:.....				
Outra:.....				
TOTAL				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO
7. POSTO DE COMANDO OPERACIONAL/ COMANDANTE DE OPERAÇÕES DE SOCORRO			
LOCALIZAÇÃO DO PCO			
APOIO TÉCNICO NO PCO	ENTIDADE	NOME	
COMANDANTE DE OPERAÇÕES DE SOCORRO	FUNÇÃO/ NOME	GDH	

8. DANOS EM PESSOAS						
ENTIDADE	FL	FG	MT	EV	DL	DP
Câmara Municipal						
Juntas de Freguesia						
Corpo de Bombeiros						
GNR						
INEM						
Cruz Vermelha Portuguesa						
Forças Armadas						
ICNF						
Outra:.....						
Outra:.....						
TOTAL						
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO			
8. DANOS EM PESSOAS							
POPULAÇÃO		FL	FG	MT	EV	DL	DP
FEMININO	D						
	C						
	J						
	A						
	I						
MASCULINO	D						
	C						
	J						
	A						
	I						
TOTAL							
OBSERVAÇÕES							
<div style="border: 1px solid black; height: 40px; width: 100%;"></div>							

FL – Ferido ligeiro; FG – Ferido grave; MT – Morto; EV – Evacuado; DL – Desalojado; DP – Desaparecido;
D – Deficiente; C – Criança; J – Jovem; A – Adulto; I – Idoso

9. DANOS EM ANIMAIS			
ESPÉCIE	MORTO	FERIDO	OBSERVAÇÕES
TOTAL			
RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
10. DANOS EM EDIFÍCIOS						
TIPO	DESTRUÍDOS	CAUSAS	DANOS LIGEIOS	CAUSAS	DANOS GRAVES	CAUSAS
Habitações particulares						
Câmara Municipal						
SMPC						
Património Histórico						
Serviços do Estado						
Indústria						
Comércio						
Hotéis						
Centros de Saúde						
Escolas						
Outros:.....						
Outros:.....						
Outros:.....						
Outros:.....						
Outros:.....						
TOTAL						

11. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO				
TIPO DE VIA	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
IP/ IC				
Estrada Nacional				
Estrada Municipal				
Rede viária florestal				
Viadutos				
Outra:.....				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

12. DANOS EM VEÍCULOS

TIPO DE VEÍCULO	DESTRUÍDOS	DANIFICADOS	OBSERVAÇÕES
Pesado de mercadorias			
Pesado de passageiros			
Ligeiro de mercadorias			
Ligeiro de passageiros			
Maquinaria			
Motociclos			
Outros:.....			
Outros:.....			
Outros:.....			
Outros:.....			
TOTAL			

13. DANOS EM INFRA-ESTRUTURAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO				
TIPO DE REDE	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Rede de água				
Rede de saneamento				
Rede elétrica				
Rede de gás				
Rede de distribuição de combustíveis				
Outra:.....				
Outra:.....				
Outra:.....				
TOTAL				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO
14. DANOS EM INFRA-ESTRUTURAS DA REDE DE COMUNICAÇÕES				
TIPO DE REDE	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço de telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada da GNR				
Radiocomunicação privada do INEM				
Radiocomunicação privada das Forças Armadas				
Radiocomunicação privada da CMPC				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outra:.....				
TOTAL				
15. DANOS AMBIENTAIS				
TIPO DE ÁREA AFETADA	ÁREA TOTAL (ha)	OBSERVAÇÕES		
Zona hídrica				
Espaços florestais				
Fauna				
Flora				
Outros:				
TOTAL				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
16. DISPONIBILIDADE DE TRANSPORTES					
TIPO DE TRANSPORTE	DISPONIBILIDADE		OBSERVAÇÕES		
	SIM	NÃO			
Centrais de camionagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
17. DISPONIBILIDADE DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO					
TIPO DE REDE	DISPONIBILIDADE		OBSERVAÇÕES		
	SIM	NÃO			
Rede de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Rede de saneamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Rede elétrica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Rede de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Rede de distribuição de combustíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
18. DISPONIBILIDADE DE COMUNICAÇÕES					
TIPO DE REDE	DISPONIBILIDADE		OBSERVAÇÕES		
	SIM	NÃO			
Rede telefónica fixa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Rede móvel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
REPC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
ROB	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Radiocomunicação privada da GNR, CMPC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Radiocomunicação privada do INEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Radiocomunicação privada das Forças Armadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Radioamadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
SIRESP	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO
19. NECESSIDADE DE SOCORRO/ ASSISTÊNCIA REQUERIDA				
TIPO DE SOCORRO/ ASSISTÊNCIA	NECESSIDADE		DESCRIÇÃO (o quê e a quem solicitar)	
	SIM	NÃO		
Assistência médica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Evacuação médica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Hospitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Centros de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Postos de socorro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Postos de triagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Alimentação/ água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Abrigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Alojamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Vestuário e agasalhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Meios de transporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Combustíveis e lubrificantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Equipamentos ou viaturas especiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Material de telecomunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Material sanitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Manutenção e/ou reparação de equipamentos ou viaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Apoio psicológico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Apoio social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
20. COMENTÁRIOS FINAIS		
<p>Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.</p>		

21. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	
LOCAL	ENTIDADE
HORA E DATA	RESPONSÁVEL
	(Assinatura)
RESERVADO	RESERVADO

Modelo 2. Relatório Final**RELATÓRIO FINAL**

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
VISTO			DESPACHO		
<p>O Presidente da Câmara Municipal</p> <p>_____</p> <p>____/____/____</p>					
1. LOCALIZAÇÃO					
DISTRITO	LEIRIA		FREGUESIA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL	
CONCELHO	CASTANHEIRA DE PERA		LOCALIDADE/ LUGAR		
2. OCORRÊNCIA					
TIPO/ NATUREZA DA OCORRÊNCIA					
COORDENADAS		WGS84	N	°	'
			W	°	'
			UTM 29N	N	
				W	
DATA	INÍCIO			INÍCIO	
	FIM			FIM	
BREVE DESCRIÇÃO DO LOCAL					
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO
3. CONDIÇÕES DE OCORRÊNCIA			
ALERTA	HORA		
	FONTE		
PROPAGAÇÃO DA OCORRÊNCIA (breve descrição)			
CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS (breve descrição)			
CAUSA		OBSERVAÇÕES	
SISMO	<input type="checkbox"/>		
CHEIAS E INUNDAÇÕES	<input type="checkbox"/>		
MOVIMENTOS DE MASSA	<input type="checkbox"/>		
VENTO FORTE, TORNADO E CICLONE	<input type="checkbox"/>		
VAGA DE FRIO/ NEVÃO	<input type="checkbox"/>		
INCÊNDIO FLORESTAL	<input type="checkbox"/>		
INCÊNDIO URBANO	<input type="checkbox"/>		
COLAPSO/ ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS	<input type="checkbox"/>		
ACIDENTE INDUSTRIAL	<input type="checkbox"/>		
ACIDENTE EM INFRAESTRUTURA HIDRÁULICA	<input type="checkbox"/>		
ACIDENTE VIÁRIO	<input type="checkbox"/>		
ACIDENTE AÉREO	<input type="checkbox"/>		
CONCENTRAÇÕES HUMANAS	<input type="checkbox"/>		
CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	<input type="checkbox"/>		
RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

4. MEIOS INTERVENIENTES NAS OPERAÇÕES DE SOCORRO E SALVAMENTO

ENTIDADE	N.º	N.º DE HOMENS	N.º DE VEÍCULOS	N.º DE MEIOS/ HORA					
				1.ª h	2.ª h	4.ª h	8.ª h	10.ª h h
Câmara Municipal									
Junta de Freguesia									
Corpos de Bombeiros									
GNR									
INEM									
Cruz Vermelha Portuguesa									
Forças Armadas									
ICNF									
Outra:									
TOTAL									

5. MEIOS INTERVENIENTES NAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA				
ENTIDADE	N.º	N.º DE HOMENS	N.º DE VEÍCULOS	OBSERVAÇÕES
Câmara Municipal				
Junta de Freguesia				
Corpo de Bombeiros				
GNR				
INEM				
Cruz Vermelha Portuguesa				
Forças Armadas				
ICNF				
Outra:				
TOTAL				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
6. EFICIÊNCIA DOS MEIOS DE RESPOSTA						
ENTIDADE	EFICIÊNCIA					OBSERVAÇÕES
	Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	
Câmara Municipal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Juntas de Freguesia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Corpo de Bombeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
GNR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
INEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Cruz Vermelha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Forças Armadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
ICNF	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outra:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outra:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
7. POSTO DE COMANDO OPERACIONAL/ COMANDANTE DE OPERAÇÕES DE SOCORRO						
LOCALIZAÇÃO DO PCO						
APOIO TÉCNICO NO PCO	ENTIDADE		NOME			
COMANDANTE DE OPERAÇÕES DE SOCORRO	FUNÇÃO/ NOME		GDH			
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		
8. DANOS EM PESSOAS						
ENTIDADE	FL	FG	MT	EV	DL	DP
Câmara Municipal						
Junta de Freguesia						
Corpo de Bombeiros						
GNR						
INEM						
Cruz Vermelha Portuguesa						
Forças Armadas						
ICNF						
Outra:						
TOTAL						

POPULAÇÃO		FL	FG	MT	EV	DL	DP
FEMININO	D						
	C						
	J						
	A						
	I						
MASCULINO	D						
	C						
	J						
	A						
	I						
TOTAL							
OBSERVAÇÕES							

FL – Ferido ligeiro; **FG** – Ferido grave; **MT** – Morto; **EV** – Evacuado; **DL** – Desalojado; **DP** – Desaparecido;
D – Deficiente; **C** – Criança; **J** – Jovem; **A** – Adulto; **I** – Idoso

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
-----------	--	-----------	--	-----------	--	-----------	--

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
9. DANOS EM ANIMAIS					
ESPÉCIE	MORTO	FERIDO	OBSERVAÇÕES		
TOTAL					

10. DANOS EM EDIFÍCIOS						
TIPO	DESTRUÍDOS	CAUSAS	DANOS LIGEIOS	CAUSAS	DANOS GRAVES	CAUSAS
Habitacões particulares						
Câmara Municipal						
SMPC						
Património Histórico						
Serviços do Estado						
Indústria						
Comércio						
Hotéis						
Militares						
Centros de Saúde						
Escolas						
Outros:.....						
TOTAL						
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO		

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO
11. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO				
TIPO DE VIA	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
IP/ IC				
Estrada Nacional				
Estrada Municipal				
Rede viária florestal				
Viadutos				
12. DANOS EM VEÍCULOS				
TIPO DE VEÍCULO	DESTRUÍDOS	DANIFICADOS	OBSERVAÇÕES	
Pesado de mercadorias				
Pesado de passageiros				
Ligeiro de mercadorias				
Ligeiro de passageiros				
Motociclos				
Outro:.....				
Outro:.....				
TOTAL				
13. DANOS EM INFRA-ESTRUTURAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO				
TIPO DE REDE	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Rede de água				
Rede de saneamento				
Rede elétrica				
Rede de gás				
Rede de distribuição de combustíveis				
Outro:.....				
Outro:.....				
Outro:.....				
TOTAL				
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO
14. DANOS EM INFRA-ESTRUTURAS DA REDE DE COMUNICAÇÕES				
TIPO DE REDE	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	INTERROMPIDAS	OBSERVAÇÕES
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço de telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada da GNR				
Radiocomunicação privada do INEM				
Radiocomunicação privada das Forças Armadas				
Radiocomunicação privada da CMPC				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outro:.....				
TOTAL				

15. DANOS AMBIENTAIS		
TIPO DE ÁREA AFETADA	ÁREA TOTAL (ha)	OBSERVAÇÕES
Zona hídrica		
Espaços florestais		
Fauna		
Flora		
Outro:		
TOTAL		
RESERVADO		RESERVADO

RESERVADO			RESERVADO		RESERVADO	
16. ASSISTÊNCIA FORNECIDA À POPULAÇÃO						
TIPO DE ASSISTÊNCIA	FORNECIDA		QUANT.	REQUERIDO POR	FORNECIDO POR	OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO				
Assistência médica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Evacuação médica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Hospitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Centros de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Postos de socorro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Postos de triagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Alimentação/ água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Abrigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Alojamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Vestuário e agasalhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Meios de transporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Combustíveis e lubrificantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Equipamentos ou viaturas especiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Material de telecomunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Material sanitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Manutenção e/ou reparação de equipamentos ou viaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Apoio psicológico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Apoio social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
RESERVADO			RESERVADO		RESERVADO	

47

RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO
18. APRECIÇÃO GLOBAL DAS OPERAÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	PONTOS FORTES		
Comunicações			
Articulação entre os agentes de proteção civil			
Logística de apoio			
Integração dos grupos de reforço			
Outros:			
Outros:			
DESCRIÇÃO	PONTOS FRACOS E/OU CONSTRANGIMENTOS		
Comunicações			
Articulação entre os agentes de proteção civil			
Logística de apoio			
Integração dos grupos de reforço			
Outros:			
Outros:			
DESCRIÇÃO	SUGESTÕES PARA ALTERAR EVENTUAIS PONTOS FRACOS E/OU CONSTRANGIMENTOS		
Comunicações			
Articulação entre os agentes de proteção civil			
Logística de apoio			
Integração dos grupos de reforço			
Outros:			
Outros:			
RESERVADO		RESERVADO	RESERVADO

RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO
19. AÇÕES DE REABILITAÇÃO		
REALIZADAS (breve descrição)		
PREVISTAS (breve descrição)		
20. ESTIMATIVA DE CUSTOS		
DANO	Custo (€)	
TOTAL		
21. COMENTÁRIOS FINAIS		
<p>Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.</p>		
22. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO		
HORA E DATA	COORDENADOR DO SMPC	
	(Assinatura)	
RESERVADO	RESERVADO	RESERVADO

Modelo 3. Requisição de Meios e Bens



REQUISIÇÃO DE MEIOS E BENS

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
VISTO da ENTIDADE			DESPACHO		
<div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>					
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE REQUISITANTE					
NOME DO RESPONSÁVEL PELA REQUISIÇÃO					
ENTIDADE A QUE PERTENCE					
DATA		HORA			
2. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA/ ENTIDADE REQUISITADA					
EMPRESA/ENTIDADE					
MORADA					
PESSOA A CONTATAR		TLM.			
TELEFONE		FAX			
CORREIO ELETRÓNICO					
RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	

RESERVADO			
3. PRODUTO A REQUISITAR			
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	FINALIDADE
4. EQUIPAMENTO A REQUISITAR			
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	FINALIDADE
5. SERVIÇO A REQUISITAR			
ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE	FINALIDADE
6. RESPONSÁVEL PELA REQUISIÇÃO			
HORA E DATA	RESPONSÁVEL		
	(Assinatura)		
RESERVADO			

Modelo 4. Registo de Deslocados**REGISTO DE DESLOCADOS**

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
VISTO DA ENTIDADE			DESPACHO		
<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 200px; margin: 0 auto; margin-bottom: 10px;"></div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; width: 100%;"> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 20px;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 20px;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 20px;"></div> </div>					

1. PESSOA INDIVIDUAL/ RESPONSÁVEL DO AGREGADO FAMILIAR					
NOME COMPLETO					F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>
IDADE		NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	
PROFISSÃO				N.º BILHETE DE IDENTIDADE	
MORADA					
CÓDIGO POSTAL				CONTATO	

2. AGREGADO FAMILIAR (caso se aplique)			
NOME COMPLETO	IDADE	SEXO	PARENTESCO
		F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>	
		F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>	
		F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>	
		F <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/>	

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
-----------	--	-----------	--	-----------	--

RESERVADO		RESERVADO		RESERVADO	
3. RENDIMENTO FAMILIAR					
< 500 € <input type="checkbox"/>	500 a 1000 € <input type="checkbox"/>	1000 a 1500 € <input type="checkbox"/>	> 1500 € <input type="checkbox"/>		
Indicar o escalão que corresponde ao seu rendimento ou ao do seu agregado familiar					

4. DANOS SOFRIDOS	
DESCRIÇÃO	

5. BENS MATERIAIS RECEBIDOS		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
Alimentos (n.º de pessoas)		
Alojamento ou abrigo temporário		
Transporte para o alojamento		
Agasalhos		
Almofadas		
Cobertores		
Colchões		
Fronhas		
Lençóis		
Produtos de higiene		
Outros:		
RESERVADO RESERVADO RESERVADO		

RESERVADO		
6. BENS MATERIAIS SOLICITADOS		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES

7. BENS MATERIAIS DEVOLVIDOS				
DESCRIÇÃO	DEVOLVIDOS		QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
	SIM	NÃO		
Alimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Alojamento ou abrigo temporário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Transporte para o alojamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Agasalhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Almofadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Cobertores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Colchões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Fronhas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Lençóis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Produtos de higiene	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Outros:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

8. RECLAMAÇÕES OU SUGESTÕES**9. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Para os devidos efeitos, declaro que as informações que constam desta ficha, por mim preenchida, são verdadeiras e que entreguei os artigos acima mencionados no campo 7:

_____, _____ de _____ de _____

(Assinatura)

10. ZONA DE CONCENTRAÇÃO LOCAL (ZCL)**11. ZONA DE ACOLHIMENTO (ZA)****12. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

HORA E DATA	RESPONSÁVEL
	(Assinatura)

RESERVADO

RESERVADO

RESERVADO

4. MODELOS DE COMUNICADOS

Uma vez que as atividades de proteção civil têm por fim último proteger a população, estas deverão ter sempre previstas ações de disponibilização de informação aos cidadãos, de forma a não só garantir que aqueles conheçam as necessárias medidas de autoproteção e de apoio às ações de emergência, como também assegurar o seu direito a conhecerem os riscos a que poderão estar sujeitos.

Por outro lado, a disponibilização de informação relativa às ações que estão a ser desencadeadas para responder à situação de emergência, e os respetivos resultados, são fundamentais para a perceção por parte da população dos esforços que as entidades competentes se encontram a desenvolver para garantirem a sua segurança, evitando-se, assim, possíveis reações de pânico. Neste sentido, a disponibilização de informação à população deverá ser efetuada antes e durante a ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe.

Uma vez que as populações apresentam diferentes níveis culturais e reações distintas às ações de divulgação e sensibilização, a informação a ser-lhes transmitida deverá ser clara e objetiva, de maneira a que se maximize a sensibilização às mensagens e se obtenha uma efetiva tomada de consciência dos riscos e das medidas a tomar por parte do maior número possível de pessoas.

O Gabinete de Proteção Civil (GPC), como já indicado na Parte II, é o responsável pela divulgação de avisos e medidas de autoproteção da população, bem como pela ligação com os órgãos de comunicação social, sendo fundamental a sua ativação quer em situações de emergência como de exercício. É, portanto, tarefa essencial do GPC centralizar, coordenar e preparar toda a informação a disponibilizar, tendo sempre presente a importância fundamental de transmitir apenas informações confirmadas, de forma a evitar-se a divulgação de dados contraditórios ou incorretos e combater, na medida do possível, a circulação de rumores.

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio preferencial na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios como o sítio da Internet da Câmara Municipal, folhetos, posters, placards, ações de sensibilização direcionadas a grupos específicos, como escolas por exemplo, entre outros (meios de informação e sensibilização a usar antes de situações de emergência).

No que respeita aos **comunicados**, estes deverão ser anunciados em tempo útil, e serem claros e concisos, tendo-se sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas. Da Tabela IV.III.38 à Tabela IV.III.52 apresenta-se o resumo da principal informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de situações de emergência associadas a fenómenos naturais ou à ação humana, podendo servir como base de apoio aos modelos de comunicados (Modelo 5 e Modelo 6).

No que se refere à **declaração de alerta de âmbito municipal** esta é competência do Presidente da Câmara Municipal, devendo o seu teor compreender o previsto nos artigos 14.º e 15.º da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º27/2006, de 3 de julho). Os critérios a ter por base na avaliação da necessidade de declaração de situação de alerta de âmbito municipal encontram-se indicados na Parte I do PMEPCCP.

Embora a legislação atualmente em vigor não especifique a obrigatoriedade de à ativação dos PMEPCCP estar associada a uma declaração prévia de situação de alerta de âmbito municipal, o facto é que tal constituirá uma boa prática, a qual será seguida no concelho. No Modelo 7 define-se a estrutura e o conteúdo que deverá compreender a declaração de alerta de âmbito municipal por parte do Presidente da CMCP, tendo em consideração a legislação atualmente em vigor.

Modelo 5. Comunicado de Medidas de Prevenção, Autoproteção e Aviso¹

**SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA
E PROTEÇÃO CIVIL**

Praça Visconde de Castanheira de Pera

3280-017 Castanheira de Pera

Tel.: 236 430 280

Fax.: 236 432 307



COMUNICADO N.º _____ - _____

(indicar o objetivo do comunicado)

DATA _____/_____/_____ Hora _____

Na sequência da informação atualizada e disponibilizada por _____
(indicar a entidade), prevê-se a ocorrência de _____ *(indicar o tipo de*
ocorrência), durante os dias _____ em _____
(indicar a área territorial/ espacial afetada).

Face a estas informações, prevêem-se os seguintes efeitos *(indicar os efeitos da ocorrência)*:

-
-

Assim, recomenda-se à população a tomada das necessárias medidas de autoproteção/ regras de evacuação,
nomeadamente *(indicar de acordo com o caso)*:

-
-

Solicita-se ainda especial atenção aos avisos e recomendações das autoridades competentes, mantendo-se atento
ao desenvolvimento da situação.

(Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera)

Previsão do próximo comunicado: DATA ____/____/____ - Hora _____

¹¹ De acordo com o tipo de risco, ver a Tabela respetiva referente à informação a disponibilizar à população.

Modelo 6. Comunicado de Ponto de situação e evolução de ocorrências**SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA
E PROTEÇÃO CIVIL**

Praça Visconde de Castanheira de Pera

3280-017 Castanheira de Pera

Tel.: 236 430 280

Fax.: 236 432 307

**COMUNICADO N.º _____****PONTO DE SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DA OCORRÊNCIA¹****DATA _____/_____/_____ Hora _____**

Informa-se que se verificou em _____ (*indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência*), _____ (*indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de acordo com o comunicado*), em _____ (*indicar o local da ocorrência*). Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios/dados atualizados, _____ (*indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais*). Foram destacados para o local/ Encontram-se no local _____ (*indicar os agentes de proteção civil intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados*). Todas as vítimas já foram evacuadas _____ (*caso se aplique, indicar o local de evacuação: hospital, centro de saúde, local de abrigo*). Prevê-se _____ (*indicar a previsão da evolução da situação*).

(Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera)

Previsão do próximo comunicado: DATA __/__/__ - Hora _____

¹ De acordo com o tipo de risco, ver a Tabela respetiva referente à informação a disponibilizar à população.

Modelo 7. Comunicado de declaração da situação de alerta de âmbito municipal

SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Praça Visconde de Castanheira de Pera

3280-017 Castanheira de Pera

Tel.: 236 430 280

Fax.: 236 432 307



DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL

1. Natureza do evento

Indicar a hora em que se verificou/prevê o acidente grave ou catástrofe e o seu tipo (sismo, ventos fortes, etc.)

2. Âmbito territorial e temporal

Indicar a área do concelho afetada sobre a qual incide a declaração de alerta e o período em que a situação de alerta se manterá em vigor

3. Alerta aos elementos da Comissão Municipal de Proteção Civil

Indicar que se procedeu, de acordo com o Artigo 15.º da Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, ao alerta dos elementos que compõem a CMPC solicitando a sua reunião extraordinária, de modo a articular as ações a serem desenvolvidas.

4. Estrutura de coordenação

A estrutura de coordenação em situação de alerta de âmbito municipal segue o previsto no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera, isto é, compreende estruturas de coordenação institucional e de comando operacional

Coordenação institucional

A definição das estratégias de intervenção a operacionalizar pelos agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio, bem como a garantia da sua articulação será assegurada através da CMPC, a qual recorrerá aos meios disponíveis e previstos no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.

Caso se considere oportuno deverá ainda indicar-se a periodicidade e local de reunião da CMPC

Comando das operações de socorro no(s) teatro(s) de operações

Em cada (Nos) teatro(s) de operações o comando operacional será assumido pelo(s) Comandante(s) das Operações de Socorro, o(s) qual(is) se articulará(ão) com a CMPC através dos mecanismos previstos no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.

5. Medidas preventivas a adotar/adotadas

Indicar os procedimentos/medidas que foram implementados pela CMPC, especificando, caso se entenda útil, as entidades responsáveis pelas mesmas

Avisos à população

Indicar ainda, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população (ter por base a informação associada aos modelos de comunicados)

Meios de divulgação dos avisos

Os avisos à população serão efetuados seguindo os procedimentos e meios previstos no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Caso se considere necessário, esta matéria poderá ser aprofundada/especificada

Castanheira de Pera, ____ de _____ de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera,

(nome)

Tabela IV.III.38. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de um sismo

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM SISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE SISMO	<p>Apesar da impossibilidade de antecipar a ocorrência de sismos, pode avisar-se a população para a possibilidade do surgimento de réplicas.</p> <p>No âmbito da proteção civil, a ocorrência de sismos deverá ser gerida a nível nacional, pelo que os avisos deverão ser divulgados tanto a nível nacional como a nível local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)
AVISOS DE EVACUAÇÃO	<p>Caso se pretenda evacuar uma grande extensão de território será útil recorrer a meios de divulgação rápida de modo a informar a população a deslocar para as medidas a tomar (locais para onde se devem dirigir e itinerários a utilizar).</p> <p>(ver Ponto 5, da Parte III, relativo a procedimentos de evacuação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)
Recomendações preventivas a fazer à população como medidas de autoproteção que devem ser adotadas ANTES DA OCORRÊNCIA DE UM SISMO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informe-se sobre as causas e efeitos possíveis de um sismo na sua zona; ▪ Prepare a sua casa de forma a facilitar os movimentos em caso de sismo, libertando os corredores e passagens, arrumando móveis e brinquedos, etc.; ▪ Elabore um plano de emergência para a sua família. Certifique-se que todos os seus familiares sabem o que fazer no caso de ocorrer um sismo. Combine previamente um local de reunião no caso dos membros da família se separarem durante o sismo; ▪ Tenha à mão uma lanterna elétrica, um rádio portátil e pilhas de reserva para ambos, bem como um extintor (verifique o prazo de validade) e um estojo de primeiros socorros; ▪ Localizar os locais mais seguros distribuindo os seus familiares por eles. Localizar os locais mais perigosos; ▪ Fixe as estantes, as botijas de gás, os vasos e floreiras às paredes da sua casa; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM SISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Recomendações preventivas a fazer à população como medidas de autoproteção que devem ser adotadas ANTES DA OCORRÊNCIA DE UM SISMO	<ul style="list-style-type: none"> Coloque os objetos pesados ou de grande volume no chão ou nas estantes mais baixas; Ensine a todos os familiares como desligar a eletricidade e cortar a água e gás; Armazene água em recipientes de plástico fechados e alimentos enlatados para 2 ou 3 dias. Renove-os de tempos a tempos; Tenha à mão medicamentos correntes mais necessários; Mantenha a sua vacinação e de toda a sua família em dia, nomeadamente a vacina do tétano. Consulte o seu centro de saúde para obter mais informações; Tenha à mão em local acessível números de telefone de serviços de emergência; Tenha à mão agasalhos e sapatos resistentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Jornais regionais Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil
Recomendações preventivas a fazer à população com medidas de autoproteção que devem ser adotadas DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM SISMO	<ul style="list-style-type: none"> Se estiver num dos andares superiores de um edifício não se precipite para as escadas. Abrigue-se no vão de uma porta interior, nos cantos das salas ou debaixo de uma mesa ou cama. Nunca utilize elevadores; Mantenha-se afastado de janelas, espelhos e chaminés. Tenha cuidado com a queda de candeeiros, móveis ou outros objetos; Se estiver no rés-do-chão de um edifício e a sua rua for suficientemente larga (por exemplo mais larga que a altura dos edifícios), saia de casa calmamente e caminhe para um local aberto, sempre pelo meio da rua; Se estiver na rua, dirija-se para um local aberto, com calma e serenidade. Não corra nem ande a vaguear pelas ruas; Enquanto durar o sismo não vá para casa; Mantenha-se afastado dos edifícios, sobretudo dos velhos, altos ou isolados, dos postes de eletricidade e outros objetos que lhe possam cair em cima; Afaste-se de taludes e muros que possam desabar; Nas fábricas mantenha-se afastado das máquinas, que podem tombar ou deslizar; Se estiver num local com grande concentração de pessoas, não se precipite para as saídas. As escadas e portas são pontos que facilmente se enchem de escombros e podem ficar obstruídos por pessoas tentando deixar o edifício; 	<ul style="list-style-type: none"> Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Jornais regionais Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM SISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Recomendações preventivas a fazer à população com medidas de autoproteção que devem ser adotadas DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM SISMO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fique dentro do edifício até o sismo cessar. Saia depois com calma tendo em atenção as paredes, chaminés, fios elétricos, candeeiros e outros objetos que possam cair; ▪ Se estiver a conduzir, pare a viatura longe de edifícios, muros, taludes, postos e cabos de alta tensão e permaneça dentro dela. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE UM SISMO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha a calma e conte com a ocorrência de possíveis réplicas; ▪ Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores; ▪ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás. Utilize lanternas a pilhas; ▪ Corte a água e o gás, e desligue a eletricidade; ▪ Calce sapatos e proteja a cabeça e a cara com um casaco, uma manta, um capacete ou um objeto resistente e prepare agasalhos se o tempo o aconselhar; ▪ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber. Se houver feridos graves, não os remova, a menos que corram perigo; ▪ Verifique se há incêndios. Tente apagá-los. Se não conseguir alerte os bombeiros; ▪ Ligue o rádio e cumpra as recomendações que forem difundidas; ▪ Limpe urgentemente os produtos inflamáveis que tenham sido derramados (álcool, tintas, etc.); ▪ Se puder, solte os animais domésticos. Eles tratarão de si próprios; ▪ Regresse a casa só quando as autoridades o aconselharem; ▪ Mantenha a calma e cumpra as instruções que a rádio difundir. Esteja preparado para outros abalos (réplicas) que costumam suceder-se ao sismo principal; ▪ Se encontrar feridos graves, chame as equipas de socorro para promover a sua evacuação; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM SISMO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE UM SISMO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evite passar por onde haja fios elétricos soltos e tocar em objetos metálicos em contato com eles; ▪ Coma alguma coisa. Sentir-se-á melhor e mais capaz de ajudar os outros; ▪ Não beba água de recipientes abertos sem antes a ter examinado e filtrado por coador, filtro ou simples pano lavado; ▪ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; ▪ Não utilize o telefone exceto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.); ▪ Não propague boatos ou notícias não confirmadas; ▪ Se a sua casa se encontrar muito danificada terá de a abandonar. Reúna os recipientes com água, alimentos e medicamentos vulgares e especiais (cardíacos, diabéticos, etc.); ▪ Não reocupe edifícios com grandes estragos, nem se aproxime de estruturas danificadas; ▪ Corresponda aos apelos que forem divulgados e não se desloque para as áreas a ser alvo de operações de socorro; ▪ Caso lhe seja solicitado, colabore com as equipas de socorro; ▪ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberte-as para as viaturas de socorro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil

Tabela IV.III.39. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de cheias e inundações

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES	Apesar de para algumas cheias provocadas por chuvas intensas e repentinas não haver tempo para emitir um aviso em tempo útil, para outras, é possível prever atempadamente através da observação dos níveis de água e das previsões meteorológicas e emitir avisos à população.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (caso a gravidade da situação o exija)
AVISOS DE EVACUAÇÃO	<p>Caso se pretenda evacuar uma grande extensão de território será útil recorrer a meios de divulgação rápida de modo a informar a população a deslocar para as medidas a tomar (locais para onde se devem dirigir e itinerários a utilizar).</p> <p>(Ver Ponto 5 da Parte III relativo a procedimentos de evacuação).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida)
Recomendações preventivas a fazer à população com medidas de autoproteção que devem ser adotadas ANTES DA OCORRÊNCIA DE CHEIAS	<p>Para além das recomendações básica a difundir face à iminência de uma cheia, deverão ser feitas as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Procure perceber se mora ou trabalha numa zona de risco e tente informar-se sobre o historial de cheias passadas; ▪ Se vive numa zona de risco, adquira o bom hábito de escutar os noticiários do IPMA do Outono à Primavera; ▪ Identifique pontos altos onde se possa refugiar e que estejam o mais perto possível de casa ou do emprego; ▪ Elabore uma pequena lista dos objetos importantes que deve levar consigo numa possível evacuação; ▪ Pondere a hipótese de fazer um seguro da sua casa e do recheio; ▪ Arranje um anteparo de madeira ou metal para a porta da rua; ▪ Tenha sempre em casa uma reserva para dois ou três dias de água potável e alimentos que não se estraguem; ▪ Mantenha a limpeza do seu quintal, principalmente no Outono devido à queda das folhas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA DE UMA CHEIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha-se atento aos noticiários da Meteorologia e às indicações da Proteção Civil transmitidas pela rádio e televisão; ▪ Conserve o sangue frio. Transmita calma à sua volta; ▪ Acondicione num saco de plástico os objetos pessoais mais importantes e os seus documentos; ▪ Coloque à mão o seu estojo de emergência; ▪ Transfira os alimentos e os objetos de valor para pontos mais altos da casa; ▪ Liberte os animais domésticos e proceda à evacuação do gado para locais seguros; ▪ Coloque um anteparo à entrada da casa. Retire do seu quintal objetos que possam ser arrastados pelas cheias; ▪ Prepare-se para desligar a água, o gás e a eletricidade, se for caso disso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UMA CHEIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha a serenidade. Procure dar apoio às crianças, aos idosos e aos deficientes; ▪ Continue atento aos conselhos da Proteção Civil; ▪ Prepare-se para a necessidade de ter de abandonar a casa; ▪ Desligue a água, o gás e a eletricidade; ▪ Não ocupe as linhas telefónicas. Use o telefone só em caso de emergência; ▪ Não caminhe descalço nem saia de casa para visitar os locais mais atingidos; ▪ Não utilize o carro. Pode ser arrastado para buracos no pavimento, para caixas de esgoto abertas, ou até para fora da estrada; ▪ Não entre em zonas caudalosas. Há o risco de não conseguir suportar a força da corrente, além de que pode ocorrer uma subida inesperada do nível da água; ▪ A água da cheia pode estar contaminada com substâncias indesejáveis. Não a beba; ▪ Procure ter sempre uma atitude prática perante os acontecimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE UMA CHEIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Siga os conselhos da Proteção Civil. Regresse a casa só depois de lhe ser dada essa indicação; ▪ Preste atenção às indicações difundidas pela comunicação social; ▪ Facilite o trabalho das equipas de remoção e limpeza da via pública; ▪ Ao entrar em casa, faça uma inspeção que lhe permita verificar se a casa ameaça ruir. Se tal for provável, não entre; ▪ Não pise nem mexa em cabos elétricos caídos. Não se esqueça de que a água é condutora de eletricidade; ▪ Mantenha-se sempre calçado e, se possível, use luvas de proteção; ▪ Opte pelo seguro. Deite fora a comida (mesmo embalada) e os medicamentos que estiveram em contato com a água da cheia, pois podem estar contaminados; ▪ Verifique o estado das substâncias inflamáveis ou tóxicas que possa ter em casa; ▪ Comece a limpeza da casa pela dispensa e zonas mais altas; ▪ Beba sempre água fervida ou engarrafada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

Tabela IV.III.40. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de movimentos de massa em vertentes

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	Apesar da imprevisibilidade associada ao Movimentos de massa em vertentes, consideram-se fatores de predisposição como a existência de antigos deslizamentos, existência de urbanizações em áreas impróprias para a construção como em encostas ou no sopé de encostas ou ainda em leitos de cheia e em formações litológicas do tipo argiloso. Como fatores principais de desencadeamento é de referir as chuvas intensas, o aumento brusco da quantidade de água no solo, e consequentemente o aumento do peso dos solos, levando a uma diminuição da resistência mecânica e ao movimento de grandes quantidades de rocha ou terra por força de gravidade.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais
RECOMENDAÇÕES A FAZER À POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Se a sua casa estiver em encostas ou leitos de cheia, esteja atento a indícios de perigo, como sejam surgimento de rachas nas paredes ou muros, sulcos profundos de escoamento que possam levar a ruturas, etc. Caso encontre algum destes sinais, contate as autoridades. ▪ Não proceda a intervenções corretivas por iniciativa própria. Contate sempre as autoridades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais

Tabela IV.III.41. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de ventos fortes, tornados e ciclones violentos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<p>Ventos fortes:</p> <p>Os ventos fortes, apesar de não apresentarem o potencial destrutivo dos ciclones violentos e tornados são os ventos fortes mais habituais e por isso, face à previsão de ocorrência destes ventos, deverão ser emitidos avisos para que a população tome medidas preventivas. Atualmente, os serviços de meteorologia conseguem antecipar a ocorrência destes ventos.</p> <p>Ciclones violentos:</p> <p>Devido ao processo de formação e evolução lenta dos ciclones violentos, os serviços de meteorologia conseguem prever com antecedência a sua rota, intensidade e tempo de chegada. Podem assim emitir-se avisos, em tempo útil, para que a população tome medidas preventivas para reduzir os efeitos nefastos dos ciclones violentos.</p> <p>Tornados:</p> <p>O emitir de avisos de tornados com antecedência é praticamente impossível. Ao contrário dos ciclones violentos, os tornados têm um comportamento mais imprevisível e súbito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/
Informação básica a difundir ANTES DA OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<p><u>Relativamente à população em geral</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolva um plano de emergência, para si e para a sua família, considerando várias situações (em casa, na rua, no trabalho, na escola) e prevendo os vários locais de abrigo possíveis; ▪ Conheça bem a zona que habita e adquira um mapa da região, de modo a poder acompanhar a evolução de um furacão pelos boletins meteorológicos; ▪ Esteja atento à rádio e televisão, de modo a estar atualizado sobre a informação deste tipo; ▪ Se planear um passeio para fora da sua região, informe-se sobre as previsões meteorológicas e tome as medidas necessárias caso o tempo seja ameaçador; ▪ Realize exercícios sempre que possível. <p><u>Relativamente às escolas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas as escolas devem ser inspecionadas e devem ser definidas áreas de abrigo pelas pessoas competentes. As caves oferecem, geralmente, a melhor proteção; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES DA OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<ul style="list-style-type: none"> Tomar as precauções adequadas para alunos com deficiências físicas; Os responsáveis pela ativação do plano de emergência devem acompanhar a informação relativa ao estado do tempo; Deve ter sempre à mão um megafone ou corneta de ar comprimido para ativar o alarme, mesmo se o sistema de alarme da escola for elétrico, pois pode dar-se o caso de falha de eletricidade; Assegurar a responsabilidade de desligar o gás e eletricidade em caso de emergência; Manter as crianças na escola fora das horas regulares em caso de aproximação de um furacão; Almoços, ou reuniões, em salas grandes devem ser adiados em caso de aproximação de um furacão; Deslocar os estudantes rapidamente para o abrigo previsto, ou para as salas interiores no piso mais inferior e, no caso do vento se tornar mais violento, assegurar que todos assumem a seguinte posição. 	<ul style="list-style-type: none"> Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Jornais regionais
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<p>DURANTE A APROXIMAÇÃO DE UM TORNADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> Se está em casa, desligue a eletricidade, água e gás, e desloque-se para um abrigo previsto, como uma cave; Caso não tenha hipótese de se deslocar para um abrigo abaixo do solo, dirija-se para a divisão interior da casa, no piso mais inferior e coloque-se debaixo de uma peça de mobiliário resistente ou de um colchão; Abra as janelas que se encontram do lado oposto à trajetória do tornado, para equilibrar as pressões, e mantenha-se afastado de todas elas; Casas móveis, ou pré-fabricadas, oferecem pouca proteção, abandone-as; Não tente fugir de um tornado de automóvel, saia imediatamente do veículo; Se estiver na rua deite-se em qualquer vala ou depressão que encontre fora da estrada, afastado de árvores, postes ou muros, e proteja a cabeça - tenha em atenção que grande parte das mortes e ferimentos provocados pelos tornados são causados pelo arrastamento de objetos e detritos. 	<ul style="list-style-type: none"> Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	DURANTE A APROXIMAÇÃO DE UM CICLONE VIOLENTO: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Siga todas as recomendações das autoridades competentes. Não propague rumores ou informações exageradas sobre a situação; ▪ Não abra as cortinas, estas servem de proteção contra estilhaços; ▪ Se a sua casa é segura e situada em altitude, mantenha-se em casa. Abandone zonas de baixa altitude, com risco de inundação; ▪ Abandone casas móveis (ou pré-fabricadas) e dirija-se para um abrigo mais substancial; ▪ Coloque faixas cruzadas (em forma de X) de fita adesiva nas janelas para evitar o arremesso de estilhaços, e abra uma janela do lado oposto à direção do vento, para equilibrar pressões; ▪ Coloque tábuas, ou persianas resistentes, em janelas grandes; ▪ Desligue todos os aparelhos dispensáveis e mantenha ligado o rádio a pilhas de modo a receber informação e instruções das autoridades competentes; ▪ Recolha de frente de sua casa todos os objetos que possam ser arremessados pelo vento e amarre em sítio seguro os demasiado grandes ou pesados; ▪ Tenha sempre à mão roupa impermeável; ▪ Cubra com material impermeável todos os objetos que se possam danificar em contato com a água; ▪ Certifique-se de que o seu automóvel tem combustível suficiente e que tem a bateria em bom estado. ▪ Armazene alguma água para consumo, e para fins sanitários, nas banheiras, jarros, garrafas ou outros depósitos; ▪ Regule o frigorífico no nível máximo de refrigeração e abra-o apenas quando necessário; ▪ Feche todos os depósitos de gás. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais
	DURANTE A PASSAGEM DE UM CICLONE VIOLENTO: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha-se em casa, no piso mais inferior e na divisão interior, e afastado das janelas; ▪ Vigie constantemente o nível de cheia perto de sua casa; ▪ Feche todas as portas interiores e reforce as exteriores; Se o vento acalmar, não saia de casa, é provavelmente a passagem do “olho” (centro) do furacão, ventos fortes podem voltar a qualquer momento; 	

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<ul style="list-style-type: none"> No caso do vento se tornar mais violento coloque-se debaixo de uma peça de mobiliário resistente ou de um colchão. Se for surpreendido na rua, afaste-se de árvores, postes ou muros, e proteja a cabeça. 	<ul style="list-style-type: none"> Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Jornais regionais
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	<ul style="list-style-type: none"> Siga todas as recomendações das autoridades competentes. Não propague rumores ou informações exageradas sobre a situação. Se há feridos, reporte-os imediatamente aos serviços de emergência; Certifique-se de que os seus alimentos estão em condições e não coma nada cru ou de origem duvidosa; Beba a água potável que armazenou ou ferva a que vai beber; Limpe cuidadosamente qualquer derrame de substâncias médicas, tóxicas ou inflamáveis; Inspecione a sua casa para verificar que não há perigo de colapso; Permaneça em sua casa, caso esta não tenha sofrido danos; Mantenha desligados o gás, água e eletricidade até estar seguro de que não há fugas nem perigo de curto-circuito; Certifique-se de que os seus aparelhos elétricos estão secos antes de os ligar; Use o telefone unicamente para reportar emergências; Se tiver que sair evite tocar ou pisar postes ou cabos elétricos; Colabore com os seus vizinhos na reparação dos danos; Em caso de necessidade, solicite a assistência das brigadas de salvamento ou das autoridades mais próximas. 	<ul style="list-style-type: none"> Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Jornais regionais

Tabela IV.III.42. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de secas

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE SECAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE SECAS	<p>Apesar do aviso de seca, não ter o caráter de urgência imediata de outros tipos de aviso, reveste-se de grande importância para que se possam tomar medidas preventivas de forma a mitigar os seus efeitos.</p> <p>Atualmente, as observações e monitorizações meteorológicas possibilitam fazer previsões sobre o surgimento e duração de períodos de seca com um nível de rigor muito satisfatório. O Instituto da Água é responsável pela previsão e deteção de secas, através do Sistema de Prevenção e Proteção de Secas que, apoiado na monitorização e numa análise de secas regionais, permite identificar as regiões do país em crise e acompanhar a sua evolução.</p> <p>Face à previsão de uma seca, deverá ser dado o aviso de forma a abranger o maior número de pessoas possíveis, com especial relevância para a população mais vulnerável e mais exposta aos seus efeitos (idosos, acamados, etc.).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais nacionais e locais
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Só se aplica quando, em simultâneo, ocorre uma onda de calor, que leve à necessidade de evacuação e realojamento de pessoas em maior risco (idosos, acamados, etc.).	
Recomendações a fazer à população com medidas que devem ser adotadas em SITUAÇÕES DE NORMALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter toda a canalização doméstica em bom estado de forma a não haver perdas nas torneiras, nos autoclismos, nos esquentadores, nas máquinas de lavar e nas junções; ▪ Instalação de reguladores de caudal nas torneiras; ▪ Instalação de autoclismos com sistemas de redução de volume de água para descarga; ▪ Compre e armazene água engarrafada para utilização em casos extremos, em que a seca leva ao corte do abastecimento de água; ▪ Evite situações que levem ao gasto desnecessário de água (banhos de imersão, deixar a água correr durante a lavagem dos dentes, regar durante as horas de maior calor, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.
Informação básica a difundir DURANTE UM PERÍODO DE SECA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em caso de cortes no fornecimento de água, não poupe água através da redução da quantidade que bebe. Normalmente, as secas estão associadas a ondas de calor que podem conduzir facilmente a situações de desidratação. Se for necessário, compre e beba água engarrafada; ▪ Esteja atento a possíveis situações de desidratação nos membros da sua família, especialmente em crianças e idosos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais locais e nacionais

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE SECAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE UM PERÍODO DE SECA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não encher piscinas; ▪ Não lavar carros desnecessariamente; ▪ Reutilizar a água sempre que possível (exemplo: rega); ▪ Diminuir a quantidade de água no autoclismo colocando no seu depósito uma garrafa de plástico cheia de areia ou de água, para que não fique a flutuar; ▪ Evite a todo o custo situações que levem ao gasto desnecessário de água (banhos de imersão, deixar a água correr durante a lavagem dos dentes, regar durante as horas de maior calor, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais locais e nacionais

Tabela IV.III.43. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de ondas de calor

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ONDAS DE CALOR		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS DE ONDAS DE CALOR	<p>Atualmente, os serviços meteorológicos conseguem prever com grande antecedência a vinda de uma onda de calor. Desta forma, é possível emitir avisos à população em tempo útil, para que esta possa tomar as medidas de autoproteção mais indicadas.</p> <p>Os avisos deverão abranger o maior número de pessoas que for possível, e ser efetuados com especial ênfase junto da população mais vulnerável e mais exposta à onda de calor (idosos, acamados, etc.).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (caso a gravidade da situação o exija)
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Não se aplica. Somente em casos excecionais de necessidade de evacuação e realojamento de pessoas em risco (ex.: em casas ou lares de idosos com baixo isolamento térmico e fraca capacidade de arrefecimento).	
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA ONDA DE CALOR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipe a sua casa e local de trabalho com unidades de arrefecimento (ar-condicionado, ventoinhas, etc.); ▪ Ingira água ou outros líquidos não açucarados com regularidade, mesmo que não sinta sede. Pessoas que sofram de epilepsia, doenças cardíacas, renais ou de fígado ou que tenham problemas de retenção de líquidos devem consultar um médico antes de aumentarem o consumo de líquidos; ▪ Se tem idosos em casa incentive-os a beber pelo menos mais um litro de água por dia para além da que bebem normalmente. Eles vão rejeitar mas deve insistir; ▪ Procure manter-se dentro de casa ou em locais frescos; ▪ Em casa, durante o dia, abra as janelas e mantenha as persianas fechadas, de modo a permitir a circulação de ar; ▪ Durante a noite, abra bem as janelas para que o ar circule e a casa arrefeça; ▪ Viaje de preferência a horas de menos calor ou à noite; ▪ Evite sair à rua nas horas de maior calor, mas se tiver de o fazer, proteja-se usando um chapéu ou um lenço; ▪ Vista roupas leves de algodão e de cores claras. As cores escuras absorvem maior quantidade de calor; ▪ Evite usar vestuário com fibras sintéticas ou lã. Provocam transpiração, podendo levar à desidratação; ▪ Nunca viaje com as janelas totalmente fechadas a não ser que tenha ar condicionado no seu carro; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ONDAS DE CALOR		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA ONDA DE CALOR	<ul style="list-style-type: none"> Quando viajar de automóvel faça-o por períodos curtos. Se tiver que fazer grandes viagens leve consigo água ou outros líquidos não alcoólicos e não açucarados em quantidades suficientes; Proteja os passageiros da exposição ao sol, cobrindo as janelas com telas apropriadas, que não dificultem ou prejudiquem a condução; Se viajar com crianças mantenha-as o mais arejadas possível, vestindo-lhes o mínimo de roupa e dando-lhes frequentemente água a beber; Se viajar com bebés tenha em atenção que o leite é a sua refeição normal e que no intervalo entre as mamadas devem beber bastante água; Tenha atenção aos idosos que viajam consigo. Não devem vestir de negro nem roupas de fibra sintética e devem também beber um suplemento de água; Coma poucas quantidades de cada vez e várias vezes ao dia; As refeições devem ser ligeiras, sopas frias ou tépidas, saladas, grelhados, comidas com pouca gordura e pouco condimentadas, acompanhadas de preferência com água, chá fraco ou outros líquidos não açucarados; Não beba bebidas alcoólicas. Num organismo desidratado são absorvidas rapidamente podendo levar a estados de embriaguez com maior facilidade; Vá à praia apenas nas primeiras horas da manhã (até às 11 horas) ou ao fim da tarde (depois das 17 horas). Mantenha-se à sombra, use chapéu, óculos escuros e cremes de proteção solar. Uma exposição ao sol prolongada leva a queimaduras de pele que só por si aumentam a perda de líquidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Jornais regionais Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

Tabela IV.III.44. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de vagas de frio

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE VAGAS DE FRIO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE VAGAS DE FRIO	<p>Atualmente, os serviços meteorológicos conseguem prever com grande antecedência a vinda de uma vaga de frio. Desta forma, é possível emitir avisos à população em tempo útil, para que esta possa tomar as medidas de autoproteção mais indicadas.</p> <p>Os avisos deverão abranger o maior número de pessoas que for possível, e ser efetuados com especial ênfase junto da população mais vulnerável e mais exposta à vaga de frio (idosos, acamados, etc.).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (caso a gravidade da situação o exija)
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Não se aplica. Somente em casos excecionais de necessidade de evacuação e realojamento de pessoas em risco (ex.: em casas ou lares de idosos com baixo isolamento térmico e fraca capacidade de aquecimento).	
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA VAGA DE FRIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipe a sua casa e local de trabalho com unidades de aquecimento (ar-condicionado, aquecedores a óleo, irradiadores, etc.); ▪ Previna-se com roupa quente e calçado adequado; ▪ Verifique se as portas e janelas têm pontos por onde o ar frio possa entrar para dentro de casa. Vede esses espaços, fazendo um bom isolamento da habitação; ▪ Mantenha-se atento aos noticiários do IPMA e às indicações da ANPC transmitidas pelos órgãos de comunicação social; ▪ Procure manter-se em casa ou em locais quentes. ▪ Use várias camadas de roupa em vez de uma única peça de tecido grosso. Evite as roupas muito justas ou as que o façam transpirar; ▪ O ar frio não é bom para a circulação sanguínea. Evite as atividades físicas intensas que obrigam o coração a um maior esforço e podem até conduzir a um ataque cardíaco; ▪ Se suspeitar que você ou alguém que o rodeia está com hipotermia ligue imediatamente para o 112; ▪ Tenha cuidado com as lareiras. Em lugares fechados sem renovação de ar, a combustão pode originar a produção de monóxido de carbono, um gás letal; ▪ Seja também cuidadoso com os aquecedores devido ao risco de acidentes domésticos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE VAGAS DE FRIO		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir na IMINÊNCIA OU DURANTE UMA VAGA DE FRIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O consumo excessivo de eletricidade pode sobrecarregar a rede originando falhas locais de energia. Procure poupar energia, desligando os aparelhos elétricos que não sejam necessários. Tenha à mão lanterna e pilhas, para o caso de faltar a luz; ▪ Evite uma exposição excessiva ao frio. Saia de casa apenas se tal for estritamente necessário; ▪ O perigo extremo ocorre quando há vento forte. A situação de desconforto térmico aumenta e sente-se mais frio. Não saia de casa nessas alturas; ▪ Se vai ter necessidade de passar muito tempo no exterior da casa, use várias peças de roupa, em vez de uma única peça de tecido grosso. Use um chapéu ou gorro para proteger a cabeça. Proteja o rosto. Evite a entrada de ar extremamente frio nos pulmões; ▪ Mantenha as roupas secas. Mude meias molhadas ou outras peças que possam contribuir para a perda de calor; ▪ Evite caminhar em zonas com gelo ou neve, para evitar o risco de quedas que podem produzir graves lesões; ▪ Os idosos, crianças e pessoas com dificuldades de locomoção não devem sair de casa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

Tabela IV.III.45. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de nevões

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE NEVÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE NEVÕES	<p>Atualmente, os serviços meteorológicos conseguem prever com grande antecedência a vinda de nevões. Desta forma, é possível emitir avisos à população em tempo útil, para que esta possa tomar as medidas de autoproteção mais indicadas.</p> <p>Os avisos deverão abranger o maior número de pessoas que for possível, e ser efetuados com especial ênfase junto da população mais vulnerável e mais exposta a nevões e consequente descida de temperatura (idosos, acamados, entre outros).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (caso a gravidade da situação o exija)
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Em casos excecionais de necessidade de evacuação e realojamento de pessoas em risco (ex.: em casas ou lares de idosos com baixo isolamento térmico e fraca capacidade de aquecimento).	
Informação básica a difundir NA IMINÊNCIA OU DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO	<p>ANTES DA OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha-se atento aos noticiários da Meteorologia e às indicações da Proteção Civil transmitidas pelos órgãos de comunicação social; ▪ Previna-se com roupa quente e calçado adequado. <p>SE VIVE NUMA ZONA PROPENSA A FICAR ISOLADA PELA NEVE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prepare um estojo de emergência contendo um rádio e lanterna a pilhas, agasalhos, material de primeiros socorros, pilhas de reserva e medicamentos essenciais; ▪ Tenha sempre em casa uma reserva de água potável e de alimentos ricos em calorias (chocolates e frutos secos, por exemplo), suficientes para dois ou três dias; ▪ Tenha também uma botija de gás suplente e faça uma pequena reserva de produtos de higiene pessoal. <p>DURANTE UM NEVÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha-se atento aos noticiários da Meteorologia e às indicações da Proteção Civil transmitidas pelos órgãos de comunicação social; ▪ Procure manter-se em casa ou em locais quentes; ▪ Proteja-se do frio! Use várias camadas de roupa em vez de uma única peça de tecido grosso. Evite as roupas muito justas ou as que o façam transpirar; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE NEVÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir NA IMINÊNCIA OU DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O consumo excessivo de eletricidade pode sobrecarregar a rede originando falhas locais de energia. Procure poupar energia, desligando os aparelhos elétricos que não sejam necessários. Tenha à mão lanterna e pilhas, para o caso de faltar a luz; ▪ Tenha cuidado com as lareiras. Em lugares fechados sem renovação de ar, a combustão pode originar a produção de monóxido de carbono, um gás letal; ▪ Seja também cuidadoso com os aquecedores devido ao risco de acidentes domésticos (queimaduras, choques elétricos, incêndios domésticos, etc.); ▪ Doseie os alimentos, a água e outros utensílios essenciais para um possível isolamento; ▪ Evite beber bebidas alcoólicas. A sensação de calor transmitida por estas bebidas é apenas temporária e aparente. Na realidade, o organismo vai ressentir-se dessa ingestão. Consuma sumos ou água; ▪ Conserve a calma e transmita-a aos que o rodeiam. Procure ter uma atitude prática perante os acontecimentos; ▪ Use o telefone só para chamadas de emergência. <p>SE TIVER DE SAIR DE CASA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Evite uma exposição excessiva ao frio; ▪ O perigo extremo ocorre quanto um nevão é acompanhado de vento forte, pois a situação de desconforto térmico aumenta e sente-se mais frio. Não saia de casa nessas alturas; ▪ Se vai ter necessidade de passar muito tempo no exterior da casa, use várias peças de roupa, em vez de uma única peça de tecido grosso. Use um chapéu ou gorro para proteger a cabeça; ▪ Evite caminhar em zonas com gelo, para evitar o risco de quedas que podem produzir graves lesões; ▪ Os idosos, crianças e pessoas com dificuldades de locomoção não devem sair de casa. <p>SE VIAJAR DE AUTOMÓVEL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informe-se junto das autoridades dos riscos que vai enfrentar no seu trajeto. Procure conhecer locais de refúgio (povoações, hotéis, estalagens); 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE NEVÕES		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir NA IMINÊNCIA OU DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM NEVÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evite deslocações desnecessárias. Se, no entanto, tiver necessidade de utilizar a sua viatura, procure levar consigo um rádio, lanterna, roupa quente e um cobertor. Leve também alimentos ricos em calorias e não se esqueça do telemóvel, se o tiver; ▪ Antes de iniciar viagem, faça uma revisão rápida do nível de gasolina, luzes e travões. Coloque um líquido anticongelante no radiador e correntes para a neve; ▪ Viaje de dia e mantenha o rádio ligado para ouvir as informações meteorológicas ou de trânsito. Se a estrada não oferecer condições de segurança volte para trás; ▪ Conduza cuidadosamente, mantendo a velocidade reduzida e sem fazer movimentos bruscos com o automóvel; ▪ Resista à tentação de poupar tempo guiando mais depressa do que as condições meteorológicas e do piso o permitem; ▪ Procure avançar em cima de neve mais recente, evitando sempre as zonas com gelo na estrada; ▪ Se, durante a viagem, ficar imobilizado pelo nevão, contacte por telefone móvel, caso possa, para o 112 e exponha, com objetividade, a sua situação; ▪ Se estiver longe de uma povoação, deve manter a calma e permanecer dentro da viatura. O automóvel servirá de barreira ao vento e os pneus atuarão como isolante, em caso de trovoadas. Tente colocar um pano colorido na antena para chamar a atenção; ▪ Ligue o motor cerca de dez minutos em cada hora. Abra uma fresta na janela que se encontra do lado oposto ao vento para deixar renovar o ar e evitar o envenenamento por monóxido de carbono; ▪ Mantenha o tubo de escape limpo de neve. Não deixe que o fumo chegue ao interior da viatura, pois poderá ficar intoxicado; ▪ Faça pequenos exercícios com os braços, pernas e dedos para manter a circulação sanguínea. Não adormeça; ▪ Procure estar atento às indicações difundidas pela Proteção Civil na rádio. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Jornais regionais

Tabela IV.III.46. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de incêndios florestais

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIIS DE INFORMAÇÃO
AVISO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	<p>Os incêndios florestais constituem uma fonte de perigo em termos materiais e ambientais graves e por vezes humanos. Existem muitas causas, no entanto muitos ocorrem por descuido humano.</p> <p>Face à previsão de elevada temperatura, muito vento e humidade reduzida deverá ser emitido o aviso de forma a abranger o maior número de pessoas possíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Sítio da Internet da ANPC http://www.prociv.pt ▪ Sítio da Internet do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas http://www.icnf.pt/portal ▪ Jornais (nacionais e regionais)
AVISOS DE EVACUAÇÃO	As autoridades só aconselham à evacuação em caso de existência de risco de vida.	
Recomendações preventivas a fazer à população com medidas de autoproteção que devem ser adotadas ANTES DA OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO FLORESTAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Se vir lixo ou mato denso acumulado próximo de habitações avise as autoridades; ▪ Se morar junto a uma área florestal, limpe o mato à volta da sua habitação; ▪ Se morar junto a uma área florestal, guarde em lugar seguro e isolado, a lenha, o gasóleo e outros produtos inflamáveis; ▪ Se morar junto a uma área florestal, tenha sempre à mão algo que possa extinguir um foco de incêndio (extintor, mangueira, enxadas, pás); ▪ Não deite pela janela do automóvel cinzas ou pontas de cigarro; ▪ Proibido realizar queimadas e queima de sobranes nos espaços rurais durante o período crítico e desde que o índice de risco de incêndio seja superior ao nível elevado; ▪ Proibido o lançamento, durante o período crítico, de quaisquer tipos de foguetes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Sítio da Internet da ANPC http://www.prociv.pt ▪ Jornais (nacionais e regionais) ▪ Sítio da Internet do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas http://www.icnf.pt/portal ▪ Campanhas de sensibilização escolar junto da população juvenil.

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO FLORESTAL	<ul style="list-style-type: none"> Se avistar o início de um incêndio florestal, ligue de imediato para o 112, 117 (número de emergência em caso de incêndios florestais) ou para os bombeiros da área; Se notar a presença de pessoas com comportamentos de risco, informe as autoridades; Não prejudique a ação dos Bombeiros e siga as suas instruções; Retire a sua viatura dos caminhos de acesso ao incêndio; Se o incêndio estiver perto da sua casa corte o gás e a eletricidade; Se o incêndio estiver perto da sua casa molhe abundantemente as paredes e os arbustos que rodeiam a casa; Solte os animais, eles tratam de si próprios. Em caso de evacuação, ajude a sair as crianças, idosos e deficientes. Se ficar cercado por um incêndio, saia em direção contrária à do vento, cubra a cabeça e o resto do corpo com roupas molhadas e refugie-se numa zona com água ou com pouca vegetação. 	<ul style="list-style-type: none"> Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Sítio da Internet da ANPC http://www.prociv.pt Sítio da Internet do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas http://www.icnf.pt/portal Jornais (nacionais e regionais)
Informação básica a difundir APÓS A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO FLORESTAL	<ul style="list-style-type: none"> Há o perigo de reacendimentos, impeça as crianças de brincar no local; Colabore com as autoridades sempre que lhe solicitarem ajuda nas operações de rescaldo e vigilância; Assegure-se de que a sua casa não está em risco de ruir. Tenha cuidado com fios elétricos expostos e outros perigos. Se houver evacuação regresse só quando os Bombeiros lhe disserem que o pode fazer. 	<ul style="list-style-type: none"> Televisão (públicas e privadas) Rádios (nacionais, regionais e locais) Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Sítio da Internet da ANPC http://www.prociv.pt Jornais (nacionais e regionais)

Tabela IV.III.47. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de incêndios urbanos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS DE INCÊNDIOS URBANOS	Avisar a população para a ocorrência de grandes incêndios, recomendando que esta se deverá manter afastada da zona sinistrada de forma a facilitar as operações de emergência.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios (locais) ▪ Agentes de proteção civil
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Nas situações em que a magnitude do evento determine a evacuação total de uma área, deverá ser comunicada à população residente a necessidade de abandonarem as suas habitações.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios (locais) ▪ Agentes de proteção civil (informação porta a porta)
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<p>INCÊNDIOS EM HABITAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha fora do alcance das crianças líquidos inflamáveis, velas, fósforos ou isqueiros; ▪ Se for de viagem feche as torneiras do gás e o contador da eletricidade; ▪ Tenha um extintor em casa. Aprenda a usá-lo e faça a revisão periódica. <p>Rede Elétrica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não faça reparações improvisadas; ▪ Substitua os fios elétricos em mau estado; ▪ Use fusíveis adequados; ▪ Evite sobrecarga - não ligue demasiados aparelhos na mesma tomada, principalmente os de elevado consumo (ex.: máquina de lavar roupa ou loiça e aquecedores); ▪ Nunca apague com água um incêndio de origem elétrica. Há perigo de curto-circuito; ▪ Não aproxime água de instalações elétricas. Existe o perigo de ficar eletrocutado. <p>Rede de gás:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Faça a revisão periódica das tubagens. Para verificar se há fugas aplique água com sabão. Nunca utilize uma chama; ▪ Se detetar alguma fuga chame de imediato um técnico qualificado; <p>Se cheirar a gás: não faça qualquer tipo de chama; não ligue nem desligue; interruptores ou aparelhos elétricos; abra as janelas; feche as válvulas de segurança do contador e de corte do redutor; contate de imediato um técnico qualificado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Ações de informação em escolas ▪ Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<p>Fonte de Calor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Afaste os aquecedores de móveis; ▪ Não seque a roupa nos aquecedores; ▪ Afaste os produtos inflamáveis de uma fonte de calor; ▪ Guarde os líquidos inflamáveis em recipientes fechados e coloque-os em locais ventilados; ▪ Proteja devidamente a lareira para que não se torne um foco de incêndio; ▪ Não abandone velas acesas ou mal apagadas; ▪ Nunca se esqueça do ferro de engomar ligado. <p>Cozinha:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nunca saia de casa com o fogão ou o aquecedor ligado; ▪ Não deixe, junto a janelas abertas, aparelhos a gás ligados; ▪ Se a gordura da frigideira se incendiar: desligue de imediato o gás; não retire a frigideira do fogão, isso só irá espalhar o fogo; use uma tampa, um prato ou uma toalha húmida para extinguir o incêndio. Não utilize água; mude periodicamente o filtro do exaustor; não avive as chamas do fogareiro com álcool, gasolina ou qualquer outro líquido inflamável. <p>Fumadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não fume quando manipular produtos inflamáveis; ▪ Não fume na cama ou no sofá se tiver sono; ▪ Use cinzeiros grandes e estáveis; ▪ Apague bem os cigarros antes de os deitar no lixo. <p>INCÊNDIOS EM HOTEL</p> <p>À chegada:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se tiver algum tipo de dificuldade, nomeadamente motora, auditiva ou visual, informe a receção; ▪ Consulte o Plano de Evacuação existente no quarto. <p><u>Localize e memorize:</u> o seu quarto; as saídas de emergência mais próximas; o alarme mais próximo; os equipamentos de extinção de incêndio (extintores e mangueiras); Ponto de Encontro - Combine, quando acompanhado, um local do edifício onde todos possam reunir-se em situação de emergência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Ações de informação em escolas ▪ Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<p>No quarto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Deixe a chave onde possa encontrar facilmente; Confirme se as janelas abrem e se as pode usar em situação de emergência; Verifique como ligar e desligar o ar condicionado. <p>Em caso de incêndio:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ative o alarme ou avise a receção; Utilize o extintor ou mangueiras próprias; Nunca tente apagar um incêndio que começa a ficar fora de controlo; Saia de uma divisão onde as chamas estejam a alastrar. Feche a porta para retardar a progressão do incêndio e a dispersão de fumo; Leve consigo a documentação e outros valores mas só se tiver a certeza de que tem tempo para o fazer; Nunca utilize o elevador, vá pelas escadas; Siga junto à parede com calma, ordem e rapidez; Se for seguro dirija-se para os pisos inferiores. As chamas e o fumo têm tendência a subir; Cumpra as orientações dos profissionais do estabelecimento; Nunca volte ao edifício enquanto estiver a decorrer o combate ao incêndio. <p>Caso se depare com fumo ou chamas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Gatinhe porque o fumo tem tendência a subir; Ponha um lenço ou toalha na cara, de preferência molhados, para ajudar a respirar; Não corra se as roupas começarem a arder. Pare e role sobre o corpo até as chamas se apagarem; Não tente abrir a porta sem antes confirmar, com a palma da mão, se ela está quente; <p>Se a porta está fria:</p> <ul style="list-style-type: none"> Abra-a lentamente, mas preparado para a fechar de imediato se houver fumo intenso ou chamas; Quando sair do quarto leve a chave consigo porque pode ter que regressar; 	<ul style="list-style-type: none"> Rádios locais Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Ações de informação em escolas Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<ul style="list-style-type: none"> Vá para a saída de emergência mais próxima. Se tiver intransitável dirija-se para outra. Se não conseguir sair em segurança pode ser preferível regressar e permanecer no quarto ou outro espaço fechado (ex. restaurante ou bar). <p>Se a porta está quente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não saia. Do outro lado da porta há chamas e fumo. <p>Enquanto aguarda pelo socorro:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desligue o ar condicionado para evitar a entrada de fumo; Molhe a porta e calafete-a com toalhas ou lençóis molhados; Tenha, junto à porta, água de reserva num caixote do lixo ou outro recipiente; Encha a banheira com água. Pode ser necessária na luta contra o fogo; Molhe a sua roupa; Se ficar retido num compartimento interior bata com força na porta ou paredes. Desta forma pode ser ouvido pelas equipas de socorro; Nunca salte pela janela se a altura for superior a dois pisos; Para ser visto acene com um lençol, toalha ou roupas. <p>Lembre-se que muitos acidentes ocorrem porque as pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acham que têm tempo para reunir as bagagens; Quando há fumo ficam em pé em vez de "andar de gatas"; Tentam apagar um incêndio fora de controlo; Não aplicam a regra - PARAR-DEITAR-ROLAR; Voltam atrás para ir buscar algo; Pensam que o sinal de alarme é falso; Não têm um ponto de encontro, o que pode gerar confusão caso não haja a certeza que todos saíram do edifício. <p>INCÊNDIO NO LOCAL DE TRABALHO</p> <ul style="list-style-type: none"> Não coloque as pontas dos cigarros nas papeleiras ou cestos de papéis; Não fume nas salas de arquivo ou nas arrecadações; Desligue todo o equipamento elétrico antes de abandonar o escritório ou a sala de trabalho; Verifique, periodicamente, o estado de conservação dos cabos elétricos do equipamento; 	<ul style="list-style-type: none"> Rádios locais Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Ações de informação em escolas Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS URBANOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<ul style="list-style-type: none"> Nunca tape nem pendure roupas ou outros objetos nos extintores; Saiba onde se encontram os extintores e aprenda a usá-los. Verifique se foi feita a inspeção. 	
Informação básica a difundir DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE UM INCÊNDIO DOMÉSTICO	<ul style="list-style-type: none"> Mantenha-se afastado da zona de risco; A informação sobre o decorrer das operações será dada regularmente pelos serviços de proteção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Rádios locais Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Ações de informação em escolas Folhetos

Tabela IV.III.48. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de colapso/ estragos avultados em edifícios

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE COLAPSO DE COLAPSO/ ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	<p>Caso se detete que um edifício ou habitação apresenta, por qualquer motivo, falhas estruturais graves, deverá ser comunicado à população residente a necessidade de se proceder à evacuação do local, seguindo para tal as indicações dos serviços de proteção civil.</p> <p>Caberá ainda ao serviço municipal de proteção civil proceder à sinalização dos locais onde se encontram construções em risco de derrocada e proceder à vedação do local até que seja restabelecida a segurança no local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes de proteção civil ▪ Sinalização vertical
INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caso verifique que a sua habitação ou a de um vizinho apresenta, por algum motivo, uma grave falha estrutural saia de imediato do local e avise o serviço municipal de proteção civil ou corporação de bombeiros da sua área; ▪ Em caso de necessidade de evacuação cumpra as indicações dos agentes de proteção civil; ▪ Ao sair de casa não se esqueça de levar consigo a sua documentação e os medicamentos de que necessita, assim como os animais de estimação; ▪ Não feche a porta ao sair de casa. Não dificulte a tarefa dos agentes de proteção civil de retirar os seus bens; ▪ Não perca a calma com o medo de perder os seus haveres, os agentes de proteção civil desenvolverão todos os esforços para que, em colaboração consigo e dentro dos limites de segurança, se processe à remoção dos seus bens pessoais; ▪ Mantenha a calma e sossegue as crianças e os mais idosos; ▪ Caso verifique a existência de sinalização de alerta de risco de derrocada não a ignore, afaste-se do local. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/

Tabela IV.III.49. Tipo de informação a disponibilizar à população antes, durante e após a ocorrência de acidentes industriais

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS DE ACIDENTES INDUSTRIAIS	Apesar da imprevisibilidade associada à ocorrência de acidentes industriais, é importante avisar a população dos acontecimentos e recomendar ao afastamento da população da zona sinistrada. Dependendo do tipo de substâncias presentes na unidade industrial, diferem os tipos de acidentes que podem ocorrer, estes podem ser incêndios, explosões, libertação de gases tóxicos e derrames de substâncias perigosas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Agentes da proteção civil ▪ Jornais regionais
AVISOS DE EVACUAÇÃO	Nestes casos os avisos de evacuação deverão ser efetuados pelos agentes municipais de proteção civil. (Ver ponto 5 da Parte III relativo a procedimentos de evacuação).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação presencial por agentes de proteção civil ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<p>EXPLOÇÃO</p> <p>No caso de explosões, as ondas de radiação térmica e de sobrepressão são causadoras de danos na população e nos edifícios, podendo atingir distâncias relativamente grandes.</p> <p>Se estiver em casa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha a calma; ▪ Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores; ▪ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber; ▪ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás. Utilize lanternas a pilhas; ▪ Corte a água e o gás, e desligue a eletricidade; ▪ Verifique se há incêndios. Tente apagá-los. Se não conseguir alerte os bombeiros; ▪ Limpe urgentemente os produtos inflamáveis que tenham sido derramados (álcool, tintas, etc.); ▪ Coma alguma coisa. Sentir-se-á melhor e mais capaz de ajudar os outros; ▪ Mantenha a calma e cumpra as instruções que a rádio ou televisão difundir. Esteja preparado para a possibilidade de a sua habitação vir a ser evacuada; ▪ Esteja atento aos avisos das autoridades de proteção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Agentes da proteção civil ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evite passar por onde haja fios elétricos soltos e tocar em objetos metálicos em contato com eles; ▪ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; ▪ Não utilize o telefone exceto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.); ▪ Não reocupe edifícios com grandes estragos, nem se aproxime de estruturas danificadas; ▪ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberte-as para as viaturas de socorro. <p>Se estiver no interior de um edifício:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha a calma; ▪ Não se precipite para as escadas ou saídas. Nunca utilize elevadores; ▪ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber. Se houver feridos graves, não os remova, a menos que corram perigo; ▪ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás. Utilize lanternas a pilhas; ▪ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; ▪ Se houver pessoas soterradas, informe as equipas de salvamento. Entretanto, se sem perigo, for capaz de as começar a libertar, tente fazê-lo retirando os escombros um a um. Não se precipite, não agrave a situação dos feridos ou a sua própria; ▪ Evite passar por onde haja fios elétricos soltos e tocar em objetos metálicos em contato com eles; ▪ Não utilize o Tlm. exceto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.); ▪ Não propague boatos ou notícias não confirmadas; ▪ Não se aproxime de estruturas ou edifícios danificados; ▪ Esteja atento aos avisos das autoridades de proteção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis; ▪ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se possível, colabore com as equipas de socorro; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Agentes da proteção civil ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela proteção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável; ▪ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberte-as para as viaturas de socorro; ▪ Mantenha a calma. ▪ Verifique se há feridos e preste os primeiros socorros se souber. Se houver feridos graves, não os remova, a menos que corram perigo; ▪ Não fume, nem acenda fósforos ou isqueiros. Pode haver fugas de gás ou curto-circuitos. Utilize lanternas a pilhas; ▪ Se encontrar feridos graves, chame as equipas de socorro para promover a sua evacuação; ▪ Se houver pessoas soterradas, informe as equipas de salvamento. Entretanto, se sem perigo, for capaz de as começar a libertar, tente fazê-lo retirando os escombros um a um. Não se precipite, não agrave a situação dos feridos ou a sua própria; ▪ Evite passar por onde haja fios elétricos soltos e tocar em objetos metálicos em contato com eles; ▪ Não utilize o telemóvel exceto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.); ▪ Esteja atento aos avisos das autoridades de proteção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis; ▪ Não propague boatos ou notícias não confirmadas; ▪ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; <p>Se estiver na rua:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se possível, colabore com as equipas de socorro; ▪ Esteja atento aos avisos das autoridades de proteção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis; ▪ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela proteção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Agentes da proteção civil ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberte-as para as viaturas de socorro. <p>LIBERTAÇÃO DE GASES TÓXICOS</p> <p>No caso de ocorrer libertação de gases tóxicos, a população encontra-se muito vulnerável, relativamente aos edifícios não serão praticamente afetados.</p> <p>Se estiver em casa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha a calma; ▪ Desligue os sistemas de ventilação e ar condicionado; ▪ Feche as portas e janelas que dão para o exterior e calafete-as com panos húmidos; ▪ Mantenha-se afastado das portas e janelas; ▪ Coloque camadas de papel de jornal ou panos húmidos nas frestas das janelas e portas para reduzir a entrada de ar; ▪ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente; ▪ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria; ▪ Em caso de queimaduras, tome duche de água fria com urgência; ▪ Ventile a casa somente após recomendação das autoridades; ▪ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; ▪ Após terminada a situação de emergência deverá remover a água contida em cisternas de catação de águas pluviais; ▪ Beba água engarrafada; ▪ Traga para dentro de casa os seus animais domésticos; ▪ Não beba água proveniente de furos ou poços e coma só os alimentos que estiverem dentro de casa; ▪ Evite consumir os legumes e a fruta colhida recentemente até que seja difundida instrução em contrário. <p>Se estiver no interior de um edifício:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha a calma; ▪ Permaneça no local ou desloque-se para um edifício próximo que lhe dê garantias de segurança (espaço bem vedado); 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Agentes da proteção civil ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha-se afastado das portas e janelas; ▪ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente; ▪ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria; ▪ Não utilize o telemóvel exceto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.); ▪ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela proteção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável; ▪ Beba apenas água engarrafada; ▪ Não propague boatos ou notícias não confirmadas; ▪ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; ▪ Esteja atento aos avisos das autoridades de proteção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis; ▪ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se lhe for pedido, colabore com as equipas de socorro; ▪ Saia do seu local de refúgio apenas depois de as autoridades o indicarem; ▪ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Libertas para as viaturas de socorro. <p>Se estiver na rua:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Procure, de imediato, refúgio em edifícios fechados; ▪ Mantenha a calma; ▪ Mantenha-se afastado das portas e janelas; ▪ Se sentir algum cheiro estranho, molhe um lenço e aplique-o no rosto, respire através dele, inspirando superficial mas frequentemente; ▪ Se sentir ardor nos olhos, lave-os abundantemente com água fria; ▪ Não utilize o telemóvel exceto em caso de extrema urgência (feridos graves, fugas de gás, incêndios, etc.); 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Agentes da proteção civil ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES INDUSTRIAIS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não vá buscar as crianças às escolas ou creches até que tal lhe seja comunicado pela proteção civil (facilitar o trânsito aos veículos de emergência), elas encontram-se ao cuidado de pessoal responsável; ▪ Beba apenas água engarrafada; ▪ Não propague boatos ou notícias não confirmadas; ▪ Acalme as crianças e os idosos. São os que mais sofrem com o medo; ▪ Esteja atento aos avisos das autoridades de proteção civil difundidos através de altifalantes instalados em veículos automóveis; ▪ Corresponda aos apelos que forem divulgados e, se lhe for pedido, colabore com as equipas de socorro; ▪ Saia do seu local de refúgio apenas depois de as autoridades o indicarem; ▪ Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Libertas para as viaturas de socorro; ▪ Se circular de automóvel, feche imediatamente os vidros e desligue a ventilação. <p>DERRAMES DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS</p> <p>No caso da existência de derrames de substâncias perigosas a principal consequência é ao nível do ambiente, nomeadamente nos recursos hídricos e no solo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais) ▪ Agentes da proteção civil ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes (no caso das televisões e rádios não estarem operacionais, a circulação destas viaturas reveste-se de importância acrescida) ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/
Recomendações a fazer à população APÓS OCORRÊNCIA DE ACIDENTE INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantenha-se afastado da zona de risco; ▪ A informação sobre o decorrer das operações será dada regularmente pelos serviços de proteção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Televisão (públicas e privadas) ▪ Rádios (nacionais, regionais e locais)

Tabela IV.III.50. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de acidentes viários

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES VIÁRIOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	<p>Nas situações em que se preveja ou se verifique a ocorrência de condições meteorológicas adversas para a circulação viária, ou se tenha registado um acidente grave, deverá avisar-se a população. Em concreto, será tarefa do serviço municipal de proteção civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avisar a população para a existência de constrangimentos à circulação, como ocorrência de nevoeiro, previsão de ventos fortes, precipitações intensas ou formação de geada; ▪ Indicar as zonas que se encontram mais afetadas (nevoeiro por exemplo); ▪ Indicar quais as zonas onde se registaram acidentes; ▪ Indicar vias alternativas a determinado acesso devido à ocorrência de acidente grave ou condições meteorológicas adversas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A SITUAÇÃO DE RISCO	<p>PROTEGER:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não fume nem permita que alguém faça lume. Pode haver incêndio ou explosão devido a combustível derramado; ▪ Desligue o motor dos veículos acidentados; ▪ Imobilize os veículos sinistrados com o travão de mão. Se possível coloque calços ou pedras nas rodas; ▪ Cubra com terra as manchas de combustível ou óleo derramado; ▪ Se houver incêndio use um extintor ou terra para o apagar. <p>SINALIZAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coloque o triângulo de emergência; ▪ Faça, ou peça a alguém, para fazer sinal aos outros condutores para que reduzam a velocidade ao aproximarem-se do local do acidente; <p>ALERTAR:</p> <p>Ligue 112 ou utilize os postos avisadores SOS. Nunca parta do princípio que alguém já o fez. Estacione em segurança antes de telefonar.</p> <p>INDICAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O local do acidente, e o sentido no caso de via com separador; ▪ Número e idades aproximadas das vítimas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Ações de informação em escolas ▪ Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES VIÁRIOS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A SITUAÇÃO DE RISCO	<ul style="list-style-type: none"> Estado aparente das vítimas e se alguma está encarcerada; Se há situações de perigo (incêndio, derrame de óleo, estrada bloqueada, etc.); Número de veículos envolvidos; Tipo de veículos (ex.: ligeiros, pesados, motociclos, de transporte de mercadorias perigosas); Em caso de acidente com transporte de mercadorias perigosas não se aproxime do local e tente evitar que outros o façam. Se possível identifique o nome da empresa e os números inscritos no painel laranja (se existirem). <p>SOCORRER - COMO PROCEDER COM AS VÍTIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Tente agir com rapidez, mas se não tiver preparação não lhes mexa. Os primeiros socorros mal prestados podem ocasionar lesões ou agravar as já existentes; Só numa situação de incêndio deve tentar retirar uma pessoa encarcerada, caso contrário não o faça; Não tire o capacete a um motociclista acidentado; Não lhes dê de beber ou comer; Fale com as vítimas e reconforte-as. 	<ul style="list-style-type: none"> Rádios locais Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ Ações de informação em escolas Folhetos

Tabela IV.III.51. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de acidentes com transporte de mercadorias perigosas

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	<p>Nas situações em que ocorra um acidente com transporte de mercadorias perigosas deverá avisar-se a população. Em concreto, será tarefa do serviço municipal de proteção civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicar quais as zonas onde se registou o acidente; ▪ Indicar vias alternativas a determinado acesso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/
AVISOS DE EVACUAÇÃO	<p>Os avisos de evacuação podem ser de grande importância face a este tipo de ocorrência, uma vez que, dependendo da severidade da situação, os locais e edifícios mais próximos do local do acidente podem ser afetados, podem ficar destruídos ou bastante danificados, colocando em perigo as pessoas que aí se localizem. Este aspeto encontra-se abordado em pormenor, no capítulo referente aos procedimentos de evacuação.</p>	
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A SITUAÇÃO DE RISCO	<p>MEDIDAS DE AUTO PROTEÇÃO</p> <p>No caso de encontrar um veículo imobilizado sinalizado com um painel retangular cor de laranja e que apresente danos visíveis, se detetar cheiro anormal ou se visualizar um derrame de líquidos ou uma fuga de gases:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ ABANDONE o local, mantendo a calma, se possível sugerindo a outro ocupante do veículo que observe o local e anote a informação a comunicar às autoridades; ▪ ALERTE as autoridades para desencadear o socorro, telefonando para o "112" ou usando um posto "SOS", mencionando o local, o veículo e as pessoas e, se forem visíveis à distância, também: <ul style="list-style-type: none"> ✓ os números do painel laranja, ✓ o nome da empresa; ▪ COLABORE com o pessoal dos serviços de emergência, seguindo as instruções das autoridades presentes; ▪ Mantenha-se longe das zonas perigosas, abandonando o local e as vias de acesso logo que a sua colaboração deixe de ser necessária, por um lado, evitando manobras e velocidades arriscadas, e, por outro lado, abstendo-se de circular com lentidão desnecessária. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Ações de informação em escolas ▪ Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Informação básica a difundir ANTES E DURANTE A SITUAÇÃO DE RISCO	<p>SE ESTIVER NAS IMEDIAÇÕES DO ACIDENTE DEVE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer apelo aos seus conhecimentos; ▪ Permanecer sereno; ▪ Acalmar os outros, especialmente crianças e idosos; ▪ Manter-se informado através do rádio e seguir e fazer seguir sem reservas as instruções; ▪ Seguir e fazer seguir sem reservas as instruções difundidas pelas autoridades de proteção civil; ▪ Preparar-se para a eventualidade de ter de ser evacuado; ▪ Usar o telefone apenas em casos de extrema urgência; ▪ Se for a circular de automóvel, respeitar integralmente todos os sinais de trânsito e as instruções das autoridades; ▪ Se for decidida a evacuação, levar consigo os elementos de identificação individual e a quantidade mínima de objetos necessários; ▪ E se o acidente for acompanhado da libertação de gases tóxicos deve: ▪ Fechar as portas e janelas e proceder à sua completa calafetagem com panos molhados; ▪ Se sentir algum cheiro estranho, molhar um lenço, aplicá-lo no rosto respirando através dele e inspirar superficial mas frequentemente; ▪ Se sentir ardor nos olhos, lavá-los abundantemente e em caso de queimaduras tomar duche com urgência, em ambos os casos com água fria; ▪ Se circular de automóvel, fechar imediatamente os vidros e desligar a ventilação; ▪ Não ir buscar os seus filhos à escola; ▪ Quando for reposta a normalidade: ▪ Não deve abandonar o seu abrigo até que lhe seja permitido pelas autoridades de proteção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Ações de informação em escolas ▪ Folhetos

Tabela IV.III.52. Tipo de informação a disponibilizar à população antes e durante a ocorrência de colapso de edifícios de utilização coletiva

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
AVISOS	Caso, por algum motivo, ocorram motins nas ruas, o serviço municipal de proteção civil deverá avisar a população para evitar andar nas ruas e permanecer em casa até comunicação em contrário.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Viaturas da proteção civil com altifalantes ▪ Agentes de proteção civil
Recomendações a fazer à população com medidas que devem ser adotadas EM SITUAÇÕES DE GRANDES CONCENTRAÇÕES HUMANAS	<p>O QUE FAZER ANTES:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Leve as crianças pela mão. Preste especial atenção aos idosos ou a quem apresenta alguma dificuldade, nomeadamente motora, visual ou auditiva; ▪ Combine um ponto de encontro no exterior do recinto, para se reunir com quem vai acompanhado, caso se perca; ▪ Observe se o local cumpre as regras de segurança necessárias para lá permanecer; ▪ Se verificar que o local apresenta algum tipo de perigo retire-se, não vale a pena correr riscos; ▪ Não assista aos espetáculos em lugares perigosos (ex.: telhados ou sentado em vedações); ▪ Observe e memorize a localização das saídas, inclusive as de emergência; ▪ Não lance para o ar garrafas ou outros objetos contundentes; ▪ Para os estádios de futebol não é permitido levar objetos que possam pôr em risco a segurança dos espetadores (ex.: em vidro, pirotécnicos, incendiários, contundentes, facas ou canivetes e chapéus de chuva). <p>O QUE FAZER DURANTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tranquilize quem se encontra junto de si; ▪ Abandone o local calma e ordeiramente. Não corra; muitos acidentes graves dão-se porque as pessoas se empurram e atropelam; ▪ Não se dirija para a saída mais utilizada pela multidão sem primeiro pensar se há outras mais seguras por onde possa sair; ▪ Não bloqueie as saídas. Não fique parado junto a portas, escadas e corredores; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Ações de informação em escolas ▪ Folhetos

INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO ANTES E DURANTE A OCORRÊNCIA DE COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA		
TIPO DE INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	CANAIS DE INFORMAÇÃO
Recomendações a fazer à população com medidas que devem ser adotadas EM SITUAÇÕES DE GRANDES CONCENTRAÇÕES HUMANAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em caso de incêndio nunca use os elevadores. Vá pelas escadas; ▪ Avise os organismos de socorro, em situação de emergência pessoal ou coletiva; ▪ Não grite nem fomenta a violência. Se presenciar discussões ou atos de violência procure afastar-se do local. Não participe e informe as autoridades; ▪ Siga as indicações das autoridades que se encontram no local para salvaguardar a sua segurança. Recorra a elas sempre que julgue necessário. <p>O QUE FAZER DEPOIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Saia do local ordeiramente se não tem um papel útil no local; ▪ Colabore no que for necessário, mas não interfira no trabalho das equipas de socorro e de segurança; ▪ Os primeiros socorros mal prestados podem ocasionar lesões ou agravar as já existentes; ▪ Se não tiver preparação não mexa nas vítimas, a não ser que corram grave perigo se não o fizer (ex.: caso de incêndio, risco de queda ou esmagamento). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rádios locais ▪ Sítio da Internet da CMCP http://www.cm-castanheiradepera.pt/ ▪ Ações de informação em escolas ▪ Folhetos

5. LISTA DE CONTROLO DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO

A lista de controlo de atualizações do PMEPCCP tem como objetivo identificar, de forma expedita para quem a consulta, as alterações que foram introduzidas no Plano.

Tabela IV.III.53. Controlo de atualizações do Plano Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera

ATUALIZAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA							
VERSÃO	DATA DA ALTERAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATUALIZAÇÃO OU CORREÇÃO	PÁGINA(S) ALTERADA(S)	PÁGINA(S) INSERIDA(S)/ ELIMINADA(S)	DATA DE APROVAÇÃO	AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO	OBSERVAÇÕES

6. LISTA DE REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO

A realização de exercícios é uma componente essencial da formação dos vários agentes de proteção civil, possibilitando que estes se familiarizem com os procedimentos a adotar em situações de emergência, o que se traduzirá na otimização da sua rapidez e eficiência face a acidentes graves ou catástrofes. Por outro lado, os exercícios de emergência constituem uma ferramenta de extrema importância para a avaliação da eficiência da organização operacional prevista no PMEPCCP, permitindo identificar os elementos que necessitam de revisão e aperfeiçoamento. **Os exercícios possibilitam, portanto, a adequação em permanência dos meios materiais e humanos às diferentes situações de emergência, assim como, das ações de coordenação e comando.**

A capacidade de enfrentar e recuperar de uma situação de emergência é diretamente proporcional ao grau de preparação dos diversos intervenientes. Assim, importa aqui abordar, para os diversos tipos de riscos, sejam de origem natural ou humana, qual o tipo de preparação a adotar, nomeadamente, identificando os vários exercícios tipo. Nestes exercícios são simuladas situações de emergência a diferentes escalas, tendo como objetivo avaliar no terreno a capacidade de mobilização, interação e cooperação entre as várias entidades com responsabilidade ao nível da proteção civil que intervirão no teatro de operações.

Importa salientar que os exercícios que a seguir se indicam encontram-se relacionados com a ativação do PMEPCCP, ou seja, a operacionalização da estrutura organizacional e operacional descrita na Parte II do Plano. Porém, existem outro tipo de exercícios mais específicos que permitem agilizar procedimentos junto de agentes de proteção civil e de que são exemplos os exercícios de simulacro com procedimentos de evacuação de escolas, desarmadilhamento de engenhos explosivos, entre outros, sendo que estes não serão aqui tratados.

A execução criteriosa de exercícios de emergência, ao exigir uma reunião prévia relativa à natureza do risco simulado e das operações que irão ser desencadeadas, apresenta ainda a vantagem de disponibilizar informação útil aos diferentes agentes de proteção civil no que se refere às potenciais consequências associadas aos diferentes tipos de risco e ao tipo de procedimentos a desencadear por cada uma das forças intervenientes, promovendo-se, assim, a sua sensibilização e familiarização com as temáticas de informação associadas aos diferentes tipos de risco.

Assim, o programa de um exercício (também designado por ordem de operações) engloba (pelo menos):

- **Resumo**
 - Intervenientes
 - Objetivos
 - Horas e tempo de duração do exercício
- **Localização e área abrangida pelo exercício**

- **Calendarização**
- **Descrição do cenário**
 - Elementos do cenário
- **Objetivos a alcançar**
- **Missão dos principais intervenientes**
 - Indicação sucinta das áreas de intervenção assumidas por cada entidade
- **Execução do exercício**
 - Conceito específico do exercício e tarefas a serem desenvolvidas em concreto por cada entidade
- **Controlo do exercício**
 - Identificação do controlador
 - Funções do controlador (monitorizar e coordenar alterações ao exercício)
 - Documentação do exercício
 - ✓ Lista cronológica de todos os eventos do cenário
 - ✓ Resumo do processo de controlo e avaliação
- **Avaliação do exercício**
 - Identificação do avaliador
 - Funções do avaliador (observar, registar, reportar e recolher dados)
- **Comunicações**
- **Conclusão**

Relativamente aos controladores e avaliadores importa referir as suas responsabilidades:

Responsabilidades do controlador

- ✓ Monitorizar o progresso do exercício e tomar decisões relativamente a desvios e alterações;
- ✓ Coordenar alterações requeridas;
- ✓ Introduzir, manter e coordenar exercícios de acordo com a lista de eventos;
- ✓ Observar e reportar artificialidades introduzidas no exercício que interferem com o realismo do

mesmo.

Responsabilidades de um avaliador

- ✓ Avaliar as várias áreas de atuação dos vários intervenientes;
- ✓ Entender o conceito do exercício e o respetivo cenário;
- ✓ Saber os procedimentos de todos os elementos avaliados;
- ✓ Observar, reportar e registar as ações dos participantes;
- ✓ Assegurar que todo o material de avaliação é devidamente recolhido (ex. formulários de avaliação).

No final do exercício deverá realizar-se nova reunião para avaliar os resultados operacionais com o objetivo de identificar as principais ações efetuadas e, em particular, os aspetos a melhorar na próxima ocorrência/ exercício do género. A realização de exercícios tem como finalidade testar a operacionalidade dos planos, manter a prontidão e assegurar a eficiência de todos os agentes de proteção civil e garantir a manutenção da eficácia do plano e das organizações intervenientes. Na elaboração de exercícios de emergência relacionados com a ativação do PMEPCCP existem objetivos que são transversais, permitindo uma avaliação, análise e melhoria contínuas, nomeadamente:

- Avaliar a articulação entre a CMPC e o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro;
- Avaliar a operacionalização dos serviços municipais previstos no PMEPCCP;
- Definir uma **estrutura de meios humanos e materiais** para fazer face à emergência;
- Estabelecer procedimentos para **agilizar a gestão e coordenação** de meios;
- **Avaliar, analisar e melhorar, a operacionalidade e eficácia** dos recursos humanos e materiais;
- Articular a atuação com planos de emergência existentes, caso se justifique;
- Avaliar a eficiência das operações em **zonas de risco**, testando estratégias de intervenção em pontos críticos e nevrálgicos, nomeadamente:
 - o **acesso terrestre e aéreo** bem como a possível necessidade de desobstrução dos mesmos,
 - o controlo do risco de **derrocadas** (infraestruturas danificadas),
 - a rapidez de ações de evacuação da **zona sinistrada**,
 - outros considerados relevantes;

- Testar a rapidez e eficiência na organização do **teatro de operações**;
- Testar, avaliar, prever qual o tipo de **apoio administrativo**, de **telecomunicações**, apoio à subsistência e **apoio a transportes no local, bem como a sua eficiência**;
- Verificar a **adequabilidade dos meios e equipamentos** aos diferentes tipos de emergência;
- Avaliar **necessidades de formação**, e de realização de novo(s) exercício(s).

Outro aspeto muito importante relacionado com a execução de exercícios prende-se com a determinação dos tempos despendidos pelas forças intervenientes até chegar ao local do sinistro, o que permite adequar e selecionar trajetos alternativos de acordo com a intensidade prevista de tráfego rodoviário e determinar quais as zonas que se encontram em maior risco devido a maior morosidade da chegada de meios ao local do sinistro. Integrados na normal atividade da proteção civil, os exercícios de proteção civil são levados a cabo tendo em vista alcançar diferentes objetivos de acordo com o tipo de risco considerado, envolvendo, por esse motivo, diferentes meios humanos e materiais. Desta forma, interessa não só treinar a resposta a dar aos principais riscos existentes no concelho, como também conhecer a necessidade de meios para que se consiga obter uma resposta positiva, uma vez que em situações onde se verifique a ocorrência de vários locais afetados em simultâneo será necessário distribuir de forma eficiente os meios existentes no concelho.

Tendo em consideração que os objetivos atrás referidos se aplicam a situações de risco de uma forma genérica, discrimina-se na Tabela IV.III.54 os cenários, os meios materiais e as entidades envolvidas para cada tipo de risco, enquanto na Tabela IV.III.55 se definem os objetivos para cada tipo de exercício. Os exercícios a realizar no sentido de testar a adequação do PMEPCCP deverão ser monitorizados ao longo da sua execução (Tabela IV.III.56). Para tal, o SMPC deverá preencher uma tabela de acompanhamento ao longo do exercício (Tabela IV.III.57). Além desta tabela, deverá ser registado no PMEPCCP os exercícios efetuados, assim como, as principais conclusões (Tabela IV.III.58).

Tabela IV.III.54. Exercícios, respetivos equipamentos e entidades a envolver

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ATUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
SISMOS	CPX ou LivEx	Municipal ou intermuni- cipal	1 a 2 dias	Escavadoras; veículos tanque de combate a incêndios, veículos plataforma, veículos com escada giratória, camiões; material de desencarceramento; ambulâncias; material de escoramento; material de fixação e estabilização; laboratório de campanha móvel (caso se justifique)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ FA ▪ GNR (incluindo a equipa cinotécnica) ▪ INAC ▪ INEM ▪ INMLCF ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ LNEC ▪ SMPC
CHEIAS E INUNDAÇÕES	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Ambulâncias; sistemas de comunicação; bombas de média e elevada capacidade fixas e móveis; mangueiras e acoplamentos compatíveis com diferentes normas; meios aquáticos de superfície	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ARH Centro ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR (incluindo a equipa cinotécnica) ▪ INEM ▪ INMLCF ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ SMPC
MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Escavadoras; camiões; material de desencarceramento; ambulâncias; material de escoramento; material de fixação e estabilização; equipamentos de purificação de águas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ARH Centro ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR (incluindo a equipa cinotécnica) ▪ INEM ▪ INMLCF ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ LNEC ▪ SMPC

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ATUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
VENTOS FORTES, TORNADOS E CICLONES VIOLENTOS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Escavadoras; camiões; material de desencarceramento; ambulâncias; material de escoramento; material de fixação e estabilização	<ul style="list-style-type: none"> Autoridade de Saúde BVCP CDOS de Leiria Centro de Saúde de Castanheira de Pera GNR IPMA INEM ISS – Centro Distrital de Leiria LNEC SMPC
SECAS	CPX	Municipal	1 dia	Cisternas de abastecimento de água; Unidade móvel de armazenamento de água	<ul style="list-style-type: none"> ARH Centro Autoridade de Saúde BVCP CDOS de Leiria Centro de Saúde de Castanheira de Pera GNR INEM IPMA SMPC
ONDAS DE CALOR	CPX	Municipal	1 dia	Unidade móvel de armazenamento de água; veículos para o transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis; ambulâncias; instalações climatizadas	<ul style="list-style-type: none"> Autoridade de Saúde BVCP CDOS de Leiria Centro de Saúde de Castanheira de Pera GNR IPMA INEM SMPC
VAGAS DE FRIO	CPX	Municipal	1 dia	Veículos para o transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis; ambulâncias; instalações climatizadas; agasalhos para distribuição; anticongelante	<ul style="list-style-type: none"> Autoridade de Saúde BVCP CDOS de Leiria Centro de Saúde de Castanheira de Pera GNR IPMA INEM SMPC

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ATUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
NEVÕES	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Veículos para o transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis; ambulâncias; limpa-neves; sal; maquinaria adaptada, ou seja, trator agrícola equipado com uma pá frontal e um adubador para espalhar sal; instalações climatizadas; agasalhos para distribuição; anticongelante	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR ▪ IPMA ▪ INEM ▪ SMPC
INCÊNDIOS FLORESTAIS ³	CPX ou LivEx	Municipal ou intermunicipal	1 dia	Meios aéreos; meios terrestres (viaturas e material de combate a incêndios, máquinas de rasto)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ICNF - Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro ▪ ARH Centro ▪ APFLOR - Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ FA ▪ GNR (incluindo a equipa GIPS) ▪ INEM ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ Sapadores Florestais ▪ SMPC

³ De referir que relativamente aos incêndios florestais, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios contém de forma detalhada os meios disponíveis das várias entidades envolvidas na prevenção, vigilância, combate e rescaldo e deve ser tido em consideração na realização do exercício.

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ATUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
INCÊNDIOS URBANOS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Veículos tanque de combate a incêndios, veículos plataforma, veículos com escada giratória, escavadoras; camiões; material de desencarceramento; ambulâncias; sistemas de comunicação; material de escoramento; material de fixação e estabilização;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR (incluindo a equipa cinotécnica) ▪ INEM ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ LNEC ▪ SMPC
COLAPSO/ ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Meios de estabilização de edifícios e maquinaria para remoção de destroços (bulldozers, retroescavadoras e camiões para transporte de entulhos)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR (incluindo a equipa cinotécnica) ▪ INEM ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ LNEC ▪ SMPC
ACIDENTES INDUSTRIAIS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Instalações de descontaminação para o pessoal; equipamentos pessoais e de proteção em ambiente contaminado; fatos estanques a gases (se necessário); ambulâncias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ARH Centro ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR ▪ INEM ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ LNEC ▪ SMPC

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ATUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Material de desencarceramento; ambulâncias; dispersantes; material de recuperação mecânica (remoção de óleo da superfície); meios de contenção de petróleo e seus derivados; meios terrestres e aéreos de combate a incêndios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ARH Centro ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR (incluindo a equipa cinotécnica) ▪ INAC ▪ INEM ▪ INMLCF ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ SMPC
TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Material de desencarceramento; ambulâncias; dispersantes; viaturas e fatos especiais de descontaminação; material de recuperação mecânica (remoção de óleo da superfície); meios de contenção de petróleo e seus derivados; meios terrestres, aéreos de combate a incêndios; gruas; camiões para trasfega	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ARH Centro ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR (incluindo a equipa cinotécnica) ▪ INEM ▪ INMLCF ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ SMPC
CONCENTRAÇÕES HUMANAS	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Material de dispersão de multidões (canhões de água, gás lacrimogéneo, balas de borracha, outros); meios para mobilização de massas (viaturas, cavalos, cães)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ GNR ▪ INEM ▪ SMPC

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	ÂMBITO	TEMPO DE ATUAÇÃO	MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	ENTIDADES PASSÍVEIS DE SEREM ENVOLVIDAS
CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CPX ou LivEx	Municipal	1 dia	Instalações de descontaminação para o pessoal; equipamentos pessoais e de proteção em ambiente contaminado; fatos estanques a gases (se necessário); ambulâncias; equipamento técnico para contenção e neutralização de perigos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade de Saúde ▪ BVCP ▪ CDOS de Leiria ▪ Centro de Saúde de Castanheira de Pera ▪ Águas do Centro ▪ GNR ▪ INEM ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ SMPC

Tabela IV.III.55. Exercícios, respetivos cenários e objetivos

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJETIVOS ⁴
SISMOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar as ações de busca técnica e/ou busca com cães ▪ Detetar e isolar materiais perigosos, caso se justifique ▪ Avaliar a eficácia de salvamentos com quebra de materiais, abertura de brechas, corte, elevação, deslocação e escoramento ▪ Desobstruir pontos de acesso ao local ▪ Simular procedimentos de evacuação e testar percursos alternativos com registo de tempos de ação ▪ Avaliar a rapidez da ativação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento
CHEIAS E INUNDAÇÕES	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Testar a capacidade de bombeamento em zonas inundadas e avaliar a capacidade de bombeamento de águas com lamas ▪ Avaliar o acesso de meios terrestres e aquáticos de superfície de e para os locais inundados ▪ Avaliar e testar a capacidade de evacuação de pessoas ao nível dos meios de transporte e acessibilidades ▪ Avaliar a rapidez da ativação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento
MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar a eficiência dos meios materiais, sua mobilização para os locais definidos e capacidade de remoção e estabilização de terras e redireccionamento de águas ▪ Testar a capacidade de bombeamento em zonas inundadas e avaliar a capacidade de bombeamento de águas com lamas ▪ Testar o fornecimento de água potável e efetuar o controlo da qualidade da água no ponto de saída dos equipamentos de purificação
CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a eficácia de salvamentos com quebra de materiais, abertura de brechas, corte, elevação, deslocação e escoramento

⁴ Aos objetivos listados acrescem os referidos anteriormente e que são aplicáveis a todos os exercícios, independentemente do tipo de risco.

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJETIVOS ⁴
SECAS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar e testar a eficácia do abastecimento de água com auxílio de unidades fixas (tanques a localizar em locais estratégicos) e/ou móveis no que se refere à sua localização e capacidade de abastecimento
ONDAS DE CALOR	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Testar a eficiência do abastecimento de água, com auxílio de unidades fixas e/ou móveis ▪ Avaliar a necessidade de transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis para locais pré-definidos e se é ajustada ao número de viaturas disponíveis ▪ Avaliar o acesso e a disponibilidade de instalações climatizadas ▪ Avaliar a rapidez da ativação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento
VAGAS DE FRIO	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a necessidade de transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis e se é ajustada ao número de viaturas disponíveis ▪ Avaliar o acesso e a disponibilidade de instalações climatizadas e agasalhos ▪ Avaliar a rapidez da ativação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento ▪ Verificar a necessidade de utilização de produtos anticongelantes nos equipamentos utilizados, nomeadamente combustíveis e outros componentes vitais ao funcionamento de vários tipos de equipamento
NEVÕES	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a necessidade de transporte de grupos de pessoas mais vulneráveis e se é ajustada ao número de viaturas disponíveis ▪ Avaliar a eficiência e disponibilidade da maquinaria para desobstruir as principais vias de comunicação ▪ Avaliar o acesso e a disponibilidade de instalações climatizadas e agasalhos ▪ Verificar a necessidade de utilização de produtos anticongelantes nos equipamentos utilizados, nomeadamente combustíveis e outros componentes vitais ao funcionamento de vários tipos de equipamento ▪ Avaliar a eficiência dos procedimentos para recolha de sal ▪ Avaliar a hierarquização dos locais prioritários de intervenção

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJETIVOS ⁴
INCÊNDIOS FLORESTAIS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> Testar a capacidade de bombeamento para fornecimento de água destinada a apoiar o combate a incêndios Avaliar a capacidade de extinção de incêndios florestais e outros incêndios por meio de combate aéreo Avaliar a capacidade dos meios aéreos executarem operações contínuas Testar o equipamento de comunicação entre as equipas no terreno, meios aéreos e terrestres e posto de comando
INCÊNDIOS URBANOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> Verificar os acessos a edifícios por parte dos bombeiros Simulação de operações de evacuação e socorro a vítimas com teste de percursos alternativos com registo dos tempos obtidos e avaliação da quantidade de meios a empenhar de forma a pôr cobro às diferentes situações de emergência Avaliar e testar a rede de pontos de água urbanos Testar o dimensionamento dos caminhos de saída para evacuação de acordo com o porte do edifício e o tipo de ocupação Avaliar a localização e o funcionamento dos sistemas de ventilação para os caminhos de evacuação nos edifícios
COLAPSO/ ESTRAGOS AVULTADOS EM EDIFÍCIOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> Verificar os acessos a edifícios por parte dos bombeiros Verificar a eficiência dos meios materiais, sua mobilização para os locais definidos e capacidade de remoção e estabilização de terras/edifícios Verificar o isolamento dos edifícios a colapsar, bem como o corte das vias de acesso aos mesmos Avaliar as ações de busca técnica e/ou busca com cães
ACIDENTES INDUSTRIAIS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> Testar a capacidade para detetar e identificar substâncias químicas e riscos radiológicos Avaliar a possibilidade de fazer análises quantitativas de produtos químicos industriais tóxicos comuns e agentes de guerra química reconhecidos Avaliar a capacidade de recolha de amostras, manipulação e preparação de amostras químicas e radiológicas Aplicar modelos científicos adequados à previsão dos perigos e monitorizar Apoiar a redução imediata dos riscos: contenção do perigo; neutralização do perigo; assistência técnica a outras equipas Articular as ações de emergência com as descritas nos PEI, caso existam

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJETIVOS ⁴
ACIDENTES VIÁRIOS, E AÉREOS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar e testar ações de busca técnica e/ou busca com cães ▪ Testar a utilização de equipamentos (remoção mecânica) e de substâncias dispersantes no caso de se tratar de derrames de petróleo e seus derivados ▪ Testar a eficiência de deslocação dos meios terrestres e aquáticos de emergência ▪ Avaliar e testar a capacidade de remoção e estabilização de estruturas ▪ Avaliar e testar a capacidade de trasfega de materiais perigosos para reservatórios/cisternas em caso de comprometimento da integridade estrutural do reservatório inicial ▪ Testar a limpeza e neutralização de substâncias perigosas na zona afetada, e testar a rapidez do seu isolamento
TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Testar a utilização de equipamentos (remoção mecânica) e de substâncias dispersantes no caso de se tratar de derrames de petróleo e seus derivados ▪ Testar a eficiência de deslocação dos meios terrestres e aquáticos de emergência ▪ Avaliar e testar a capacidade de remoção e estabilização de estruturas ▪ Avaliar e testar a capacidade de trasfega de materiais perigosos para reservatórios/cisternas em caso de comprometimento da integridade estrutural do reservatório inicial ▪ Testar a limpeza e neutralização de substâncias perigosas na zona afetada, e testar a rapidez do seu isolamento ▪ Avaliar e testar a eficiência e disponibilidade da maquinaria e dos fatos especiais de descontaminação
CONCENTRAÇÕES HUMANAS	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Testar a forma de atuação de agentes a pé e a cavalo, bem como dos agentes com cães pertencentes a brigada(s) cinotécnica(s) ▪ Avaliar e testar as ações de intimidação e contenção com o auxílio de canhões de água, gás lacrimogéneo e balas de borracha ▪ Avaliar e testar pontos de passagem com estrangulamento e/ou obstrução
CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Detetar e retirar amostra(s) biológica(s) ▪ Determinar e delimitar a área contaminada – zona de sinistro ▪ Avaliar a capacidade de recolha, manipulação e preparação de amostras

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	OBJETIVOS ⁴
CONTAMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CPX ou LivEx	A definir: Data; Hora; Local; Evento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação ou confirmação das medidas de proteção já adotadas ▪ Previsão da situação, monitorização e avaliação da dinâmica dos riscos ▪ Emissão de avisos ou outras medidas

REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA

[illegible]

⁸ Indicar os ensinamentos recolhidos para futuras revisões do Plano

Tabela IV.III.57. Acompanhamento das ações previstas no cenário (ficha de controlo)

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES PREVISTAS NO CENÁRIO							
CENÁRIO	LOCAL	HORA ⁹	TEMPO DE EXECUÇÃO	ESTADO DOS INTERVENIENTES ¹⁰	INTERVENIENTES	CONTROLADOR RESPONSÁVEL	RESPOSTA ESPERADA

⁹ A hora registada em minutos é antecedida por um sinal de “-” ou “+”, relativamente à hora de início do exercício “00 min”.

¹⁰ O estado dos intervenientes pode ser A – ativo, P – passivo; C – contingência (pode ser chamado a intervir no cenário).

Tabela IV.III.58. Formulário de avaliação do exercício

**AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO**

1. CARACTERIZAÇÃO DO EXERCÍCIO						
TIPO						
LOCAL		DATA		HORA		
ÁREAS ALVO						
2. AVALIAÇÃO OPERACIONAL						
DESCRIÇÃO	EFICIÊNCIA					OBSERVAÇÕES
	Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	
Notificação e resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Comunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Segurança e saúde dos intervenientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Triagem e tratamento de doentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Gestão de fatalidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Eficácia da triagem de doentes e seu acompanhamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Ajustamento do tratamento médico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Avaliação do equipamento e reforços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Organização dos vários setores e divisão de responsabilidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Comunicação entre setores e outras entidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Integração das atividades com as forças de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

3. AVALIAÇÃO DE ÁREAS ÁLVO

NOTIFICAÇÃO E RESPOSTA

QUE INFORMAÇÃO PRELIMINAR FOI DADA ÀS PRIMEIRAS UNIDADES DE RESPOSTA?

RECOMENDAÇÕES

QUE PASSOS FORAM DADOS PELA PRIMEIRA EQUIPA PARA SUA PRÓPRIA PROTEÇÃO?

RECOMENDAÇÕES

4. COMENTÁRIOS FINAIS

5. RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

HORA E DATA	RESPONSÁVEL
	(Assinatura)

7. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO

Com o objetivo de assegurar a devida distribuição do Plano, na Tabela IV.III.59 identificam-se as entidades a quem será disponibilizado o PMEPPCP (componentes públicas e reservadas), designadamente, as entidades integrantes da Comissão Municipal de Proteção Civil. A disponibilização pública das componentes do Plano não reservadas será assegurada através de suportes de tecnologia de informação e comunicação, em particular, através da página da internet da Câmara Municipal de Castanheira de Pera.

Tabela IV.III.59. Distribuição do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera

DISTRIBUIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA		
ENTIDADE	RESPONSÁVEL DA ENTIDADE	DATA
CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PERA	Fernando José Pires Lopes	
GABINETE TÉCNICO FLORESTAL	Gabriela Silva	
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTANHEIRA DE PERA	António Alves	
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA	José Domingues Correia	
CENTRO DE SAÚDE DE CASTANHEIRA DE PERA	Paulo Antunes	
	Natália Veloso	
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA	Emanuel Carlos de Almeida Joaquim	
CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL – REPRESENTAÇÃO LOCAL	Maria do Céu Mendes	
Guarda Nacional Republicana	Henriques Faria	
AUTORIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO		
CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA		
POLÍCIA JUDICIÁRIA		
SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS		
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS - DIREÇÃO REGIONAL DE FLORESTAS DO CENTRO		

DISTRIBUIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA		
ENTIDADE	RESPONSÁVEL DA ENTIDADE	DATA
ESTRADAS DE PORTUGAL		
REN		
EDP		
AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (EX-ARH DO CENTRO)		
ÁGUAS DO CENTRO		
APFLOR		
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROSVOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA		
CCDR CENTRO		
CDOS DE LEIRIA		
FORÇAS ARMADAS		
IPMC		
INAC		
INEM		
INSTITUTO DE REGISTOS E NOTARIADO - MJ		
INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES (INMLCF)		
INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA		
IPSS QUE ATUAM NO CONCELHO		
LNEC		
MINISTÉRIO PÚBLICO - PGR		
NOS		

DISTRIBUIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA		
ENTIDADE	RESPONSÁVEL DA ENTIDADE	DATA
PORTUGAL TELECOM		
MEO		
VODAFONE		
ANPC	Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira	
JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL	José Lourenço	
CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS	Jorge Manuel Fernandes de Abreu	
CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS	Maria de Lurdes Oliveira Castanheira	
CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ	Luís Antunes	
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE	Valdemar Gomes Fernandes Alves	

8. LEGISLAÇÃO

Neste Ponto encontra-se uma listagem dos diplomas legais relevantes para o PMEPCCP. A legislação encontra-se organizada sectorialmente e, dentro desta, por ordem cronológica, da mais atual para a mais antiga e com a devida identificação.

8.1 Legislação estruturante

LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE DE PROTEÇÃO CIVIL
Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio - Procede à segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, alterado pelo Decreto -Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, que institui o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).
Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna.
Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho - Conta de Emergência, que permite adotar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade.
Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal.
Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho - Cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).
Lei n.º 27/2006, de 3 de julho - Lei de Bases da Proteção Civil.

8.1.1 Lei de segurança interna

As medidas previstas na **Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, relativa à segurança interna**, destinam-se, em especial a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública. No âmbito desta Lei foi estabelecido que os órgãos do Sistema de Segurança Interna (SSI) são:

- **Conselho Superior de Segurança Interna** - órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna, presidido pelo Primeiro-Ministro. O Conselho assiste o Primeiro-Ministro no exercício das suas competências em matéria de segurança interna, nomeadamente, na adoção das providências necessárias em situações de grave ameaça à segurança interna;
- **Secretário-Geral** - é equiparado a secretário de Estado, funciona na direta dependência do Primeiro-Ministro ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna e dispõe de um gabinete de apoio. As suas competências são de coordenação, direção, controlo e comando operacional;

- **Gabinete Coordenador de Segurança** - órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das forças e dos serviços de segurança, funcionando na direta dependência do Primeiro-Ministro ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna. Compete-lhe assistir de modo regular e permanente o Secretário-Geral do SSI no exercício das suas competências.

As forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidários e concorrem para garantir a segurança interna. As entidades que exercem funções de segurança interna são:

- Guarda Nacional Republicana;
- Polícia de Segurança Pública;
- Polícia Judiciária;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Serviço de Informações de Segurança;
- Órgãos da Autoridade Marítima Nacional;
- Órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

8.1.2 Conta de emergência

Com o objetivo de fazer frente a problemas sociais graves gerados pelas situações de catástrofe ou calamidade, uma vez que nem sempre os mecanismos de assistência pública e privada permitem dar-lhes resposta, foi criado um regime que permite adotar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofes ou calamidades. Assim, através do **Decreto-Lei n.º112/2008, de 1 de julho, foi aberta no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, uma conta de emergência titulada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.** Esta conta só pode ser acionada para fazer frente a situações de catástrofes ou calamidades, por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna.

8.1.3 Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal

A **Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, estabeleceu o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal**, assim como, a organização dos serviços municipais de proteção civil e determinou as competências do comandante operacional municipal, completando, assim, o quadro legislativo da atuação dos agentes de proteção civil iniciado com a aprovação da Lei de Bases da Proteção Civil, a 3 de julho de 2006. Além

disso, indica que a atividade de proteção civil de âmbito municipal compreende, entre outros, os seguintes domínios, relativamente aos quais o PMEPCCP pretende dar resposta:

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos do concelho;
- Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações afetadas;
- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal;
- Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais existentes no concelho;
- Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos no território municipal.

A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, em conformidade com o estabelecido na Lei de Bases da Proteção Civil, indica a composição da CMPC, assim como as suas competências, que vão desde o parecer favorável ao PMEPCCP e determinação do acionamento de planos de emergência, até à difusão de comunicados e avisos às populações e a entidades e instituições, incluindo órgãos de comunicação social. Ainda relativamente ao planeamento de emergência, estabelece que a elaboração do PMEPCCP é da responsabilidade da Câmara Municipal devendo, após parecer favorável pela CMPC, o Plano ser remetido para aprovação pela CNPC.

No que respeita às **responsabilidades e poderes do Presidente da Câmara Municipal**, este diploma legal, indica que o mesmo constitui a autoridade municipal de proteção civil, cabendo-lhe a responsabilidade de declarar a situação de alerta de âmbito municipal.

Relativamente ao **Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)**, a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro estabelece as suas competências, sendo que ao nível do planeamento de emergência se destacam as seguintes:

- Acompanhar a elaboração e atualização do PME e dos planos especiais, quando estes existam;
- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC;
- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;

- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência;
- Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil.

Para além das competências do SMPC no âmbito do planeamento, a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, define ainda as suas competências nos domínios da prevenção e segurança, como propor medidas de segurança face aos riscos inventariados no concelho, colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros e realizar ações de sensibilização relativas a questões de segurança e autoproteção junto das populações. No que respeita ao **planeamento de emergência**, este diploma legal, refere que o PME deverá ser elaborado de acordo com as diretivas emanadas da Comissão Nacional de Proteção Civil, e que compreenderá:

- A tipificação dos riscos;
- As medidas de prevenção a adotar;
- A identificação dos meios e recursos mobilizáveis em situações de acidente grave ou catástrofe;
- A definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil municipal;
- Os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis;
- A estrutura operacional que irá garantir a unidade de direção e controlo permanente da situação;
- Uma carta de risco e um plano prévio de intervenção para cada tipo de risco existente no concelho, que deverão ter em conta, quer a sua frequência e magnitude, quer a gravidade e extensão dos seus efeitos previsíveis.

A 18 de julho de 2008 a CNPC, através da Resolução n.º 25/2008, definiu o conteúdo e índice dos planos de emergência (incluindo os PMEPC), bem como a periodicidade da sua revisão e da realização de exercícios (pelo menos de 2 em 2 anos em ambos os casos).

8.1.4 Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

No seguimento da Lei de Bases da Proteção Civil foi promulgado a 25 de julho de 2006 o **Decreto-Lei n.º 134/2006 que cria e regulamenta o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)**, republicado através do **Decreto-Lei n.º 72/2013 de 31 de maio**, o qual define as “conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo

da respetiva dependência hierárquica e funcional”.

O SIOPS assenta em estruturas de coordenação e de comando de âmbito nacional e distrital (centro de coordenação operacional nacional e centros de coordenação operacional distritais, e comando nacional e comandos distritais de operações de socorro), remetendo para diploma autónomo a definição do regime dos serviços municipais de proteção civil.

O SIOPS define também o sistema de gestão de operações que constitui a forma de organização operacional que se desenvolve de forma modular, de acordo com a importância e o tipo de ocorrência (garantia de uma cadeia de comando única). Constatase, portanto, que as entidades que atuam ao nível do concelho em ações de proteção civil terão necessariamente de se articular com o respetivo Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD) e Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS).

Relativamente aos CCO, importa referir que o seu regulamento de funcionamento encontra-se definido no Art. 2.º, a qual estabelece, entre outros elementos, as situações que justificam a sua reunião, os atos que poderão realizar e as relações operacionais entre os CCOD e CDOS. O funcionamento e articulação das estruturas de coordenação e comando no âmbito do SIOPS encontram-se definidos em pormenor no Ponto 1, da Secção I (Parte IV).

Este diploma legal define ainda o que se entende por alerta especial, compreendendo o mesmo quatro níveis (azul, amarelo, laranja e vermelho), ativados de forma progressiva, conforme a gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige. **A Declaração n.º 97/2007, de 16 de maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), define em concreto, de acordo com o grau de probabilidade e gravidade da ocorrência em causa, o nível de alerta especial que deverá ser acionado e a respetiva correspondência no que respeita ao grau de mobilização e prontidão dos agentes de proteção civil.**

Ainda no que se refere à declaração do estado de alerta especial, o Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio, define no seu artigo 25.º que a determinação do mesmo é da competência exclusiva do Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON). Neste sentido, será conveniente evitar que os estados de alerta declarados pelos Presidentes das Câmaras Municipais tenham também eles diferentes níveis, de forma a evitar confusões nesta matéria.

No que se refere a ações de busca e salvamento, este diploma legal, estabelece que o SMPC, bem como os corpos de bombeiros e outras entidades integrantes do sistema de proteção e socorro devem informar, de forma célere, o CDOS, e este CADIS (comandantes operacionais de agrupamento distrital) e o CNOS (Comando Nacional de Operações de Socorro), de qualquer iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe envolvendo aeronaves.

Por fim, no que se refere à figura do **Comandante Operacional Municipal (COM)**, a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, estabelece que o mesmo depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal, a

quem compete a sua nomeação, atuando exclusivamente no âmbito territorial do respetivo município.

Ao nível das competências do COM, a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, estabelece ainda que caberá ao mesmo, para além da promoção de planos prévios de intervenção e de reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, **assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal**, nas situações previstas no PME, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.

8.1.5 Lei de bases da proteção civil

A atividade de proteção civil tem sofrido nos últimos anos uma significativa reformulação legislativa, tendo-se iniciado com a aprovação da **Lei de Bases da Proteção Civil a 3 de julho de 2006 (Lei n.º 27/2006)**. Esta Lei, para além de definir o enquadramento, coordenação, direção e execução da política de proteção civil, estabelece a colaboração a prestar pelas forças armadas em caso de emergência, e define importantes conceitos de proteção civil como acidente grave ou catástrofe, assim como, o que se entende por situação de alerta, contingência e calamidade (ver Secção I, da Parte IV).

Relativamente à atividade de proteção civil de âmbito municipal, a Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, define não só as responsabilidades do Presidente de Câmara e das Comissões Municipais de Proteção Civil, como também a composição desta última. De forma resumida, os aspetos essenciais da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, a reter relativamente à atividade de proteção civil de âmbito municipal são os seguintes:

- Compete ao Presidente da Câmara Municipal declarar a **situação de alerta** de âmbito municipal (artigo 13.º), bem como, no exercício de funções de responsável municipal da política de proteção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso, sendo para tal apoiado pelo serviço municipal de proteção civil e pelos restantes agentes de proteção civil de âmbito municipal (artigo 35.º).
- Cabe ao Presidente da ANPC¹¹ declarar a **situação de alerta ou contingência**, no todo ou em parte do seu âmbito territorial de competência, precedida da audição, sempre que possível, dos Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios abrangidos (artigos 13.º e 16.º).
- A **declaração da situação de calamidade** é da competência do Governo e reveste a forma de resolução de Conselho de Ministros (Artigo 19.º); é concedido o direito de preferência aos municípios nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na área delimitada pela declaração de calamidade; os particulares que pretendam alienar imóveis abrangidos pelo direito de preferência dos

¹¹ Ao abrigo do artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.

municípios devem comunicar a transmissão pretendida ao Presidente da Câmara Municipal.

- A **declaração de situação de alerta** compreende necessariamente a obrigatoriedade de convocação da CMPC; o estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de proteção civil, bem como dos recursos a utilizar; o estabelecimento das orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança; e a adoção de medidas preventivas adequadas à ocorrência (artigos 14.º e 15.º).
- No concelho existe a Comissão Municipal de Proteção Civil cujas competências são as previstas para as comissões distritais adequadas à realidade e dimensão do concelho (artigo 40.º; ver a este respeito o Ponto 2, da Parte IV – Secção I).

8.2 Legislação técnico-operacional

LEGISLAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL
Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.
Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro – Regulamento de Segurança de Barragens.
Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas.
Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).
Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, "Intervenção", da Diretiva n.º 96/29/EURATOM.
Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de julho – Proteção contra Radiações Ionizantes.
Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

8.3 Legislação concorrente

LEGISLAÇÃO CONCORRENTE
Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.
Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro - Transferência de competências dos governos civis para outras entidades da Administração Pública, no âmbito da competência legislativa do Governo, regula a liquidação do património dos governos civis e define o regime legal aplicável aos seus funcionários.
Lei n.º 44/86, de 30 de setembro – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

8.4 Legislação aplicável à autarquia

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À AUTARQUIA
Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro - Estabelece as regras referentes à concessão de auxílios financeiros às autarquias locais bem como o regime associado ao Fundo de Emergência Municipal.
Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.
Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro – Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil (SMPC) e determina as competências do comandante operacional municipal.
Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto.
Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto - Lei da estabilidade orçamental.
Lei n.º 15/2001, de 5 de junho - Reforça as garantias do contribuinte e a simplificação processual, reformula a organização judiciária tributária e estabelece um novo regime geral para as infrações tributárias.
Lei n.º 33/1998, de 18 de julho - Criação dos Conselhos Municipais de Segurança.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/94, de 20 de setembro – Ratificação do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera.
Decreto-Lei n.º 363/88, de 14 de outubro - Disciplina a concessão de auxílio financeiro do Estado às autarquias locais.

8.4.1 Concessão de auxílios financeiros por calamidade

A Lei das Finanças Locais prevê a possibilidade de concessão de auxílios financeiros às autarquias em situação de calamidade. O Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro veio definir o regime de concessão de auxílios financeiros nas situações em que o governo tenha declarado a situação de calamidade, bem como o tratamento associado ao Fundo de Emergência Municipal.

Podem celebrar contratos de concessão de auxílio financeiro, no âmbito de declaração de situação de calamidade, os municípios, as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas. As candidaturas a contratos de auxílio financeiro são apresentadas junto da comissão de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), sendo as candidaturas apresentadas em formulário próprio a aprovar através de portaria do membro do Governo responsável pela área das autarquias locais.

No que respeita ao **Fundo de Emergência Municipal**, o Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro define que o Orçamento de Estado contém anualmente uma autorização de despesa no montante máximo equivalente a 1% do Fundo de Equilíbrio Financeiro dos municípios do continente, do ano em questão, destinada exclusivamente a auxílios financeiros à administração local, em caso de declaração de situação de calamidade. A gestão do fundo é

competência da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

8.4.2 Lei das finanças locais

A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, relativa às finanças locais, estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. De salientar, em matéria de proteção civil, que o Governo pode tomar providências orçamentais necessárias à concessão de auxílios financeiros às autarquias locais, nas situações de calamidade pública e em circunstâncias graves que afetem drasticamente a operacionalidade das infraestruturas e dos serviços municipais de proteção civil.

A concessão de auxílios financeiros às autarquias locais em situações de calamidade pública é regulada em diploma próprio, o qual procede igualmente à criação do Fundo de Emergência Municipal. Além disso, são excecionados do limite geral dos empréstimos dos municípios, previsto no n.º 2, do artigo 39.º, os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por situações de calamidade pública.

8.5 Legislação aplicável aos agentes de proteção civil

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL – GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR)

Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho de 2010 - Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana.

Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro - Aprova o Estatuto do Militar da Guarda, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 92/2009, de 27 de novembro.

Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro – Aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR). É revogado o Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de junho, com exceção:

- a) dos artigos 29.º e 30.º, cuja revogação produz efeitos com entrada em vigor de uma nova lei de segurança interna.

Portaria n.º 798/2006, 11 de agosto - São definidos os termos em que se processa a coordenação da atividade dos serviços dependentes dos diferentes ministérios no âmbito da legislação florestal e ambiental.

Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), da Guarda Nacional Republicana - define os termos da coordenação da GNR na estrutura Nacional da Proteção Civil.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL - BOMBEIROS

Portaria n.º 76/2013, de 18 de fevereiro - Estabelece os termos e condições do Novo Programa Permanente de Cooperação, que apoia de modo regular, o desenvolvimento permanente das missões dos corpos de bombeiros.

Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro - procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2007, 27 de junho, que define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL - BOMBEIROS

território continental.

Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro - procede à segunda alteração ao decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental.

Portaria 75/2011, de 15 de fevereiro - Primeira alteração à Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, que define a composição e funcionamento das equipas de intervenção permanente dos corpos de bombeiros detidos por associações humanitárias de bombeiros.

Despacho n.º 11535/2010, de 15 de julho - Alteração ao Regulamento de Especificações Técnicas de Veículos e Equipamentos Operacionais dos Corpos de Bombeiros.

Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil n.º 20915/2008, de 11 de agosto – Regulamento do modelo organizativo dos Corpos de Bombeiros.

Portaria n.º 571/2008, de 3 de julho – Serviço Operacional dos Bombeiros Voluntários.

Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro - Equipas de Intervenção Permanente.

Despacho do Secretário de Estado da Proteção Civil n.º 22396/2007, de 26 de setembro – Força Especial de Bombeiros.

Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto – Define o regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros, bem como as regras da sua associação em confederação e federações.

Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho – Define o regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho – Define o regime jurídico dos Bombeiros Portugueses, no Território Nacional.

Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril - Estabelece o estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local.

Lei n.º 12/1997, de 21 de maio – Regula a atividade de transporte de doentes por Corpos de Bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL – SAÚDE

Lei n.º 81/2009, de 21 de agosto - Institui um sistema de vigilância em saúde pública, que identifica situações de risco, recolhe, atualiza, analisa e divulga os dados relativos a doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública, bem como prepara planos de contingência face a situações de emergência ou tão graves como de calamidade pública.

Decreto-Lei n.º 102/2009, de 11 de maio – Altera o Decreto-lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, em particular, no que se refere à identificação, por grupo profissional, dos recursos humanos a afetar a cada agrupamento, e não a cada centro de saúde.

Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril - Estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde – Revogação do D.L. 336/93, de 29 de setembro.

Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de abril - Reestruturação da organização dos serviços operativos de saúde pública a nível regional e local, articulando com a organização das administrações regionais de saúde e dos agrupamentos de centros de

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL – SAÚDE

saúde – Revogação do D.L. n.º 286/99, de 27 de julho, com exceção do seu artigo 24.º.

Portaria n.º 273/2009, de 18 de março – Reorganiza os Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) integrados na Administração Regional de Saúde do Centro, inserindo o Centro de Saúde de Castanheira no ACES do Pinhal Interior Norte.

Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro - Estabelece o enquadramento legal necessário à criação dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, abreviadamente designados por ACES, e estabelece o seu regime de organização e funcionamento.

Decreto-Lei n.º 39/2002, de 26 de fevereiro - Alteração ao Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de maio, nomeadamente, a forma de designação da direção técnica dos centros de saúde.

Decreto-Lei n.º 286/99, de 27 de julho - Organização dos Serviços de Saúde Pública.

Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de maio - Regime de criação, organização e funcionamento dos Centros de Saúde.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Decreto-Lei n.º 449/2001, de 5 de maio – Cria o Sistema de Socorro e Luta contra incêndios (SSLI).

Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo.

8.6 Legislação aplicável a organismos e entidades de apoio**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL – CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (CVP)**

Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto – Aprova o regime jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e os respetivos estatutos, os quais fazem parte integrante do presente decreto-lei. São revogados:

O Decreto-Lei n.º 164/91, de 7 de maio;

O Decreto Regulamentar n.º 10/93, de 27 de abril;

A Portaria n.º 424/96, de 29 de agosto.

Decreto Regulamentar n.º 26/1998, de 6 de novembro – Altera o artigo 27.º do Estatuto da CVP, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 10/1993.

Lei n.º 12/1997, de 21 de maio – Regula a atividade de transporte de doentes por Corpos de Bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

Decreto-Lei n.º 771/1996, de 31 de dezembro – Homologa a alteração do regulamento geral de funcionamento da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

8.7 Legislação relacionada com a prevenção de riscos de origem natural, tecnológica ou mista

Na Figura IV.III.1 apresentam-se os principais diplomas legais que regulamentam diferentes matérias de interesse para a prevenção de riscos naturais, tecnológicos e mistos no âmbito municipal.

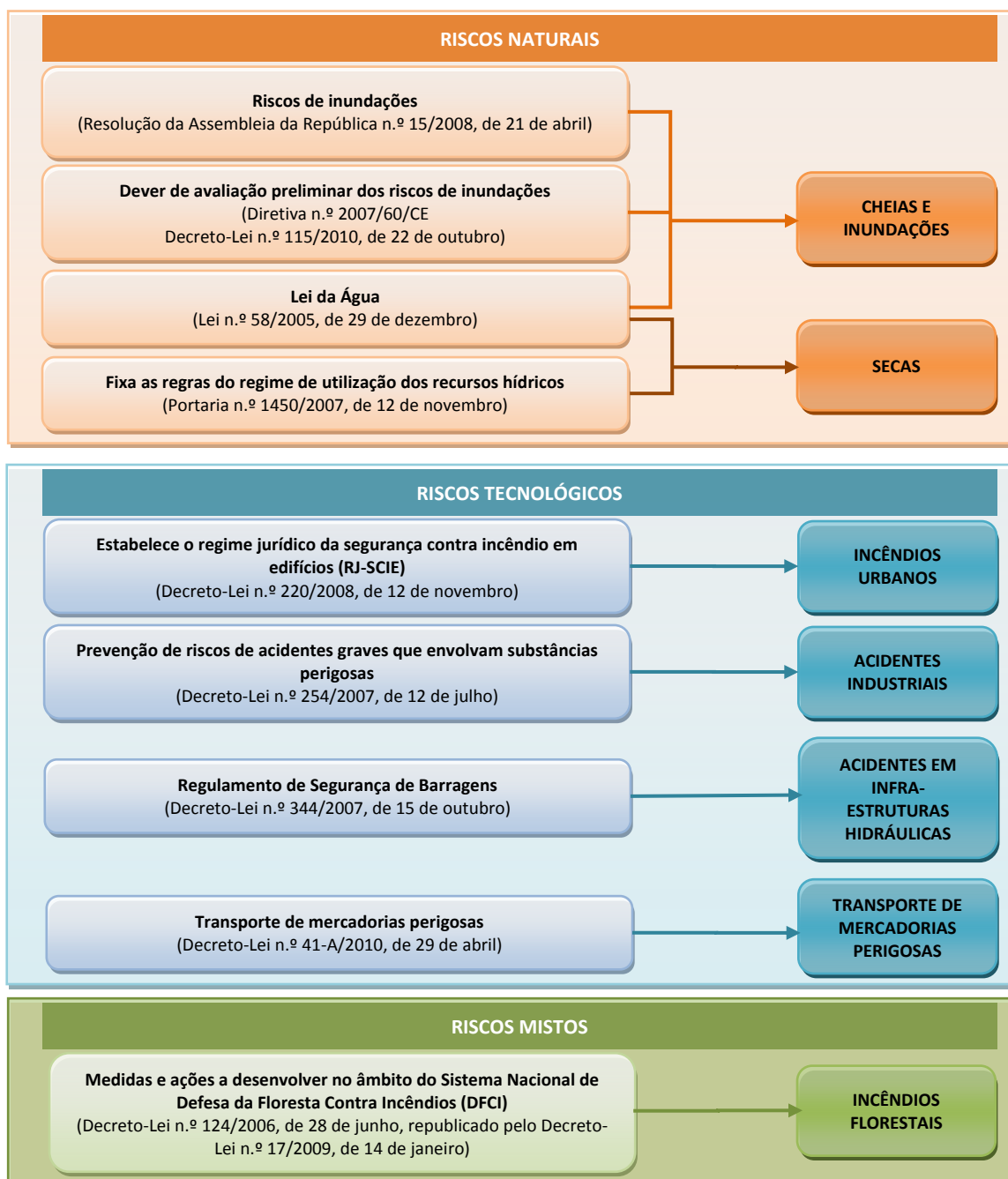


Figura IV.III.1. Legislação específica de diferentes áreas relacionadas com a prevenção de riscos

8.7.1 Cheias e inundações

LEGISLAÇÃO RELATIVA AO RISCO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas.

Decreto-lei n.º 364/98, de 21 de novembro - Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.

8.7.2 Secas

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RECURSOS HÍDRICOS

Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio - Regime de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas.

Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro - Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração.

Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro – Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos.

Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio - Estabelece o regime de utilização dos recursos hídricos.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas.

Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro - Estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de fevereiro - Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água

- Artigo 40.º - Medidas de proteção contra cheias e inundações - Este artigo indica que as zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias (áreas contíguas à margem dos cursos de água ou do mar que se estendam até à linha alcançada pela maior cheia com probabilidade de ocorrência num período de retorno de um século) deverão ser objeto de medidas especiais de prevenção e proteção, delimitando-se as áreas em que é proibida ou condicionada a edificação. Neste artigo indica-se ainda que é competência da autoridade

nacional da água (atualmente a APA), em articulação com a ANPC e a Administração da Região Hidrográfica (a qual foi fundida na APA) competente, a criação de sistemas de alerta para salvaguarda de pessoas e bens.

- Artigo 41.º - Medidas de proteção contra secas – É indicada a necessidade de os programas de intervenção em situação de seca compreenderem a definição das metas a atingir e as das medidas a aplicar, indicando-se ainda que deverá ser prioritariamente assegurada a disponibilização de água para o abastecimento público e só depois o abastecimento para as atividades vitais dos sectores agropecuário e industrial.
- Artigo 42.º - Medidas de proteção contra acidentes graves de poluição - Neste artigo é indicado que os programas de prevenção e de combate a acidentes graves de poluição, nomeadamente os constantes nos planos de recursos hídricos devem identificar e avaliar os riscos de poluição de todas as fontes potenciais (unidades industriais, estações de tratamento de águas residuais, minas abandonadas, depósitos de resíduos e circulação de veículos de transporte de substâncias de risco), bem como todas as utilizações que poderão ser afetadas. Os supracitados programas deverão ainda definir as medidas destinadas às diversas situações previsíveis nos sectores de atividade de maior risco. O mesmo artigo refere ainda que deverá ser estabelecido um sistema de aviso e alerta, cabendo em primeiro lugar à entidade responsável pelo acidente a obrigação de alertar as autoridades competentes.
- Artigo 43.º - Medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas – A regulamentação sobre a segurança de barragens foi posteriormente redefinida pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, cuja análise se faz de seguida.
- Artigo 44.º - Estado de emergência ambiental – Em caso de catástrofes naturais ou acidentes provocados pelo homem que danifiquem ou causem um perigo muito significativo de dano grave e irreversível da saúde humana, segurança das pessoas e qualidade das águas, pode o Primeiro-Ministro declarar, em todo ou em parte do território nacional o estado de emergência ambiental. Nesta situação as administrações das regiões geográficas poderão, entre outras ações, modificar o conteúdo dos atos que autorizam utilizações dos recursos hídricos e definir prioridades de utilização dos mesmos. **O estado de emergência ambiental terá a duração máxima de três meses.**

Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio - Regime de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas

Estabelece como objetivo principal a proteção e valorização dos recursos hídricos associados às albufeiras, lagoas ou lagos de águas públicas, bem como do respetivo território envolvente, numa faixa que corresponde à zona terrestre de proteção, com uma largura de 500 m, como regra geral, com a possibilidade de a mesma ser ajustada para uma largura máxima de 1000 m nos casos em que seja elaborado um plano especial de ordenamento do território e estabelece-se ainda, dentro da zona terrestre de proteção, uma zona reservada, com uma largura de 100 m.

Neste tipo de plano é interdita a ocupação urbana (turística) numa faixa de dimensão variável e é efetuada a definição dos acessos e locais preferenciais para a permanência dos diferentes utilizadores, o que, em termos de proteção civil, por um lado evita que sejam deslocados meios para a proteção de infraestruturas e pessoas em detrimento de outros focos de atenção e por outro permite que, caso seja necessária a intervenção da proteção civil, os locais de atuação estejam bem identificados no terreno. De referir ainda que as áreas de utilização recreativa e de lazer designadas no plano têm vias de acesso que permitem a circulação de veículos de emergência, e, em alguns casos, equipamentos para comunicações de emergência.

Na ausência de POAAP, aplica-se às albufeiras de águas públicas de serviço público e respetivas zonas de proteção, o regime de utilização consagrado no Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, tendo sido definido um conjunto de atividades interditas e condicionadas, por se entender que tais atividades são aquelas que mais contribuem para a degradação dos recursos hídricos.

No que respeita às lagoas ou lagos de águas públicas, o mesmo diploma estabelece que a sua proteção é assegurada através do regime nele definido ou de um POAAP - com a particularidade de, neste último caso, o referido plano ter por objeto uma lagoa ou lago de águas públicas - ou, nalguns casos, através de planos de ordenamento de áreas protegidas (POAP), sempre que o meio hídrico a proteger se encontre, na sua totalidade, dentro da sua zona de intervenção e as entidades competentes assim o determinem.

8.7.3 Incêndios urbanos

LEGISLAÇÃO RELATIVA À SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS

Portaria n.º 773/2009, de 21 de julho – Procedimento de Registo, na Autoridade Nacional de Proteção Civil, das Entidades que exerçam a atividade de Comercialização, Instalação e ou Manutenção de Produtos e Equipamentos de Segurança Contra Incêndio em Edifícios.

Portaria n.º 610/2009, de 8 de junho – Regulamenta o funcionamento do sistema informático previsto no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro.

Portaria n.º 64/2009, de 22 de janeiro - Estabelece o regime de credenciação de entidades pela ANPC para a emissão de pareceres, realização de vistorias e de inspeções das condições de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE).

Despacho n.º 2074/2009, de 15 de janeiro, do Presidente da ANPC, conforme previsto no n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 220/2008 de 12 de novembro - Critérios técnicos para determinação da densidade de carga de incêndio modificada.

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro - Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE).

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro - Estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RJ-SCIE).

8.7.4 Acidentes industriais

LEGISLAÇÃO RELATIVA A ACIDENTES INDUSTRIAIS

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.

LEGISLAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE INDUSTRIAL

Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro - Estabelece o regime de exercício da atividade industrial (REAI) e revoga o Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de abril, e respetivos diplomas regulamentares.

Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de julho - Relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes.

Portaria n.º 966/2007, de 22 de agosto - Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador do sistema de gestão de segurança de estabelecimentos de nível superior de perigosidade.

Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro - Regula os pedidos de licenciamento de combustíveis.

Portaria n.º 473/2003, de 11 de junho - Define os termos de apresentação dos pedidos de instalação ou de alteração dos estabelecimentos industriais. Revoga a Portaria n.º 314/94, de 24 de maio.

Portaria n.º 464/2003, de 6 de junho - Estabelece um novo regime legal para o exercício da atividade industrial. Revoga a Portaria n.º 744-B/93, de 18 de agosto.

Decreto-Lei n.º 70/2003, de 10 de abril - Estabelece o regime do licenciamento das áreas de localização empresarial.

Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de abril - Estabelece as normas disciplinadoras do exercício da atividade industrial.

Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro - Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis.

Decreto-Lei n.º 282/93, de 17 de agosto - Estabelece normas disciplinadoras do exercício da atividade industrial (altera o Decreto-Lei n.º 109/91, de 15 de março).

Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho¹² - **prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas**

- **Artigo 3.º - Âmbito de aplicação** – O Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, aplica-se aos estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às quantidades indicadas no anexo I do supracitado decreto.

¹² Este Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 96/82/CE, do Conselho, de 9 de dezembro, relativa à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (Diretiva SEVESO II). Esta foi posteriormente alterada ainda pela Diretiva n.º 96/82/CE, de 16 de dezembro.

- Artigo 17.º - Planos de emergência – O operador de estabelecimento de nível superior de perigosidade (definido no anexo I do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho) e a Câmara Municipal elaboram, respetivamente, planos de emergência internos e externos de controlo de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e para o ambiente. Os planos de emergência são revistos e, se necessário, atualizados, com uma **periodicidade máxima de três anos**.
- Artigo 19.º - Planos de emergência externos – O operador do estabelecimento de nível superior de perigosidade fornece à câmara municipal as informações necessárias à elaboração do plano de emergência externo (PEE) nas seguintes situações: (1) previamente à entrada em funcionamento de estabelecimento novo; (2) no prazo de 3 meses a contar da data em que o estabelecimento se enquadra no nível superior de perigosidade. A Câmara Municipal analisa a informação prestada, podendo solicitar informação complementar ao operador no prazo de 45 dias. O PEE é elaborado pelo SMPC no prazo de 120 dias a contar da data de envio das informações à Câmara Municipal. **A elaboração ou a atualização do PEE é sujeita a consulta pública por prazo não inferior a 30 dias.** O SMPC realiza exercício de simulação do PEE com uma **periodicidade máxima de três anos**, os quais deverão ser comunicados à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e à ANPC com uma antecedência mínima de 10 dias. O SMPC, sempre que for ativado o PEE, deverá indicá-lo à APA, à ANPC e à Inspeção-geral do Ambiente e Ordenamento do Território.
- Artigo 20.º - Informação sobre as medidas de autoproteção – O SMPC é responsável pela elaboração e divulgação junto das população suscetível de ser afetada por acidente grave envolvendo substâncias perigosas da informação sobre as medidas de autoproteção e comportamento a adotar em caso de acidente. A informação a divulgar é preparada pelo SMPC com a colaboração do operador e inclui, pelo menos, os elementos constantes do anexo VI do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, devendo ser renovada com o intervalo máximo de cinco anos.

LEGISLAÇÃO RELATIVA A FONTES RADIOATIVAS

Decreto-Lei n.º 222/2008, de 17 de novembro - Normas de segurança de base relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.

Decreto-Lei n.º 38/2007, de 19 de fevereiro - Estabelece o regime jurídico da prevenção da exposição dos trabalhadores e do público a radiações ionizantes resultantes de um controlo inadequado das fontes radioativas seladas e transpõe a Diretiva n.º 2003/122/EURATOM, do Conselho, de 22 de dezembro. Estabelece, ainda, o regime de proteção das pessoas e do ambiente contra os riscos associados à perda de controlo, extravio, acidente ou eliminação resultantes de um inadequado controlo regulamentar destas fontes radioativas.

Decreto-Lei n.º 138/2005, de 17 de agosto - Estabelece o sistema de monitorização ambiental do grau de radioatividade.

Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho - Estabelece as competências dos organismos intervenientes na área da proteção contra radiações ionizantes, bem como os princípios gerais de proteção, e transpõe para a ordem jurídica interna as disposições correspondentes da Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de maio, que fixa as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações

ionizantes.

Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de julho - A Direção Geral da Saúde (DGS) é a entidade a quem compete autorizar o funcionamento de todas as instalações radiológicas do país.

Decreto-Lei n.º 311/98, de 14 de outubro - Estabelece normas relativas à orgânica do sector da proteção radiológica e segurança nuclear.

Decreto-Lei n.º 153/96, de 30 de agosto - Cria regras destinadas à proteção das pessoas e do ambiente contra os riscos derivados da utilização de fontes radioativas seladas.

Decreto-Lei n.º 36/95, de 14 de fevereiro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/618/EURATOM relativa à informação da população sobre medidas de proteção sanitária aplicáveis em caso de emergência radiológica.

Decreto Regulamentar n.º 34/92, de 4 de dezembro - Estabelece normas sobre segurança e proteção radiológica aplicáveis na extração e tratamento de minérios radioativos.

Decreto-Lei n.º 375/90, de 27 de novembro - Fixa normas relativas à proteção física de materiais nucleares.

8.7.5 Rutura de barragens

LEGISLAÇÃO RELATIVA À SEGURANÇA DE INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS

Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro - Aprova o regulamento de segurança de barragens, e revoga o Decreto-Lei n.º 11/90, de 6 de janeiro.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rutura de infraestruturas hidráulicas.

Decreto-Lei n.º 344/2007, 15 de outubro – Regulamento de Segurança de Barragens

▪ Artigo 2.º - Âmbito - Aplica-se a:

- i) todas as barragens de altura igual ou superior a 15 m, medida desde a cota mais baixa da superfície geral das fundações até à cota do coroamento, ou a barragens de altura igual ou superior a 10 m cuja albufeira tenha uma capacidade superior a 1 hm³, designadas, no Regulamento, por grandes barragens;
- ii) às barragens de altura inferior a 15 m que não estejam incluídas na alínea anterior e cuja albufeira tenha uma capacidade superior a 100 000 m³;
- iii) outras barragens que, em resultado da aprovação de projetos ou de estudos de avaliação de segurança, sejam incluídas na classe I referida no artigo 3.º.

▪ Artigo 3.º - Classificação das barragens – As barragens encontram-se divididas em 3 classes de acordo com a

população presente no vale a jusante:

- Classe I – n.º de residentes igual ou superior a 25;
- Classe II – Residentes em número inferior a 25, ou infraestruturas e instalações importantes, ou bens ambientais de grande valor e dificilmente recuperáveis, ou existência de instalações de produção ou armazenamento de substâncias perigosas;
- Classe III – As restantes barragens.

Segundo a ANPC, o Instituto da Água (atualmente integrado na APA) encontra-se a avaliar quais as barragens que se encontram obrigadas a ter planos de emergência face a perigo de rotura.

- Artigo 5.º - Entidades envolvidas - Compete ao INAG (atualmente integrado na APA), na qualidade de organismo com competência genérica de controlo de segurança das barragens, que se designa por Autoridade Nacional de Segurança de Barragens (Autoridade); compete ao LNEC prestar apoio no âmbito da análise e controlo de segurança das barragens; compete à ANPC orientar e coordenar as atividades de proteção civil ao nível nacional.
- Artigo 6.º - Autoridade Nacional de Segurança das Barragens – Entre as suas competências destaca-se estar prevista a sua colaboração com a ANPC no planeamento e acompanhamento de situações de emergência.
- Artigo 10.º - Dono da obra – Compete ao dono da obra elaborar o Plano de Emergência Interno (PEI).
- Artigo 45.º - Medidas de proteção civil, âmbito e zonas de intervenção – Com vista a fazer face a situações de acidente ou catástrofe deve ser efetuado o planeamento de emergência para todas as barragens da Classe I. O artigo 45.º define ainda que na zona de autossalvamento (vale percorrido em 30 minutos pela onda de inundação, com um mínimo de 5 km) deve o dono de obra responsabilizar-se pelo aviso à população (aviso sonoro) e pelo alerta aos serviços e agentes de proteção civil.

LEGISLAÇÃO RELATIVA A BARRAGENS E ALBUFEIRAS

Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio - Aprova o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.

Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio - Determina a reclassificação das albufeiras de águas públicas de serviço público.

Decreto-Lei n.º 182/2008, de 4 de setembro - Estabelece o regime de implementação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidrelétrico.

Decreto-Lei n.º 409/93, de 14 de dezembro - Aprova o regulamento de pequenas barragens.

Portaria n.º 846/93, de 10 de setembro - Aprova as normas de projetos de barragens.

8.7.6 Transporte de mercadorias perigosas

LEGISLAÇÃO RELATIVA A SUBSTÂNCIAS E MERCADORIAS PERIGOSAS

Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril – Aprova o regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de novembro, e a Diretiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro.



Aplica-se às operações de transporte de mercadorias perigosas, incluindo as operações de carga e de descarga, as transferências de um modo de transporte para outro e as paragens exigidas pelas condições do transporte, realizadas nas vias do domínio público, bem como em quaisquer outras vias abertas ao trânsito público, excluindo-se as operações realizadas unicamente dentro do perímetro de uma ou várias empresas sem utilização de vias abertas ao trânsito público.







- As disposições constantes do anexo I (ADR - Acordo Europeu Relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada) aplicam-se ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.



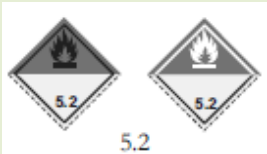


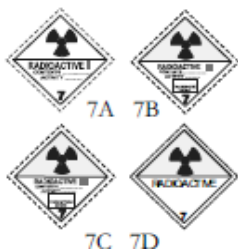
Decreto-Lei n.º 138/96, de 14 de agosto - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/3/EURATOM, do Conselho, de 3 de fevereiro de 1992, e estabelece as regras a que devem obedecer a transferência e o reenvio de resíduos radioativos entre Portugal e os restantes Estados membros da Comunidade e entre Portugal e Estados terceiros, bem como o trânsito por Portugal dos resíduos dessa natureza, desde que os mesmos excedam, em quantidade e concentração, os valores fixados no anexo II do Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de abril.




Na Tabela IV.III.60 apresentam-se as características de perigo das mercadorias perigosas, por classe, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril.

Tabela IV.III.60. Características de perigo das mercadorias perigosas, por classe

ETIQUETAS E PAINÉIS DE PERIGO	CARATERÍSTICAS DE PERIGOS
<p>Matérias e objetos explosivos</p>  <p>1 1.5 1.6</p>	<p>Apresentam uma larga gama de propriedades e de efeitos tais como explosão em massa, projeção de fragmentos, incêndio/ fluxo de calor intenso, formação de luz demasiado intensa, ruído intenso ou fumo.</p> <p>Sensíveis aos choques e/ou impactos e/ou ao calor.</p>
<p>Matérias e objetos explosivos</p>  <p>1.4</p>	<p>Ligeiro risco de explosão e de incêndio.</p>

ETIQUETAS E PAINÉIS DE PERIGO	CARACTERÍSTICAS DE PERIGOS
<p>Gases inflamáveis</p>  <p>2.1</p>	<p>Risco de incêndio.</p> <p>Risco de explosão.</p> <p>Podem estar sob pressão.</p> <p>Risco de asfixia.</p> <p>Podem provocar queimaduras e/ou úlceras do frio.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Gases não inflamáveis, não tóxicos</p>  <p>2.2</p>	<p>Risco de asfixia.</p> <p>Podem estar sob pressão.</p> <p>Podem provocar úlceras do frio.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Gases tóxicos</p>  <p>2.3</p>	<p>Risco de intoxicação.</p> <p>Podem estar sob pressão.</p> <p>Podem provocar queimaduras e/ou úlceras do frio.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Líquidos inflamáveis</p>  <p>3</p>	<p>Risco de incêndio.</p> <p>Risco de explosão.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Matérias sólidas inflamáveis, matérias autorreactivas e explosivas dessensibilizadas</p>  <p>4.1</p>	<p>Risco de incêndio.</p> <p>As matérias inflamáveis ou combustíveis podem pegar fogo em caso de calor, faíscas ou chamas.</p> <p>Podem conter matérias autorreactivas suscetíveis de decomposição exotérmica sob o efeito do calor, quando do contacto com outras substâncias (ácidos, compostos de metais pesados, ou amins), fricção ou choque. Isso pode ocasionar emissões de gases ou de vapores nocivos e inflamáveis.</p> <p>Os recipientes de confinamento podem explodir sob o efeito do calor.</p>
<p>Matérias sujeitas a combustão espontânea</p>  <p>4.2</p>	<p>Risco de inflamação espontânea se as embalagens forem danificadas ou se o seu conteúdo for derramado.</p> <p>Podem apresentar uma forte reação com a água.</p>

ETIQUETAS E PAINÉIS DE PERIGO	CARACTERÍSTICAS DE PERIGOS
<p>Matérias que em contacto com a água libertam gases inflamáveis</p> 	<p>Risco de incêndio e de explosão em caso de contacto com a água.</p>
<p>Matérias comburentes</p> 	<p>Risco de inflamação e de explosão.</p> <p>Risco de forte reação em caso de contacto com matérias inflamáveis.</p>
<p>Peróxidos orgânicos</p> 	<p>Risco de decomposição exotérmica em caso de fortes temperaturas, de contacto com outras matérias (ácidos, compostos de metais pesados ou aminas), de fricção ou de choques. Isso pode desencadear emissões de gases ou de vapores nocivos e inflamáveis.</p>
<p>Matérias tóxicas</p> 	<p>Risco de intoxicação.</p> <p>Risco para o meio aquático e para as redes de esgotos.</p>
<p>Matérias infecciosas</p> 	<p>Risco de infeção.</p> <p>Risco para o meio aquático e para as redes de esgotos.</p>
<p>Matérias radioativas</p> 	<p>Risco de absorção e de radiação externa.</p>

ETIQUETAS E PAINÉIS DE PERIGO	CARACTERÍSTICAS DE PERIGOS
<p>Matérias cindíveis</p> 	<p>Risco de reação nuclear em cadeia.</p>
<p>Matérias corrosivas</p> 	<p>Risco de queimaduras.</p> <p>Podem reagir fortemente entre elas, com a água ou com outras substâncias.</p> <p>Risco para o meio aquático e para as redes de esgotos.</p>
<p>Matérias e objetos perigosos diversos</p> 	<p>Risco de queimaduras.</p> <p>Risco de incêndio.</p> <p>Risco de explosão.</p> <p>Risco para o meio aquático e para as redes de esgotos.</p>

8.7.7 Defesa da floresta contra incêndios

LEGISLAÇÃO RELATIVA À DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
<p>Despacho n.º 14031/2009, de 22 de junho - Aprova o Regulamento do Fogo Técnico, que define as normas técnicas e funcionais para a sua aplicação; os requisitos para a formação profissional, e os pressupostos da credenciação das pessoas habilitadas a planear e a executar fogo controlado e fogo de supressão.</p>
<p>Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de maio - Estabelece o regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade.</p>
<p>Portaria n.º 35/2009, de 16 de janeiro - Aprova o regulamento de organização e funcionamento do dispositivo de prevenção estrutural.</p>
<p>Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro – Estabelece as medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (republicação e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho e revoga a Lei n.º 14/2004, de 8 de maio).</p>
<p>Portaria n.º 133/2007, de 26 de janeiro – Define as normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro e construção dos pontos de água, integrantes das redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).</p>
<p>Portaria n.º 1140/2006, de 25 de outubro – Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.</p>
<p>Portaria n.º 1139/2006, de 25 de outubro - Estabelece as condições a que devem obedecer os planos municipais de defesa</p>

da floresta contra incêndios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio – Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

Resolução da Assembleia da República n.º 56/2005, de 7 de outubro - Criação de uma comissão eventual de acompanhamento e avaliação das medidas para a prevenção, vigilância e combate aos fogos florestais e de reestruturação do ordenamento florestal.

Portaria n.º 1061/2004, de 21 de agosto - Estabelece o Regulamento do Fogo Controlado, bem como define os requisitos dos técnicos habilitados a planear e a exercer a técnica de uso do fogo.

Lei n.º 33/96, de 17 de agosto – Lei de Bases da Política Florestal Nacional.

Portaria n.º 341/90, de 7 de maio - Aprova as normas regulamentares anexas sobre prevenção, detenção e combate dos fogos florestais. Cria a Rede Nacional de Postos de Vigia e as brigadas móveis de fiscalização, prevenção e vigilância.

8.8 Legislação complementar

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR DE PROTEÇÃO CIVIL

Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro – Equipas de Intervenção Permanente.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2007, de 12 de outubro – Aprova as opções fundamentais da reorganização do modelo de funcionamento do número único de emergência 112.

Despacho do Secretário de Estado da Proteção Civil n.º 22396/2007, de 26 de setembro – Força Especial de Bombeiros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2003, de 8 de abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal - e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação.

Decreto-Lei n.º 38-B/2001, de 8 de fevereiro - São criadas linhas de crédito especiais com o objetivo de minimizar os danos que, por efeito de condições meteorológicas excecionais, sejam sofridos na atividade comercial, industrial e de serviços.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AO TRANSPORTE DE DOENTES

Portaria 1147/2001 de 28 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias 1301-A/2002 de 28 de setembro, 402/2007 de 10 de abril e 142-A/2012 de 15 de maio, retificada pela Declaração de Retificação 36/2012 publicada a 13 de junho –Regula o transporte de doentes.

Lei n.º 14/2013, de 21 de maio – Procede à primeira alteração à Lei n.º 12/97, de 21 de maio, que regula a atividade de transporte de doentes por corpos de bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa

Decreto-Lei n.º 38/92, de 28 de março – Estabelece as normas básicas de enquadramento da atividade de transporte de doentes efetuado por via terrestre, como atividade complementar da prestação de cuidados de saúde.

LEGISLAÇÃO RELATIVA À REMOÇÃO DE CADÁVERES

Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o Regime Jurídico de remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como alguns desses atos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda da mudança de localização de um cemitério.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto - Estabelece o regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/1/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 150/2008, de 30 de julho - Aprova o regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental.

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho - Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decretos-lei n.º 264/79, de 1 de agosto, e 19/93, de 23 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho - Sujeita a uma avaliação de impacto ambiental os planos e projetos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam suscetíveis de provocar incidências significativas no ambiente.

Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março - Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos.

Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março - Aprova o regulamento de depósitos minerais.

Lei n.º 11/1987, de 7 de abril - Lei Bases do Ambiente.

OUTRA LEGISLAÇÃO RELEVANTE

Lei n.º 48/1998, de 11 de agosto - Lei Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo.

Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro – Aprova o Estatuto das Coletividades de Utilidade Pública, alterado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, introduzindo mecanismos de simplificação administrativa na concessão da declaração de utilidade pública.

9. BIBLIOGRAFIA

ANPC. (2008). **Cadernos Técnicos PROCIV #3. Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil.** Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). **Cadernos Técnicos PROCIV #8. Manual de intervenção em emergências radiológicas.** Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). **Cadernos Técnicos PROCIV #9. Guia para a Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil.** Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). **Guia Metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal.** Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). **Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML-CL).** Lisboa: ANPC.

ANPC. (2009). **Prevenção e Proteção. Riscos naturais e tecnológicos.** Consulta em agosto de 2013: <http://www.prociv.pt/PrevencaoProteccao/Pages/Apresentacao.aspx>

ANPC. (2010). **Diretiva Operacional Nacional n.º 1 – DIOPS, Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro.** Lisboa: ANPC.

ANPC. (2011). **Norma Operacional Permanente (NOP 4101 – 2011). Indicativos Rádio.** Lisboa: ANPC.

ANPC. (2013). **Autoridade Nacional de Proteção Civil.** Consulta de julho a setembro de 2013: <http://www.prociv.pt/>

ANPC. (2012). **Norma Operacional Permanente (NOP 1401 – 2012). Sistema de Gestão de Operações.** Lisboa: ANPC

APA. (2013). **Agência Portuguesa de Ambiente.** Consulta em agosto de 2013: <http://www.apambiente.pt/>

ARSLVT (2011). **Proteção Civil e Autoridade de Saúde – Estrutura, articulação e atribuições.** Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo I. P. 34p.

Cabral, J. e Ribeiro, A. (1988). **Carta Neotectónica de Portugal Continental.** Escala 1:1 000 000. Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, Serviço Geológico de Portugal, Gabinete Prot. Seg. Nuclear. Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro.

Câmara Municipal de Castanheira de Pera (1994). **Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera.**

Câmara Municipal de Castanheira de Pera (2013). **Câmara Municipal de Castanheira de Pera**. Consulta de junho a setembro de 2013: <http://www.cm-castanheiradepera.pt/>

Câmara Municipal de Castanheira de Pera. (2013). **Infraestruturas do concelho**. Informação geográfica.

Canterbury Council (2008). **Canterbury City Council. Emergency Plan**. Consulta em janeiro de 2009: <http://www.canterbury.gov.uk/buildpage.php?id=1577>

Centers for Disease Control and Prevention (2006). **Radiation effects**. Consulta em janeiro de 2009: <http://www.cdc.gov>

CIA (1996). **CIA handbook of International Economic Statistics**. In: The University of Texas at Austin – Libraries.

CMDFCI de Castanheira de Pera. (2009). **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castanheira de Pera**.

Community Emergency Response Team – Los Angeles. (2010). **Simple Triage and Rapid Treatment (START)**. Consulta em abril de 2010 em: <http://www.cert-la.com/triage/start.htm>

Dias, J. Alveirinho. (2000). **Geologia ambiental**. Universidade do Algarve. Consulta em janeiro de 2009: <http://w3.ualg.pt/~jdias/GEOLAMB>

Direcção-Geral da Saúde (2008). **Plano de Contingência Nacional do Sector de Saúde para a Pandemia de Gripe**. Ministério da Saúde. 2.ª Edição.

Direcção-Geral da Saúde (2011). **Plano de Contingência para as Temperaturas Extremas Adversas**. Ministério da Saúde.

GSE Respond. (2009). **GMES Services Supporting Humanitarian Relief, Disaster Reduction & Reconstruction**. Consulta em fevereiro de 2009: <http://www.respond-int.org/respondlive/>

Instituto da Água. (2009). **Zonas inundáveis - Continente**. Consulta em janeiro de 2009 em Atlas da Água: <http://snirh.pt>

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2009). **NIG - Núcleo de Informação Geográfica**. Consulta em outubro de 2009: <http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT/Artigos/Files/NIG+--+Nucleo+de+Informacao+Geografica.htm>

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (1961-1990). **Normais climatológicas 1961-1990 da estação meteorológica de Coimbra - Bencanta**. Lisboa.

Instituto de Meteorologia. (1996). **Sismicidade histórica e actual (1755-1996)**. in: Atlas do Ambiente Digital – Agência Portuguesa do Ambiente. 1:100 000.

Instituto de Meteorologia. (2009). **Ciclones Tropicais**. Consulta em março de 2009:
http://www.meteo.pt/pt/areaeducativa/fenomenos_meteorologicos/ciclones_tropicais/index.html

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2013). **Climatologia. Extremos Climatológicos**. Consulta em agosto de 2013: <http://www.ipma.pt/pt/oclima/extremos.clima/>

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2013). **Avisos meteorológicos**. Consulta em agosto de 2013:
<http://www.ipma.pt/pt/>

Instituto de Seguros de Portugal (2002). **Cobertura do Risco Sísmico em Portugal**. Circular n.º 30/2002.

Instituto Geográfico Português e SNIG. (2006). **Atlas de Portugal**. Consulta em fevereiro de 2009: www.igeo.pt

Direção-Geral do Território. (2013). **Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013**. Consulta em setembro de 2013:
http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop_/caop_em_vigor/

Instituto Nacional de Aviação Civil. (2008). **Carta Aeronáutica OACI. Portugal continental (Ref. 2318-2347)**. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2012). **Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) de 2011 do concelho de Castanheira de Pera**.

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2012). **Censos 2011**. Consulta em outubro de 2013:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2002). **Censos – Resultados definitivos. Região Centro. 2001**. Consulta em agosto de 2013: <http://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2012). **Resultados provisórios dos Censos de 2011- Região Centro**. Consulta em agosto de 2013: <http://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2007). **Estatísticas dos transportes**. Consulta em março de 2008:
<http://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística, IP - Portugal. (2008). **Actividades dos transportes**. Consulta em dezembro de 2008: <http://www.ine.pt/>

Instituto Tecnológico e Nuclear Departamento de Proteção Radiológica e Segurança Nuclear. (2005). **Radão – um gás radioactivo de origem natural**. Consulta em agosto de 2010: <http://www.itn.pt>

London Resilience Partnership. (2007). **London Strategic Emergency Plan**. Consulta em fevereiro de 2009: <http://www.londonprepared.gov.uk>

Martins, I. e Mendes Victor, L. A. (2001). **Contribuição para o estudo da sismicidade da Região Oeste da Península Ibérica**. Universidade de Lisboa - Instituto Geofísico Infante D. Luís. Publicação n.º 25.

Monteiro, A. *et al* (2005). **Atlas Agroclimatológico do Entre Douro e Minho**. Projecto POCTI/GEO/14260/1998.

Montilla e Casado. (2002). **Seismic hazard estimate at the Iberian Peninsula**. Pure and Applied Geophysics, 159, 2699-2713.

NAV Portugal. (2009). **Corredores aéreos do espaço inferior**. Consulta em abril de 2009 em: <http://www.nav.pt/>

Oliveira C.S. (1977). **Sismologia, Sismicidade e Risco Sísmico. Aplicações em Portugal**. Processo 36/11/4394, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.

Portal de Saúde Pública. (2009). **Saneamento básico - Abastecimento de água. Importância da água em saúde pública**. Consulta em março de 2009: <http://www.saudepublica.web.pt/>

Portal Viseu Digital. (2009). **Acidentes e catástrofes**. Consulta em agosto de 2009: <http://www.viseudigital.pt/>

Prevention, C. f. (2006). **Radiation effects**. Consulta em novembro de 2006: <http://www.cdc.gov>

REN (2010). **Rede nacional de transporte de eletricidade - Linhas de muito alta tensão**. REN – Redes Elétrica Nacional, S.A.

Robalo, J., Diegues, P., Weigert, C., & Batalha, L. (2008). **Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas 2008**. Direcção-Geral da Saúde.

Santos, F., & Miranda, P. (2006). **Alterações climáticas em Portugal. Cenários, impactos e medidas de adaptação**. Projeto SIAM II

Serviço Meteorológico Nacional. (1974). **Intensidade sísmica – Zonas de intensidade máxima**. *in*: Atlas do Ambiente Digital – Agência Portuguesa do Ambiente. 1:100 000.

Tower Hamlets. (2005). **Borough Major Emergency Plan**. Consulta em fevereiro de 2009: <http://217.33.198.63/data/living-safely/>

U.S. Army. (2005). **A military guide to terrorism in the twenty-first century**. Kansas, USA.

USGS, A. d. (2008). **Earthquake Hazards Program**. Measuring earthquakes. Consulta em fevereiro de 2009: <http://earthquake.usgs.gov/learning/faq.php?categoryID=2&faqID=29>

Zêzere, J. L. (2000). **Rainfall triggering of landslides in the area north of Lisbon (Portugal)**. In: E. Bromhead, N. Dixon; M.-L. Ibsen (eds.), *Landslides in Research, Theory and Practice*, Proceedings of the 8th International Symposium on Landslides, Vol. 3, Thomas Telford, London: 1629-1634.

Zêzere, J.L.; Ramos, C.; Reis, E.; Garcia, R.; Oliveira, S. (2007/2008). **Perigos naturais, tecnológicos e ambientais na região do Oeste e Vale do Tejo**. Inforgeo, 37-49.

10. GLOSSÁRIO

A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) elaborou um glossário relativo à temática da Proteção Civil, com a explicação dos principais conceitos técnicos utilizados: o Glossário de Proteção Civil aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil e publicado no sítio da internet da ANPC:

<http://www.prociv.pt/GLOSSARIO/Pages/default.aspx>

Este glossário pretende fornecer aos agentes de proteção civil e à população em geral uma seleção de termos e definições recolhidas junto de diversas fontes e de alguns diplomas legais recentemente publicados no âmbito da Proteção Civil e áreas afins. Neste âmbito, a ANPC reuniu os contributos das diferentes unidades orgânicas da ANPC, de alguns glossários específicos já elaborados por diversas entidades e ministérios (Administração Interna, Defesa Nacional, Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas, Saúde, Ciência Tecnologia e Ensino Superior).

A organização deste glossário integra todos os termos e definições até ao momento recolhidos pela ANPC e encontram-se ordenados alfabeticamente nas diversas áreas específicas, agrupando-se, provisoriamente, em 17 famílias. Em cada uma das entradas a ANPC identificou a origem da informação, para eventual desenvolvimento mais detalhado do assunto. Nos conceitos gerais, incluíram-se determinados termos e definições que reúnem consenso internacional, como por exemplo, os utilizados pela ONU e pela NATO. Uma vez que frequentemente é aprovada legislação referente à temática da proteção civil, a ANPC pretende atualizar o glossário trimestralmente, de modo a contemplar os devidos conceitos e termos que possam surgir no âmbito da Proteção Civil.

10.1 Lista de acrónimos

De referir ainda que em cada uma das Partes que compõe o PMEPPCP encontra-se, no seu início, uma lista de acrónimos (ou siglas) que fazem parte do mesmo e que se apresentam na listagem seguinte.

ANPC - Autoridade Nacional de Protecção Civil

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

APC – Agente de Proteção Civil

APFLOR - Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande

BGRI – Base Geográfica de Referenciação da Informação

BVCP – Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera

CCO - Centro de Coordenação Operacional

CCOD - Centro de Coordenação Operacional Distrital

CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional

CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro

CDPC - Comissão Distrital de Proteção Civil

CM – Caminho Municipal

CMCP – Câmara Municipal de Castanheira de Pera

CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CMPC - Comissão Municipal de Proteção Civil

CNOS - Comando Nacional de Operações de Socorro

CNPC - Comissão Nacional de Proteção Civil

CODIS – Comandante Operacional Distrital

COM - Comandante Operacional Municipal

COS – Comandante das Operações de Socorro

CPD - Centro de Prevenção de Detecção

CPX - Comand Post Exercise

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGS – Direção-Geral de Saúde

DM – Dano Material

EDP – Energias de Portugal

FA – Forças Armadas

GDH – Grupo Data Hora

GNR – Guarda Nacional Republicana

GPC - Gabinete de Proteção Civil

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil

INAG – Instituto da Água

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

INMLCF – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

INSA – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

IPE – Itinerário Primário de Evacuação

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto de Segurança Social

LivEx - Live Exercise

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MDT – Modelo Digital do Terreno

NEP – Norma de Execução Permanente

NOP – Norma Operacional Permanente

PCO – Posto de Comando Operacional

PCT - Posto de Controlo de Tráfego

PDM - Plano Diretor Municipal

PGR - Procuradoria-Geral da República

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PME – Plano Municipal de Emergência

PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PMEPCCP - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castanheira de Pera

POAAP - Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas

POM – Plano Operacional Municipal

PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território

REN - Redes Energéticas Nacionais

REPC - Rede Estratégica de Proteção Civil

RNPV - Rede Nacional de Postos de Vigia

ROB - Rede Operacional dos Bombeiros

SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

SGO – Sistema de Gestão de Operações

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal

SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil

TO – Teatro de Operações

VCOC – Veículo de Comando e Comunicações

VCOT – Veículo de Comando Operacional e Tático

VPCC – Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações

ZA – Zona de Apoio

ZCL - Zonas de Concentração Local

ZCR – Zona de Concentração e Reserva

ZRR – Zona de Receção de Reforços

ZS – Zona de Sinistro

11. ANEXOS

Neste Ponto apresenta-se informação complementar ao PMEPCCP. Assim, da Tabela IV.III.61 à Tabela IV.III.65 indicam-se os procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos naturais (Ponto 11.1), tecnológicos (Ponto 11.2) e mistos (Ponto 11.3).

No Ponto 11.4 encontram-se definidas as ações de reabilitação em que na Tabela IV.III.66 se identificam as principais ações que deverão ser considerados ao longo das ações de reabilitação e as responsabilidades das entidades envolvidas e na Tabela IV.III.67 resumem-se os principais procedimentos a ter em consideração na remoção e estabilização do património cultural e arquivístico afetado por diferentes tipos de eventos.

Caso se verifique a necessidade de se proceder à triagem de feridos, no Ponto 11.5 encontram-se descritos os procedimentos do modelo START (*Simple Triage and Rapid Treatment*) a serem utilizados pelas equipas de saúde.

No Ponto 11.6, na Tabela IV.III.68 e na Tabela IV.III.69 identificam-se, em pormenor, as frequências de rádio da Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC) e da Rede Operacional dos Bombeiros (ROB) para o distrito de Leiria.

No Ponto 11.7 apresenta-se a matriz de referência da evolução do Sistema de Gestão de Operações definida na Norma Operacional Permanente (NOP) 1401/2012, de 13 de abril. Esta matriz tipifica os meios a envolver e o número máximo de setores a criar de acordo com as quatro fases previstas.

11.1 Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos naturais

Tabela IV.III.61. Sismos, cheias e inundações e secas

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	SISMOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a ocorrência de um sismo de intensidade VIII ou superior (escala de Mercalli) a CMPC deverá ativar o PMEPCCP o qual compreende, ao nível da estrutura municipal, a imediata ativação de equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais as quais deverão encontrar-se permanentemente em estado de prontidão para imediata intervenção caso venha a ser considerado necessário. Em paralelo deverá encontrar-se em estado de prontidão o SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). ▪ Os serviços da CMCP responsáveis pela disponibilização de informação à população deverão igualmente encontrar-se em estado de prontidão. ▪ A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caso se preveja a ocorrência de regime especialmente intenso de chuvas (ver ponto 2.3 da Parte IV- Secção I), ou estas tenham já causado inundações significativas no concelho, o presidente da CMCP deverá declarar, consoante o grau de gravidade do evento (ver Ponto 7.2 da Parte I), a situação de alerta de âmbito municipal, ou convocar a CMPC para se poder ativar o PMEPCCP. ▪ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas das entidades que compõem a CMPC, e de serviços municipais como: Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e Gabinete de Proteção Civil. ▪ Adicionalmente, a ativação do PMEPCCP compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) das equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais responsáveis por maquinaria de obras públicas e limpezas, e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nas situações em que quebras de precipitação tenham afetado, ou se preveja que num curto espaço de tempo venham a afetar significativamente a capacidade de abastecimento público de água, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal. ▪ Embora não se preveja que situações de seca venham a apresentar um grau de gravidade suficientemente elevado para originar a ativação do PMEPCCP, tal cenário não poderá ser excluído, cabendo à CMPC proceder à sua ativação. ▪ A declaração de situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação de equipas em prevenção dos BVCP, da empresa Águas do Centro, da Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas e do Gabinete de Proteção Civil.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	SISMOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO		<ul style="list-style-type: none"> A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. 	<ul style="list-style-type: none"> A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação.
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL E DOS ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO, E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ATIVAÇÃO DO PMEPCCP	<ul style="list-style-type: none"> Após a ativação imediata de equipas em estado de prontidão o Presidente da Câmara Municipal deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC indicando que pretende ativar o PMEPCCP. Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e, caso tenha sido, em que medida. Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Após a ativação imediata de equipas de prevenção (ou prontidão) e dos gabinetes de apoio ao Diretor do Plano, este último deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC indicando que declarou a situação de alerta de âmbito municipal ou que solicita a ativação do PMEPCCP. Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e se sim, em que medida. Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Em casos de seca extrema em que se justifique a declaração de alerta de âmbito municipal ou a ativação do PMEPCCP, a Câmara Municipal deverá contactar os elementos que compõem a CMPC de modo a estes delinearem as ações a desenvolver e os meios a empenhar (a ocorrência de secas não deverá levar a significativos constrangimentos operacionais dos agentes de proteção civil e das entidades e organismos de apoio).
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	<ul style="list-style-type: none"> Entrar e permanecer em contato com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III). 		

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	SISMOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> Alertar (quando considerado necessário) entidades que poderão prestar apoio nas ações de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de Contactos). As principais entidades a alertar são: Estradas de Portugal, EDP, Portugal Telecom, serviços de segurança (públicos e privados), Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IPSS do concelho, Santa Casa da Misericórdia, instituições e/ou empresas responsáveis por transportes e comunicações, rádios locais e APA. 	<ul style="list-style-type: none"> Alertar (quando considerado necessário) entidades que poderão prestar apoio nas ações de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de Contactos). As principais entidades a alertar são: EDP, Serviços de segurança (públicos e privados), IPSS do concelho, Santa Casa da Misericórdia, instituições e/ou empresas responsáveis por transportes e comunicações, rádios locais e APA. 	<ul style="list-style-type: none"> Contatar a empresa Águas do Centro de modo a avaliar os potenciais locais afetados e definirem-se as estratégias de mitigação a serem adotadas. Alertar os BVCP e o Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais para a possibilidade de se adotarem medidas extraordinárias, como o racionamento da água fora das horas de maior utilização (isto é, entre as 10:00h e 12:00; 15:00h e 19:00h e entre as 24:00h e as 6:00h) e distribuição de água por camiões cisterna nas zonas mais afetadas (ver lista de meios - Secção III da Parte IV).
AValiação DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> Contatar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos e a extensão dos danos sofridos pelas infraestruturas. Fazer deslocar equipas do SMPC para o terreno de modo a proceder a um levantamento prévio das zonas afetadas (equipas de reconhecimento e avaliação da situação). 		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar no terreno quais as dificuldades sentidas pela população. Verificar ainda a necessidade de se proceder à disponibilização de água para animais.
ATIVACÃO DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> Ativar de imediato meios de desobstrução de vias como retroescavadoras e bulldozers (isto é, estes meios deverão ser automaticamente ativados, mesmo antes de se saber ao certo se existem vias obstruídas por destroços), os quais deverão ser enviadas para as principais vias de acesso às zonas sinistradas (itinerários de emergência). Após efetuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, estudar conjuntamente com Comandante das Operações de Socorro a necessidade de se ativarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. Ponderar o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios). 		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar se existe a necessidade de acionar meios adicionais, para além dos já existentes na Câmara Municipal e nos BVCP.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	SISMOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoletando o COM, posteriormente, os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC. ▪ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações). ▪ Decidir qual o centro de acolhimento a ativar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infraestruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1. ▪ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confeção das refeições a distribuir pelos desalojados. ▪ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III). ▪ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada aos serviços camarários responsáveis por centralizar esta informação e disponibilizá-la ao público (consultar Parte III). 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Embora não se preveja que situações de seca venham a justificar a evacuação de locais, este cenário não será de excluir. Em caso de necessidade deverá deslocar-se as pessoas mais vulneráveis para locais climatizados, garantindo-se a disponibilização de água nesses centros através de água engarrafada ou de autotanque (ver lista de infraestruturas de apoio no Ponto 1). ▪ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confeção das refeições a distribuir pela população deslocada (isto se os mesmos não forem alojados em unidades hoteleiras). ▪ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III). ▪ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada aos serviços camarários responsáveis por centralizar esta informação e disponibilizá-la ao público (consultar Parte III).
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ATIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à ativação do PMEPCCP)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Averiguar no terreno a necessidade de transportar as vítimas mortais para locais temporários de reunião de mortos. Estes poderão ser, para além das morgues de hospitais (Centro Hospitalar de Coimbra), casas mortuárias de agências funerárias e dos cemitérios, pavilhões desportivos ou outro tipo de pavilhões, instalações militares ou mesmo grandes áreas refrigeradas (indústrias agroalimentares ou grandes superfícies comerciais), tomando-se as necessárias medidas de higiene (para mais informações ver ponto relativo a serviços mortuários – Parte III do PMEPCCP). Esta ação é da responsabilidade do Ministério Público. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ O tipo de evento em questão não apresenta potencial para gerar um número de mortos elevado o suficiente para esgotar a capacidade de receção de mortos das casas mortuárias do concelho.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	SISMOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os diferentes setores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos setores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho). 		Não se aplica
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA (apenas associado à ativação do PMEPCCP)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito. O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho. Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.). 		Não se aplica
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (apenas associado à ativação do PMEPCCP)	<ul style="list-style-type: none"> Evitar pilhagens fazendo circular também pelas zonas menos afetadas forças de segurança pública e/ou elementos de serviços de segurança privada, ou mesmo elementos do SMPC (as zonas mais afetadas terão já elementos das forças de segurança). Para além das zonas residenciais mais isoladas ter também como um dos alvos privilegiados de ações de vigilância as zonas comerciais. 		Não se aplica

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	SISMOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO (apenas associado à ativação do PMEPCCP)	<p>Em função do cenário verificado nos diversos locais afetados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou desalojados) deverá ser constituído na proximidade da zona afetada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centro de saúde ou centros de acolhimento de deslocados). ▪ A Autoridade de Saúde do município deverá articular-se com o COM para requerer todos os meios necessários para a sua atividade como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O SMPC, em articulação com a Autoridade de Saúde do município, deverá avaliar a necessidade de acompanhamento especial nos locais mais críticos, especialmente no que se refere à prestação de cuidados médicos aos indivíduos com dificuldades de deslocação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O SMPC em articulação com a Autoridade de Saúde do município deverá avaliar a necessidade de acompanhamento especial nos locais mais críticos, como lares de terceira idade ou casas isoladas habitadas por idosos, etc..
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caberá à CMCP (através do SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afetada (quer a que se encontra nas zonas afetadas, quer a que se encontra nos centros de acolhimento temporário) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caberá à CMCP (através do SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município fazer chegar à população afetada bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos (por população afetada entende-se a população residente nos locais afetados e a que eventualmente tenha sido transferida para centros de acolhimento temporário). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A ocorrência de seca prolongada pode levar a falhas no abastecimento de água, sendo que caberá à Câmara Municipal, em colaboração com os BVCP, garantir a distribuição de água pela população e instalações pecuárias.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	SISMOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> O Gabinete de Proteção Civil deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adotados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal). 		
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<ul style="list-style-type: none"> Assim que seja possível (ou seja, exista disponibilidade de meios), deverá fazer-se deslocar um elemento do SMPC para os locais previamente identificados como sendo de maior risco de modo a melhorar a perceção da extensão territorial do concelho que foi afetada pelo evento. Identificar e alertar os elementos que compõem a CMPC para a existência de vias de circulação afetadas por escombros ou ruturas em condutas de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Caso se preveja o agravamento da situação, verificar se para além das zonas afetadas existem outras que mereçam especial atenção (zonas ainda não afetadas mas que poderão vir a sê-lo nas próximas horas). 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o evoluir da situação nas zonas afetadas pela seca (zonas com abastecimento de água à população condicionado e áreas com animais).
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<ul style="list-style-type: none"> Após avaliadas as zonas que sofreram danos, e assim que se encontrarem meios disponíveis na Câmara Municipal, fazer deslocar elementos para o terreno tendo em vista identificar zonas onde se verificaram ruturas em condutas de água ou de esgotos. Avaliar extensão das zonas onde o abastecimento de água, eletricidade e a rede telefónica se encontram condicionados. 	<ul style="list-style-type: none"> Assim que o nível das águas se encontre regularizado a Câmara Municipal deverá fazer deslocar elementos para as zonas afetadas de modo a avaliar a extensão dos danos causados pelas inundações/cheias. 	<ul style="list-style-type: none"> Não se aplica

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS		
	SISMOS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SECAS
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<ul style="list-style-type: none"> Contatar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viária e de abastecimento de água, esgotos, eletricidade e comunicações, nomeadamente, Estradas de Portugal, EDP, Portugal Telecom e Águas do Centro (consultar lista de Contactos disponível no Ponto 1). 		Não se aplica
ATIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de ativar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes ações de emergência (receção de dádvas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.). 		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de ativar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem o acompanhamento da população mais vulnerável (idosos em casas isoladas, lares de 3.ª idade, etc.).
DESATIVAÇÃO DO PMEPCCP OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o regresso de animais para o seu local de origem, o controlo de ruturas em condutas de água, a estabilização primária de infraestruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, cabará à CMPC desativar o PMEPCCP. A desativação do PMEPCCP deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua ação de acordo com as necessidades indicadas pelo(s) COS. Cabará ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal. A desativação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do Gabinete de Proteção Civil. 		

Tabela IV.III.62. Ciclones violentos e tornados, movimentos de massa em vertentes, onda de calor ou vaga de frio e nevões

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<ul style="list-style-type: none"> Na iminência ou ocorrência de ventos fortes (ver ponto 2.3 da Parte IV – Secção I), o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal ou, caso a situação assim o justifique, a CMPC deverá ativar o PMEPCCP, de acordo com o previsto no ponto 7.2 da Parte I do presente Plano. A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais, BVCP, GNR e do Gabinete de Proteção Civil (ver parte III). 	<ul style="list-style-type: none"> Na iminência ou ocorrência de movimentos de massa em vertentes, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal ou, caso a situação assim o justifique, a CMPC deverá ativar o PMEPCCP, de acordo com o previsto no ponto 7.2 da Parte I do presente Plano. A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas das entidades que compõem a CMPC, do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do Gabinete de Proteção Civil (ver parte III). Adicionalmente, a ativação do PMEPCCP por parte da CMPC compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). 	<ul style="list-style-type: none"> Nas situações em que se verifique, ou se preveja que venha a ocorrer num curto espaço de tempo uma onda de calor ou vaga de frio, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal. A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas das entidades que compõem a CMPC e das Juntas de Freguesia (acompanhamento da população mais vulnerável e colocação em estado de prontidão dos meios próprios). O Gabinete de Proteção Civil deverá igualmente encontrar-se em estado de prevenção. 	<ul style="list-style-type: none"> Caso se preveja a ocorrência de regime especialmente intenso de queda de neve (ver ponto 2.3 da Parte IV), ou esta tenha já causado restrições significativas à circulação rodoviária, o presidente da Câmara Municipal deverá declarar, consoante o grau previsto ou verificado da gravidade do evento (ver Ponto 7.2 da Parte I), a situação de alerta de âmbito municipal, ou convocar a CMPC para se poder ativar o PMEPCCP. A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas dos BVCP, GNR e do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<ul style="list-style-type: none"> Adicionalmente, a ativação do PMEPCCP por parte da CMPC compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. 	<ul style="list-style-type: none"> A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. 	<ul style="list-style-type: none"> As ondas de calor e as vagas de frio apresentam potencial para gerar um elevado número de mortos na população mais idosa, pelo que caso se verifique que a onda de calor ou vaga de frio se prolongará no tempo, dever-se-á ativar o PMEPCCP (ver ponto 7.2 da Parte I do presente plano). Ativação do PMEPCCP compreenderá a ativação do estado de prontidão (permanente) do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. 	<ul style="list-style-type: none"> Adicionalmente, a ativação do PMEPCCP compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) das equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais, e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
<p>AValiação da Capacidade de Resposta das Entidades de Proteção Civil do Concelho e Informação de que o Presidente da Câmara Municipal declarou a Situação de Alerta de Âmbito Municipal ou que solicita a Ativação do PMEPCCP</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a ativação imediata de equipas em estado de prevenção ou prontidão (consoante se tenha declarado a situação de alerta de âmbito municipal ou pretenda ativar o PMEPCCP) o Presidente da CMCP deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC. ▪ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e, caso o tenha sido, em que medida. ▪ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Este tipo de evento não deverá afetar a capacidade operacional das entidades com responsabilidades na área da proteção civil, pelo que o contato que a Câmara Municipal estabelecerá com as mesmas será apenas para indicar a reunião extraordinária da CMPC devido ao Presidente ter declarado a situação de alerta de âmbito municipal (ou, em casos extremos, ter indicado a necessidade de se ativar o Plano). ▪ Nos casos em que a onda de calor ou vaga de frio tenha justificado a declaração de situação de alerta de âmbito municipal a CMPC deverá reunir e concertar estratégias de prevenção envolvendo as entidades previstas para a área de intervenção relativa a serviços médicos (cuja atividade deverá decorrer de acordo com o previsto no PCTEA do Ministério da Saúde). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a ativação imediata de equipas em estado de prevenção ou prontidão (consoante se tenha declarado a situação de alerta de âmbito municipal ou pretenda ativar o PMEPCCP) o Presidente da CMCP deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC. ▪ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e, caso tenha sido, em que medida.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ATIVAÇÃO DO PMPCCP	<div><div></div><div><div></div><div><div></div><div></div></div></div><div>Nas situações que tenham justificado a ativação do PMPCCP, as entidades responsáveis pelos serviços médicos (as quais deverão nortear a sua atuação de acordo com o previsto no PCTEA do Ministério da Saúde), as responsáveis pelos procedimentos de evacuação e, eventualmente, a bolsa de voluntariado, deverão desencadear as medidas necessárias a garantir o bem-estar da população mais suscetível (cuidados de saúde e transporte para locais frescos).</div></div>			
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	<div><div></div><div><div></div><div></div></div><div>Entrar e permanecer em contato com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III).</div></div>			
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<div><div></div><div><div></div><div></div></div><div>Alertar entidades que poderão prestar apoio nas ações de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir ser necessário (ver lista de Contactos Secção III da Parte IV). As principais entidades a alertar são: Estradas de Portugal, EDP, Portugal Telecom, serviços de segurança (públicos e privados), Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IPSS do concelho, Santa Casa da Misericórdia, instituições e/ou empresas responsáveis por transportes e comunicações, rádios locais e APA.</div></div>		<div><div></div><div><div></div><div></div></div><div>Não se aplica</div></div>	<div><div></div><div><div></div><div></div></div><div>Alertar (quando considerado necessário) entidades que poderão prestar apoio nas ações de emergência a desencadear, para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de Contactos).</div></div>

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO				<ul style="list-style-type: none">▪ As entidades cujo estado de prevenção poderá ser útil são: Estradas de Portugal, instituições e/ou empresas proprietárias de limpa-neves e/ou maquinaria agrícola (as máquinas de distribuição de adubo poderão espalhar sal), maquinaria pesada (retroescavadoras e bulldozers), grandes distribuidores (pedir para reservarem o seu stock de sal para possível utilização nas vias do concelho), IPSS do concelho, Santa Casa da Misericórdia, instituições ou empresas responsáveis por viaturas de transporte, rádios locais
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none">▪ Contatar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos e a extensão dos danos já sofridos pelas infraestruturas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Contatar as entidades de saúde do concelho, BVCP e junta de freguesia, de modo a avaliar o impacto que a ocorrência está a ter na população mais sensível.	<ul style="list-style-type: none">▪ Contatar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos (quedas e exposição prolongada ao frio) e a extensão dos danos sofridos pelas infraestruturas (distribuição de água e saneamento).▪ Fazer deslocar equipas do SMPC para o terreno de modo a avaliar quais as dificuldades sentidas pela população. Verificar ainda a necessidade de se proceder à disponibilização de água para pessoas e animais.	

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
ATIVACÃO DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ativar de imediato meios de remoção de destroços como retroescavadoras e bulldozers, os quais deverão ser enviadas para as zonas sinistradas. ▪ Após a realização da avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro a necessidade de se ativarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. Ponderar o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios). Consultar meios e recursos presentes no Ponto 1. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar se existe a necessidade de acionar meios adicionais, para além dos já existentes na Câmara Municipal, BVCP, IPSS e Santa Casa da Misericórdia. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ativar de imediato meios de desobstrução de vias como retroescavadoras e bulldozers, limpa-neves, tratores agrícolas com espalhadores de adubo (alternativa a espalhadores de sal), e enviá-los para as principais vias de acesso ao concelho que se encontram condicionadas ou que apresentem forte probabilidade de vir a sê-lo (ou seja, pré-posicionamento de meios); Recolher sal em empresas distribuidoras de sal; ▪ A pós efetuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com os agentes de proteção civil presentes no(s) local(is) a necessidade de se ativarem meios adicionais (consultar lista de meios e recursos).
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoletando o COM, posteriormente, os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC. ▪ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo locais a recorrer para acolhimento das populações). 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caso a onda de calor ou vaga de frio se prolongue no tempo e as entidades de saúde locais assim o aconselhem, deverá possibilitar-se à população mais suscetível o transporte para locais climatizados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer deslocar elementos do SMPC ao(s) local(is) afetado(s) de modo a estes avaliarem a necessidade de se proceder à evacuação da população mais suscetível (idosos). O SMPC poderá recorrer para esta tarefa ao apoio técnico das Instituições de solidariedade social que operam no concelho.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Decidir qual o centro de acolhimento a ativar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infraestruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1. As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confeção das refeições a distribuir pelos desalojados. <p>Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III).</p> <ul style="list-style-type: none"> A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada aos serviços camarários responsáveis por centralizar esta informação e disponibilizá-la ao público (consultar Parte III). 		<ul style="list-style-type: none"> A evacuação deverá ser proposta pela Autoridade de Saúde do município e aprovada pelo Presidente da Câmara Municipal. <p>Seguir os procedimentos de evacuação que se encontram definidos na Parte III.</p> <ul style="list-style-type: none"> Na Parte III do Plano indicam-se possíveis centros de acolhimento temporário (decidir qual ativar, tendo como alternativa ainda as restantes infraestruturas como unidades hoteleiras ou outras instalações com sistemas de climatização indicados no Ponto 1). 	<p>Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho.</p> <ul style="list-style-type: none"> Decidir qual o centro de acolhimento a ativar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infraestruturas públicas como, as escolas e pavilhões desportivos (ver lista de meios). A decisão de se evacuar uma zona do concelho devido a nevões deverá ser tomada em sede de CMPC. As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confeção das refeições a disponibilizar à população afetada. Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente Plano (Secção III da Parte IV). A informação recolhida deverá ser imediatamente enviada aos serviços municipais responsáveis pela disponibilização de informação à população (ver Parte III).

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
AValiação DA NECESSIDADE DE ATIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à ativação do PMEPCP)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar no terreno, face ao número potencial de vítimas mortais, a necessidade de se transportar os cadáveres para um dos locais temporários de reunião de mortos previstos na Parte III do Plano, como pavilhões ou áreas refrigeradas. ▪ Esta ação é da responsabilidade do Ministério Público. ▪ Seguir os procedimentos de mortuária definidos na Parte III. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ O tipo de evento em questão não apresenta potencial para gerar um número de mortos elevado o suficiente para esgotar a capacidade de receção de mortos das casas mortuárias do concelho. 	
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir que os diferentes setores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos setores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho, isto é, da GNR). 		Não se aplica	
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito. ▪ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho. ▪ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.) 		Não se aplica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As forças de segurança deverão condicionar a circulação de viaturas nas vias fortemente afetadas pela queda de neve.
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evitar pilhagens fazendo circular também pelas zonas menos afetadas forças de segurança pública e/ou elementos de serviços de segurança públicos ou privadas ou mesmo elementos do SMPC (as zonas mais afetadas terão já elementos das forças de segurança). ▪ Para além das zonas residenciais mais isoladas, ter também como um dos alvos privilegiados de ações de vigilância as zonas comerciais. 		Não se aplica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As forças de segurança deverão promover a calma nas populações isoladas e nos automobilistas retidos em vias de circulação. As forças de segurança poderão apoiar-se nesta tarefa nos BVCP e no SMPC.

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO	<ul style="list-style-type: none"> Em função do cenário verificado nos diversos locais afetados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades. Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou deslocados) deverá ser constituído na proximidade da zona afetada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou centros de acolhimento de deslocados). A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a atividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.. 		<ul style="list-style-type: none"> O SMPC e COM, em articulação com a Autoridade de Saúde do município, deverão avaliar a necessidade de acompanhamento especial nos locais mais críticos, como lares de terceira idade ou casas isoladas habitadas por idosos. 	
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFETADA (apenas associado à ativação do PMECCP)	<ul style="list-style-type: none"> Caberá à CMCP (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afetada (quer a que se encontra nas zonas afetadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos. 		<ul style="list-style-type: none"> Caberá ao SMPC coordenar-se com a Autoridade de Saúde do município de modo a disponibilizar pela população mais sensível, presente no(s) local(is) de acolhimento, bens de primeira necessidade e medicamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Caberá ao SMPC coordenar-se com a Autoridade de Saúde do município de modo a fazer chegar à população afetada (quer a que se encontra nas zonas afetadas, quer a que se encontra nos centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> O Gabinete de Proteção Civil deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adotados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal). 		<ul style="list-style-type: none"> O Gabinete de Proteção Civil deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento. 	

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
INSPECIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<ul style="list-style-type: none"> Assim que seja possível (ou seja, exista disponibilidade de meios), deverá fazer-se deslocar um elemento do SMPC para os locais previamente identificados como sendo de maior risco, de modo a melhorar a perceção da extensão territorial do concelho que foi afetada pelo evento. Identificar e alertar os elementos que compõem a CMPC para a existência de vias de circulação afetadas por escombros ou ruturas em condutas de água. 		<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o evoluir da situação nos lares de terceira idade e nas zonas contendo maior concentração de população idosa e/ou doentes acamados. 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o evoluir da situação nas zonas afetadas pela queda de neve (zonas com acesso condicionado e/ou com falhas no abastecimento de água à população e áreas com animais). Caso se preveja o agravamento da situação, verificar se para além das zonas afetadas existem outras que mereçam especial atenção (zonas ainda não afetadas mas que poderão vir a sê-lo nas próximas horas).
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<ul style="list-style-type: none"> Após se ter avaliado as zonas que sofreram danos, e assim que se encontrarem meios disponíveis na Câmara Municipal, fazer circular pelo concelho elementos tendo em vista identificar zonas onde se verificaram danos em edificações, queda de postes de energia, iluminação e telecomunicações, árvores, painéis publicitários, etc. Avaliar a extensão das zonas onde o abastecimento de eletricidade e a rede telefónica se encontram condicionados. Contatar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viária e de abastecimento de eletricidade e pelas comunicações, nomeadamente, Estradas de Portugal, EDP, Portugal Telecom, etc. (consultar lista de Contactos). Ativar equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e entidades privadas de apoio, de modo a se proceder ao corte de árvores caídas e desobstruções na rede viária. 		Não se aplica	<ul style="list-style-type: none"> Após avaliadas as zonas que foram mais afetadas pela queda de neve e operacionalizados os meios de resposta, deverá fazer-se deslocar para o terreno elementos dos serviços técnicos da Câmara Municipal tendo em vista identificar os locais onde ocorreram ruturas em condutas de água. Avaliar extensão das zonas onde o abastecimento de água, eletricidade e a rede telefónica se encontram condicionados. Contatar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viárias, de abastecimento de água, eletricidade e comunicações, nomeadamente Estradas de Portugal, EDP, Portugal Telecom, Águas do Centro (consultar lista de Contactos).

PROCEDIMENTOS	RISCOS NATURAIS			
	CICLONES VIOLENTOS E TORNADOS	MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	ONDA DE CALOR/ VAGA DE FRIO	NEVÕES
ATIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de ativar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes ações de emergência (receção de dádivas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.). 			
DESATIVAÇÃO DO PMEPCCP OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, a estabilização primária de infraestruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desativar o PMEPCCP. A desativação do PMEPCCP deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua ação de acordo com as necessidades indicadas pelo(s) COS. Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal. A desativação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do Gabinete de Proteção Civil. 			

11.2 Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos tecnológicos

Tabela IV.III.63. Incêndios urbanos, acidentes industriais e colapso de edifícios, pontes e viadutos

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS, PONTES E VIADUTOS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a ocorrência de um incêndio urbano, o presidente da Câmara Municipal deverá avaliar a necessidade de declarar a situação de alerta de âmbito municipal (ver ponto 7.2 da Parte I do presente Plano). ▪ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais (maquinaria de obras públicas e limpeza) e do Gabinete de Proteção Civil. ▪ Caso a gravidade da situação assim o exija, caberá à CMPC ativar o PMEPCCP. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nas situações em que se tenha registado estragos avultados em edifícios (por exemplo devido a uma explosão com origem numa fuga de gás) ou o colapso de pontes ou viadutos, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal, de acordo com o grau de gravidade estimado ou verificado (ver ponto 7.2 da Parte I). ▪ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas dos BVCP do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais (maquinaria de obras públicas e limpeza), e do Gabinete de Proteção Civil. ▪ Caso a gravidade da situação assim o exija, caberá à CMPC ativar o PMEPCCP.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A ativação do PMEPCCP compreenderá, para além do previsto para as situações de alerta de âmbito municipal, a passagem para o estado de prontidão (permanente) de equipas dos BVCP, do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais (maquinaria de obras públicas e limpeza) e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). ▪ A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo a agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. 		

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS, PONTES E VIADUTOS
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ATIVAÇÃO DO PMEPCCP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a ativação imediata de equipas em estado de prontidão, o Presidente da CMCP deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC. ▪ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e se sim, em que medida. ▪ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a ativação imediata de equipas em estado de prontidão, o Presidente da CMCP deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC. ▪ Dada a localização das indústrias, não serão de esperar danos nas entidades que compõem a CMPC, pelo que o contato a estabelecer com as mesmas terá por finalidade apenas indicar que o Presidente da Câmara Municipal declarou a situação de alerta de âmbito municipal ou que o mesmo propõe a ativação do PMEPCCP, o que levará a uma reunião extraordinária da CMPC (em ambos os casos). ▪ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a ativação imediata de equipas em estado de prontidão, o Presidente da CMCP deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC. ▪ Ao contactar as entidades que compõem a CMPC deverá ainda averiguar-se se a sua capacidade operacional foi ou não comprometida pelo evento e se sim, em que medida. ▪ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações.
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrar e permanecer em contato com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III). 		
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas ações de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de Contactos). As principais entidades a alertar são: LNEC, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IPSS do concelho, Santa Casa da Misericórdia, e rádios locais e regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas ações de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de Contactos). As principais entidades a alertar são: LNEC, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, organizações associadas à indústria (por exemplo associação industrial portuguesa), IPSS do concelho, Santa Casa da Misericórdia e rádios locais e regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas ações de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de Contactos). As principais entidades a alertar são: LNEC, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IPSS do concelho, Santa Casa da Misericórdia, e rádios locais e regionais.

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS, PONTES E VIADUTOS
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contatar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos, a extensão dos danos sofridos pelas infraestruturas, animais afetados e danos no meio ambiente. 		
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após efetuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro a necessidade de se ativarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. Ponderar, juntamente com o COS e COM, o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios). Consultar listagem de meios e recursos. 		
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O COM deverá deslocar-se ao(s) local(is) afetado(s) de modo a avaliar a necessidade de proceder à evacuação do(s) mesmo(s). ▪ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoletando o COM posteriormente os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC. ▪ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações). ▪ Decidir qual o centro de acolhimento a ativar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infraestruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1. ▪ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confeção das refeições a distribuir pelos desalojados. ▪ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III). ▪ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada aos serviços camarários responsáveis por centralizar esta informação e disponibilizá-la ao público (consultar Parte III). 		
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ATIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Averiguar no terreno a necessidade de transportar as vítimas mortais para um dos locais temporários de reunião de mortos previstos na Parte III do Plano (isto caso se preveja que será esgotada a capacidade das morgues dos hospitais e das casas mortuárias dos cemitérios e agências funerárias). ▪ Esta ação é da responsabilidade do Ministério Público. ▪ Seguir os procedimentos previstos na Parte III. 		

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS, PONTES E VIADUTOS
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os diferentes setores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos setores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho). 		
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito. O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho. Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de se condicionar a circulação nas principais vias de acessos ao local do sinistro. O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho. Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito. O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho. Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que o normal patrulhamento do concelho pelas forças de segurança não é comprometido. 		

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS, PONTES E VIADUTOS
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em função do cenário verificado nos diversos locais afetados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades. ▪ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou deslocados) deverá ser constituído na proximidade da zona afetada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou centros de acolhimento de deslocados). ▪ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a atividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em função do cenário verificado nos diversos locais afetados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades. ▪ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM para requerer todos os meios necessários para a sua atividade, bem como auxiliar no aviso às populações residentes na proximidade do local afetado (informação presencial porta-a-porta ou utilização de viaturas possuindo megafone). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em função do cenário verificado nos diversos locais afetados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades. ▪ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a atividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFETADA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caberá à CMCP (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afetada (quer a que se encontra nas zonas afetadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos. 		
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Gabinete de Proteção Civil deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adotados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal). 		

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES INDUSTRIAIS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS, PONTES E VIADUTOS
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<ul style="list-style-type: none"> A natureza muito localizada deste tipo de evento não obriga a que se percorram outras áreas do concelho para avaliar eventuais estragos. 		
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<ul style="list-style-type: none"> Avaliadas as zonas que sofreram danos fazer deslocar elementos da CMCP para o terreno tendo em vista identificar locais onde se verificaram estragos em postes de eletricidade, de iluminação, telecomunicações, etc. Contatar as entidades responsáveis pela manutenção das redes de eletricidade, comunicações, nomeadamente, EDP, Portugal Telecom, etc. (consultar lista de Contactos presente no Ponto 1 do Plano). 		
ATIVACÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de ativar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes ações de emergência (receção de dádavas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.). 		
DESATIVAÇÃO DO PMEPCCP OU SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o controlo de ruturas em condutas de água e a estabilização primária de infraestruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desativar o PMEPCCP. A desativação do PMEPCCP deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua ação de acordo com as necessidades indicadas pelo COS). Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal. A desativação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do Gabinete de Proteção Civil. 		

Tabela IV.III.64. Acidentes viários e aéreos, transporte de mercadorias perigosas e colapso de edifícios de utilização coletiva

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A ocorrência de acidentes viários e aéreos podem encontrar-se associados a determinadas condições meteorológicas, pelo que a declaração da situação de alerta de âmbito municipal pode ser efetuada mesmo antes de se terem verificado acidentes. ▪ Caso tenha ocorrido um acidente aéreo deverá imediatamente avisar-se o CDOS o qual informará por sua vez o CNOS. Caberá ao CNOS coordenar as ações de todas as entidades necessárias às ações de intervenção e articular-se com o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo. ▪ Dependendo da gravidade prevista ou verificada da ocorrência caberá ao Presidente da Câmara Municipal declarar a situação de alerta de âmbito municipal (o que obriga à reunião da CMPC). ▪ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais (maquinaria de obras públicas e limpeza), o mesmo devendo acontecer com a GNR e BVCP. A situação de alerta de âmbito municipal deverá ainda levar à ativação do Gabinete de Proteção Civil (ver Parte III). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assim como acontece com acidentes viários e aéreos, também os acidentes envolvendo o transporte de mercadorias perigosas poderá encontra-se associado a condições meteorológicas adversas, as quais, dado o potencial que apresentam para originar acidentes graves ou catástrofes, justificarão à partida um maior nível de prontidão por parte das entidades integrantes do SIOPS. ▪ Caso tenha ocorrido no concelho um acidente envolvendo o transporte de substâncias perigosas, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal (o que obriga à reunião da CMPC). ▪ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais (maquinaria de obras públicas e limpeza), o mesmo devendo acontecer com a GNR e BVCP. A situação de alerta de âmbito municipal deverá ainda levar à ativação do Gabinete de Proteção Civil (ver Parte III). ▪ Caso os danos gerados ou previstos assim o justifiquem (ver Ponto 7 da Parte I), o presidente deverá acionar reunião extraordinária da CMPC de modo a se ativar o PMEPCCP. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caso determinado evento, que reúna um grande número de pessoas, possua potencial para gerar um elevado número de feridos e até mesmo deslocados, o Presidente da Câmara Municipal deverá declarar a situação de alerta de âmbito municipal (ver ponto 7.2 da Parte I do presente Plano). ▪ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a colocação em regime de prevenção dos BVCP, do SMPC e do Gabinete de Proteção Civil. ▪ Não é de esperar que os eventos que ocorrem no concelho possam gerar desastros graves o suficiente para gerar o tipo de resposta associado à ativação do PMEPCCP. ▪ A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação.

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caso a gravidade da ocorrência assim o justifique, caberá à CMPC ativar o PMEPCCP (ver Ponto 7.2 da Parte I do Plano). ▪ Adicionalmente, a ativação do PMEPCCP compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) de equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). ▪ A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adicionalmente, a ativação do PMEPCCP compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) de equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). ▪ A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. 	
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ATIVAÇÃO DO PMEPCCP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Este tipo de evento não deverá afetar a capacidade operacional das entidades com responsabilidades na área da proteção civil, pelo que o contato que a Câmara Municipal estabelecerá com as mesmas será apenas para indicar a reunião extraordinária da CMPC devido ao Presidente da Câmara Municipal ter declarado a situação de alerta de âmbito municipal ou mesmo solicitar a ativação do PMEPCCP. ▪ Nos casos em que o acidente tenha justificado a declaração de situação de alerta de âmbito municipal ou a ativação do PMEPC, a CMPC deverá reunir e avaliar qual a melhor estratégia a seguir para mitigar o efeito do acidente, nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde e meios materiais. ▪ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a ativação imediata de equipas em estado de prevenção, o Presidente da CMCP deverá proceder à convocação extraordinária da CMPC. ▪ Dada à natureza do tipo de eventos em causa não serão de esperar danos nas entidades que compõem a CMPC, pelo que o contato a estabelecer com as mesmas terá por finalidade apenas indicar que o Presidente da Câmara Municipal declarou a situação de alerta de âmbito municipal ou que o mesmo solicita a ativação do PMEPCCP, o que levará a uma reunião extraordinária da CMPC.

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ATIVAÇÃO DO PMEPCP			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em caso de necessidade poderá ser ponderada a reunião da CMPC num posto avançado na proximidade do teatro de operações. ▪ Os agentes de proteção civil e o SMPC deverão reunir-se previamente à ocorrência do(s) evento(s) de modo a avaliar as estratégias a seguirem, nomeadamente no que respeita ao pré-posicionamento de meios (postos médicos avançados e ambulâncias), condicionamento da circulação nas principais vias de acesso, estratégias de evacuação do espaço em caso de necessidade, etc..
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrar e permanecer em contato com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III). 		
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alertar entidades que poderão prestar apoio nas ações de emergência para a importância de se encontrarem em prevenção de modo a poderem dar o seu rápido contributo caso se venha a concluir necessário (ver lista de Contactos presente no Ponto 1 do Plano). As principais entidades a alertar são: Estradas de Portugal, APA, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, empresas proprietárias de gruas e rádios regionais e locais (o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo será contactado pelo CNOS). 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em princípio as entidades a intervir em caso de emergência serão as que integram a CMPC.
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contatar o COS e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos, a extensão dos danos sofridos pelas infraestruturas, animais afetados e danos no meio ambiente. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contatar as forças presentes no terreno e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos, a extensão dos danos sofridos pelas infraestruturas, animais afetados e danos no meio ambiente.

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após efetuada a avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro a necessidade de se ativarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. ▪ Ponderar juntamente com o COM e COS o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (meios não necessários no momento mas que se preveja alguma probabilidade de poderem vir a ser úteis, i.e., pré-posicionamento de meios). Consultar listagem de meios e recursos. 		
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoletando o COM, posteriormente, os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC. ▪ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações). ▪ Decidir qual o centro de acolhimento a ativar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infraestruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1. ▪ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confeção das refeições a distribuir pelos desalojados. ▪ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III). ▪ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao Gabinete de Proteção Civil (consultar Parte III). 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ O tipo de evacuação que poderá estar associado a este tipo de evento compreenderá apenas a retirada da população do local de modo a controlar da melhor forma a situação. Esta deslocação da população não compreenderá, portanto, a ativação de centros de acolhimento para população deslocada.
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ATIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Averiguar no terreno a necessidade de transportar as vítimas mortais para um dos locais temporários de reunião de mortos previstos na Parte III do Plano (isto caso se preveja que será esgotada a capacidade das morgues e casas mortuárias dos hospitais, cemitérios e agências funerárias). ▪ Esta ação é da responsabilidade do Ministério Público. ▪ Seguir os procedimentos de mortuária definidos na Parte III. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Como já indicado, não se prevê que este tipo de evento possa gerar um número de fatalidades que justifique meios adicionais de mortuária.

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os diferentes setores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos setores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho). 		
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de se condicionar a circulação nos itinerários definidos como sendo de emergência. Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito. O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho. Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.). 		<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os itinerários de emergência definidos se encontram desobstruídos de trânsito. O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho. Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que o normal patrulhamento do concelho pelas forças de segurança não é comprometido. Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.). 		<ul style="list-style-type: none"> Evitar pilhagens fazendo circular também pelas zonas menos afetadas forças de segurança pública e/ou elementos de serviços de segurança pública ou privada ou mesmo elementos do SMPC (as zonas mais afetadas terão já elementos das forças de segurança). Para além das zonas residenciais mais isoladas ter também como um dos alvos privilegiados de ações de vigilância as zonas comerciais.

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em função do cenário verificado nos locais afetados, o INEM e a Autoridade de Saúde do município deverão determinar e coordenar os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades. ▪ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros e/ou deslocados) deverá ser constituído na proximidade da zona afetada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida, fazer a triagem das suas necessidades (médicas, agasalhos, alimentação, etc.) e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou centros de acolhimento de deslocados). ▪ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a atividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc.. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Embora este tipo de evento não deva levar a ativação do PMEPCCP, será no entanto útil que o INEM e a autoridade de saúde determinem e coordenem os meios a empregar para dar resposta às diferentes necessidades. ▪ Caso a magnitude do evento assim o exija (elevada probabilidade de feridos ligeiros) deverá ser constituído na proximidade da zona afetada um posto médico avançado (coordenado pelo INEM). Este terá por finalidade receber a população atingida e encaminhá-la para os locais mais adequados (hospitais, centros de saúde ou residências). ▪ A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a atividade médica como alimentos, viaturas de transporte, etc..
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFETADA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caberá à CMCP (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afetada (quer a que se encontra nas zonas afetadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em princípio, só nas situações em que os elementos de saúde no terreno assim o indiquem, deverá o SMPC ativar bens básicos a distribuir pela população presente no local.
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Gabinete de Proteção Civil deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adotados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal). 		

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<ul style="list-style-type: none"> A natureza muito localizada deste tipo de evento não obriga a que se percorram outras áreas do concelho para avaliar eventuais estragos. 		
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<ul style="list-style-type: none"> Após avaliadas as zonas que sofreram danos a CMCP deverá fazer deslocar elementos para o terreno tendo em vista identificar locais onde se verificaram estragos em vias de circulação, postes de eletricidade, de iluminação, telecomunicações, etc.. Contatar as entidades responsáveis pela manutenção das redes viárias, de eletricidade e comunicações, nomeadamente, Estradas de Portugal, EDP e Portugal Telecom (consultar lista de Contactos presente no Ponto 1 do Plano). 		<ul style="list-style-type: none"> Em princípio as infraestruturas básicas não deverão sofrer danos caso surjam alterações da ordem pública.
ATIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de ativar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes ações de emergência (recepção de dádvas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.). 		
DESATIVAÇÃO DO PMEPCCP OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, o controlo de ruturas em condutas de água, a estabilização primária de infraestruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento e o restabelecimento da circulação viária, caberá à CMPC desativar o PMEPCCP. A desativação do PMEPCCP deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua ação de acordo com as necessidades indicadas pelo COS). 	<ul style="list-style-type: none"> Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, a contenção da progressão da substância perigosa, o isolamento das zonas afetadas e o restabelecimento da circulação viária, caberá à CMPC desativar o PMEPCCP. A desativação do PMEPCCP deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua ação de acordo com as necessidades indicadas pelo COS). 	<ul style="list-style-type: none"> Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares e o regresso da população às suas residências, caberá ao presidente da Câmara Municipal declarar o fim da situação de alerta de âmbito municipal. A desativação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas do Gabinete de Proteção Civil.

PROCEDIMENTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS		
	ACIDENTES VIÁRIOS E AÉREOS	TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	COLAPSO DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
DESATIVAÇÃO DO PMEPCCP OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal. ▪ A desativação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do Gabinete de Proteção Civil. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal. ▪ A desativação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do Gabinete de Proteção Civil. 	

11.3 Procedimentos a seguir na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe associado a riscos mistos

Tabela IV.III.65. Incêndios florestais

PROCEDIMENTOS	RISCOS MISTOS
	INCÊNDIOS FLORESTAIS
CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS EM ESTADO DE PREVENÇÃO E PRONTIDÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O dispositivo de defesa da floresta contra incêndios encontra-se definido no POM (atualizado anualmente) onde, para além dos meios operacionais, se indicam quais os Locais Estratégicos de Estacionamento onde se deverão posicionar meios de primeira intervenção nas situações em que o índice de risco temporal de incêndio seja elevado ou máximo. ▪ A situação de alerta de âmbito municipal só deverá ser declarada pelo Presidente da Câmara Municipal nas situações em que os incêndios tenham causado já ou se preveja que possam causar alguns danos e hospitalizações (cinco ou mais hospitalizações; ver Ponto 7.1 da Parte I). ▪ A situação de alerta de âmbito municipal deverá compreender a ativação em regime de prevenção de equipas dos BVCP e de outras entidades que possuam motobombas, camiões cisterna e tratores (ver listagem de meios desta Secção do Plano), bem como do SMPC, do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do Gabinete de Proteção Civil. ▪ A ativação do PMEPCCP (competência da CMPC) só deverá ocorrer caso os incêndios florestais tenham já provocado ou apresentem potencial para gerar vítimas e deslocados (ver ponto 7.2 da Parte I do presente plano). ▪ Adicionalmente aos procedimentos previstos para as situações de alerta de âmbito municipal, a ativação do PMEPCCP compreenderá a passagem para o estado de prontidão (permanente) de equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais) e do SMPC (serviço responsável pela coordenação dos meios próprios, públicos e privados a requisitar pela Câmara Municipal). ▪ A CMPC deverá estabelecer um contato permanente com o CDOS de Leiria de modo agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação.
AValiação DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS ENTIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO E INFORMAÇÃO DE QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECLAROU A SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL OU QUE SOLICITA A ATIVAÇÃO DO PMEPCCP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Este tipo de evento não deverá afetar a capacidade operacional das entidades com responsabilidades na área da proteção civil, pelo que o contato que a Câmara Municipal estabelecerá com as mesmas será apenas para indicar a reunião extraordinária da CMPC devido ao Presidente ter declarado a situação de alerta de âmbito municipal ou mesmo ter indicado a necessidade de se ativar o Plano. ▪ Nos casos em que os incêndios tenham justificado a declaração de situação de alerta de âmbito municipal ou a ativação do PMEPC, a CMPC deverá reunir e concertar estratégias de mitigação a implementar.
GARANTIR ARTICULAÇÃO COM O NÍVEL DISTRITAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrar e permanecer em contato com o CDOS recorrendo aos meios de comunicação disponíveis no local de reunião da CMPC (ver Ponto 3 da Parte III).
ALERTAR ENTIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O dispositivo operacional de DFCI encontra-se previsto já no PMDFCI (cuja componente operacional é atualizada todos os anos através do POM) e na Diretiva Operacional Nacional atualizada anualmente.

PROCEDIMENTOS	RISCOS MISTOS
	INCÊNDIOS FLORESTAIS
AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍTIMAS E/OU DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contatar o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro e fazer uma avaliação preliminar da existência de feridos ou mortos e a extensão dos danos já sofridos pelas infraestruturas.
ATIVAÇÃO DE MEIOS MATERIAIS E HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a realização da avaliação preliminar dos danos materiais e humanos nas zonas de maior impacto, avaliar conjuntamente com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro a necessidade de se ativarem meios adicionais a serem estacionados na Zona de Apoio do teatro de operações. Ponderar juntamente com o COS o envio de meios materiais e humanos para a Zona de Concentração de Reserva do teatro de operações (consultar meios e recursos presentes no Ponto 1).
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE EVACUAÇÃO (apenas associado à ativação do PMEPCCP)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cabe ao(s) COS indicar ao COM a necessidade de se proceder à evacuação da zona sob sua responsabilidade, despoletando o COM, posteriormente, os necessários procedimentos em coordenação com a CMPC. ▪ Na Parte III do presente Plano indica-se a metodologia de evacuação prevista para o concelho (incluindo tipos de locais a recorrer para acolhimento das populações). ▪ Decidir qual o centro de acolhimento a ativar, tendo como alternativa unidades hoteleiras e infraestruturas públicas como as escolas e pavilhões desportivos indicados no Ponto 1. ▪ As cantinas escolares ou empresas de <i>catering</i> poderão prestar apoio na confeção das refeições a distribuir pelos desalojados. ▪ Nos centros de acolhimento deverão ser registados todos os indivíduos que derem entrada, recorrendo aos formulários definidos no presente plano (consultar Parte III). ▪ A informação recolhida deverá ser imediatamente disponibilizada ao Gabinete de Proteção Civil (consultar Parte III).
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE ATIVAÇÃO DE MEIOS ADICIONAIS DE MORTUÁRIA (apenas associado à ativação do PMEPCCP)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O tipo de evento em questão não apresenta potencial para gerar um número de mortos elevado o suficiente para esgotar a capacidade de receção de mortos das casas mortuárias do concelho.
GARANTIR A CONSTITUIÇÃO DE PERÍMETROS DE SEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir que os diferentes setores do(s) teatro(s) de operações se encontram definidos e que as Zonas de Sinistro e de apoio se encontram vedadas (o controlo do acesso aos setores do teatro de operações será da responsabilidade das forças de segurança do concelho).
GARANTIR O CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO NOS ITINERÁRIOS DE EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a necessidade de se condicionar a circulação nas vias de acesso à(s) área(s) afetada(s) pelo(s) incêndio(s). ▪ O controlo dos acessos e condicionamento do trânsito nos itinerários de emergência será da responsabilidade das forças de segurança presentes no concelho. ▪ Caberá às forças de segurança do concelho indicar ao SMPC a necessidade de se acionarem meios adicionais para auxiliarem nesta tarefa (equipas de segurança privadas, voluntários, etc.).
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir que o normal patrulhamento do concelho pelas forças de segurança não é comprometido.

PROCEDIMENTOS	RISCOS MISTOS
	INCÊNDIOS FLORESTAIS
GARANTIR A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES DE AUXÍLIO MÉDICO	<ul style="list-style-type: none"> A Autoridade de Saúde do município em articulação com o COM deverá avaliar a necessidade de acompanhamento especial nos locais mais críticos, especialmente no que se refere à prestação de cuidados médicos às populações mais afetadas pelos fumos provocados pelo(s) incêndio(s). A autoridade de saúde deverá articular-se com o COM de modo a requerer todos os meios necessários para a atividade médica como alimentos, agasalhos, viaturas de transporte, etc..
GARANTIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO AFETADA	<ul style="list-style-type: none"> Caberá à CMCP (SMPC), em articulação com a Autoridade de Saúde do município, fazer chegar à população afetada (quer a que se encontra nas zonas afetadas, quer a que se encontra nas Zonas de Concentração Local, isto é, em centros de acolhimento) bens básicos essenciais como água, alimentos, agasalhos e medicamentos.
INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> O Gabinete de Proteção Civil deverá reunir e preparar toda a informação relacionada com o evento, nomeadamente, preparar comunicados aos órgãos de comunicação social, preparar informação relativa aos cuidados a serem adotados pela população e disponibilizar informação relativamente ao estado e localização de feridos e deslocados (ver Parte III e modelos de comunicados do Ponto 4; também deverá ser utilizado como canal preferencial de informação a página da Internet da Câmara Municipal).
INSPECCIONAR ZONAS IDENTIFICADAS COMO DE MAIOR RISCO	<ul style="list-style-type: none"> Caso se preveja o agravamento da situação, verificar se para além das zonas afetadas existem outras que mereçam especial atenção (zonas ainda não afetadas mas que poderão vir a sê-lo nas próximas horas).
ANALISAR ESTRAGOS NAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	<ul style="list-style-type: none"> Assim que o(s) incêndio(s) se encontrar(m) controlado(s), a Câmara Municipal deverá fazer deslocar elementos para as zonas afetadas de modo a avaliar a extensão dos danos causados. Contatar as entidades responsáveis pela manutenção das redes de distribuição de eletricidade e de telecomunicações para que se dê início aos trabalhos de reparação.
ATIVAÇÃO DE BOLSA DE VOLUNTARIADO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a necessidade de ativar bolsa de voluntariado de modo a se apoiarem as diferentes ações de emergência (receção de dádivas, distribuição de bens e serviços de estafeta, etc.).
DESATIVAÇÃO DO PMEPCCP OU DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> Após controlada a situação de emergência, o que compreenderá o transporte dos feridos para unidades hospitalares, o regresso da população deslocada para as suas residências ou para a residência de familiares, a estabilização primária de infraestruturas em risco de derrocada ou o seu isolamento, caberá à CMPC desativar o PMEPCCP. A desativação do PMEPCCP deverá fazer com que o concelho passe para a situação de alerta de âmbito municipal (equipas da Câmara Municipal em estado de prevenção de modo ao SMPC coordenar a sua ação de acordo com as necessidades indicadas pelo(s) COS). Caberá ao Presidente da Câmara Municipal indicar o fim da situação de alerta de âmbito municipal. A desativação da situação de alerta de âmbito municipal levará a que neste caso deixem de estar em prevenção equipas do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais e do Gabinete de Proteção Civil.

11.4 Ações de reabilitação

Tabela IV.III.66. Ações de reabilitação a desenvolver e entidades envolvidas

AÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> Identificar infraestruturas que apresentam danos estruturais e estabelecer as que deverão ser alvo prioritário de intervenção. 	<ul style="list-style-type: none"> SMPC Técnicos da Câmara Municipal (Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo) Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera 	<ul style="list-style-type: none"> Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as infraestruturas que apresentam danos.
	<ul style="list-style-type: none"> Estabilizar as infraestruturas que apresentam indícios de danos estruturais recorrendo a estruturas metálicas de suporte. 	<ul style="list-style-type: none"> Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais Empresas de construção civil que poderão prestar apoio nesta tarefa (lista de Contactos - Ponto 1) Forças Armadas 	<ul style="list-style-type: none"> Intervencionar, de acordo com as normas técnicas adequadas, as infraestruturas afetadas de modo a impedir riscos de derrocada ou de contaminação.
	<ul style="list-style-type: none"> Contatar o LNEC e solicitar o envio de técnicos visando a análise da estabilidade das infraestruturas afetadas. 	<ul style="list-style-type: none"> LNEC 	<ul style="list-style-type: none"> Vistoriar a integridade estrutural das infraestruturas afetadas e das que se encontram nas imediações.
	<ul style="list-style-type: none"> A Câmara Municipal deverá esclarecer a população através das rádios locais e do seu sítio da Internet relativamente às contas de solidariedade oficiais. As contas oficiais serão apenas aquelas que forem publicitadas na página de Internet da CMCP (evitar a possibilidade de aproveitamentos individuais da onda de solidariedade associada ao evento). 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Castanheira de Pera 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar de forma célere no sítio da Câmara Municipal o número das contas de solidariedade para apoio às vítimas.
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar se alguma instituição bancária se encontra disponível para conceder à população afetada crédito em condições mais vantajosas que as praticadas normalmente no mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Castanheira de Pera 	<ul style="list-style-type: none"> Contatar as principais entidades bancárias da região de modo a avaliar a possibilidade de concederem crédito em condições vantajosas para a população afetada.

AÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
REPARAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar zonas afetadas e estabelecer os locais de ação prioritária. 	<ul style="list-style-type: none"> SMPC Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais APA 	<ul style="list-style-type: none"> Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as zonas que apresentam danos.
	<ul style="list-style-type: none"> Reparar condutas danificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais Empresas de construção civil que poderão prestar apoio nesta tarefa (ver lista de Contactos presente no Ponto 1) 	<ul style="list-style-type: none"> Reparar as condutas segundo os procedimentos técnicos adequados.
REPARAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar zonas afetadas e estabelecer os locais de ação prioritária. 	<ul style="list-style-type: none"> SMPC Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as zonas que apresentam falhas no abastecimento de eletricidade.
	<ul style="list-style-type: none"> Reparar postes e cabos danificados. 	<ul style="list-style-type: none"> EDP Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Reparar os postes e cabos elétricos segundo os procedimentos técnicos adequados.
REPARAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO FIXA E MÓVEL	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar zonas/postes afetadas(os) e definir locais de ação prioritária. 	<ul style="list-style-type: none"> SMPC Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as zonas onde a rede fixa e móvel de comunicações se encontra afetada.
	<ul style="list-style-type: none"> Proceder à reparação de postes, cabos e antenas de telecomunicações danificados. 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades responsáveis pelas infraestruturas fixas e móveis de telecomunicações 	<ul style="list-style-type: none"> Reparar os postes, cabos e antenas segundo os procedimentos técnicos adequados.
DESOBSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VIAS DE CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar localização de estradas obstruídas ou danificadas e definir prioridades de intervenção. 	<ul style="list-style-type: none"> SMPC Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Percorrer a área do concelho e fazer o rigoroso levantamento de todas as zonas onde a rede viária se encontra condicionada.
	<ul style="list-style-type: none"> Proceder à desobstrução das vias de circulação e à regularização do piso, caso este tenha sido afetado. 	<ul style="list-style-type: none"> Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais Estradas de Portugal Forças Armadas 	<ul style="list-style-type: none"> Reparar as vias de circulação e estabilizar as zonas envolventes de elevado declive segundo as adequadas normas técnicas.

AÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
DESOBSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VIAS DE CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Estabilização de margens e taludes. 	<ul style="list-style-type: none"> Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais Estradas de Portugal LNEC LNEG 	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a reunião entre os cidadãos cujos veículos foram afetados pelo evento. 	<ul style="list-style-type: none"> SMPC 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que os proprietários das viaturas atingidos por escombros são ressarcidos dos seus prejuízos, de acordo com o tipo de seguro que contrataram.
PROMOVER A ESTABILIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DAS ÁREAS FLORESTAIS	<ul style="list-style-type: none"> Impedir fenómenos de erosão e garantir a manutenção das características dos locais afetados (manter a biodiversidade e impedir a proliferação de espécies invasoras). 	<ul style="list-style-type: none"> ICNF – Direção Regional de Florestas do Centro Câmara Municipal de Castanheira de Pera 	<ul style="list-style-type: none"> Evitar fenómenos de erosão e de degradação ambiental.
	<ul style="list-style-type: none"> Promover o voluntariado para ações de recuperação das áreas afetadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ICNF – Direção Regional de Florestas do Centro Câmara Municipal de Castanheira de Pera 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que as ações de voluntariado se processam de forma coordenada e de acordo com as corretas normas técnicas.
REABILITAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar se algum serviço essencial do concelho (escolas, creches, centros de saúde, de segurança social, etc.) se encontra condicionado e determinar a razão do constrangimento. Auxiliar e, caso necessário, indicar local alternativo de funcionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> SMPC CMPC 	<ul style="list-style-type: none"> Fazer o levantamento de todas as necessidades operacionais dos serviços sociais do concelho e avaliar como a CMCP, através dos seus vários serviços, poderá auxiliar no retorno ao seu normal funcionamento. Procurar disponibilizar instalações temporárias para os serviços cujas instalações próprias sofreram danos avultados necessitando por isso de um longo período de recuperação.

AÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
RETORNO DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO E CULTURAL REMOVIDO TEMPORARIAMENTE	<ul style="list-style-type: none"> Estabilizar edifícios de interesse histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> LNEC Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais DGPC Empresas de construção civil que poderão prestar apoio nesta tarefa (ver lista de Contactos presente no Ponto 1) 	<ul style="list-style-type: none"> Intervencionar, de acordo com as normas técnicas adequadas, as infraestruturas afetadas de modo a impedir riscos de derrocada ou degradação.
	<ul style="list-style-type: none"> Apenas proceder ao transporte dos bens patrimoniais e arquivísticos para os seus locais de origem após a integridade dos mesmos ter sido analisada e se ter procedido à sua estabilização, registo e acondicionamento (ver informação da Tabela IV.III.67). 	<ul style="list-style-type: none"> Funcionários da instituição cultural em causa Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera SMPC 	<ul style="list-style-type: none"> Proceder ao correto transporte do património cultural presente no edifício afetado para um local de armazenamento temporário. Manipular de forma tecnicamente correta os bens a transportar/proteger (ver informação contida na Tabela IV.III.67).
	<ul style="list-style-type: none"> O local de destino dos bens patrimonial e arquivístico deverá encontrar-se completamente seco e limpo. 	<ul style="list-style-type: none"> Funcionários da instituição cultural em causa SMPC 	<ul style="list-style-type: none"> Determinar qual o local que apresenta as melhores condições para acolher o património a proteger/recuperar.
	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizado o registo dos documentos e bens patrimoniais transportados do local de origem 	<ul style="list-style-type: none"> Pessoal da instituição cultural cujos bens tiveram de ser transportados para local de armazenamento temporário. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que todas as peças e documentos removidos do(s) local(is) afetados foram registados e que os mesmos retornarão às entidades detentoras dos mesmos.
REGRESSO DA POPULAÇÃO E ANIMAIS DESLOCADOS	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar meios de transporte para a população e animais deslocados. Garantir a atualização do registo de pessoas e de animais transportados. 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Castanheira de Pera Empresas de transporte no concelho Forças Armadas SMPC 	<ul style="list-style-type: none"> Caberá à CMCP, apoiada no SMPC, garantir a disponibilização de transporte para a população deslocada para centros de acolhimento (i.e., zonas de concentração local). À CMCP caberá ainda disponibilizar meios para transportar os animais que tenham sido deslocados.

AÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
REGRESSO DA POPULAÇÃO E ANIMAIS DESLOCADOS			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Registrar, a partir do universo da população deslocada para locais de acolhimento i.e. zonas de concentração local), quais os indivíduos cujo transporte de retorno às suas residências foi garantido pela Câmara Municipal. ▪ Registrar os animais cujo retorno ao local de origem foi garantido pela Câmara Municipal.
CONTROLAR ACESSOS A ZONAS SINISTRADAS, GARANTIR A SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES E REGULAR O TRÂNSITO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impedir o acesso a zonas sinistradas onde subsista risco para a segurança pública ou ainda se desenrolem ações de proteção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GNR 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlar acessos em locais considerados de risco ou de interdição pública.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impedir a ocorrência de furtos e de desacatos. ▪ Definir locais alternativos de circulação rodoviária tendo em conta os locais vedados ao trânsito e sinalização luminosa afetada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GNR 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a manutenção da ordem pública. ▪ Condicionar o trânsito nos locais onde se desenrolem ações de reabilitação, bem como nas restantes áreas do concelho onde se preveja poder vir a ocorrer constrangimentos.
PRESTAR APOIO PSICOSSOCIAL E FINANCEIRO À POPULAÇÃO AFETADA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Convocar psicólogos, padres, assistentes sociais e pessoal auxiliar para apoio imediato às famílias das vítimas; ▪ Garantir o apoio psicológico dos elementos das equipas de intervenção. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ INEM (Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise) ▪ Secção de Intervenção Socioeducativa e Cultural ▪ SMPC ▪ ISS – Centro Distrital de Leiria ▪ Paróquias ▪ Entidades bancárias presentes no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caberá ao INEM desencadear no âmbito da sua estrutura, os necessários procedimentos para prestar apoio psicossocial. ▪ Ao SMPC caberá garantir todos os meios solicitados pelo INEM e articular-se com as paróquias e Serviço de Segurança Social no sentido destas prestarem igualmente o seu contributo. ▪ O ISS poderá prestar apoio económico à população afetada através de prestações pecuniárias.

AÇÕES DE REABILITAÇÃO			
TIPO DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS A CONSIDERAR	ENTIDADES ENVOLVIDAS	RESPONSABILIDADES
PRESTAR APOIO PSICOSSOCIAL E FINANCEIRO À POPULAÇÃO AFETADA			<ul style="list-style-type: none"> As entidades bancárias presentes no concelho poderão considerar a concessão de crédito à população afetada segundo taxas de juro inferiores às normalmente praticadas.
QUANTIFICAÇÃO DOS PREJUÍZOS MATERIAIS E HUMANOS SOFRIDOS	<ul style="list-style-type: none"> Fazer levantamento exaustivo de todos os danos associados ao evento que gerou a emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> SMPC 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que ficam registados todos os danos associados ao evento de modo a esta informação poder ser analisada pela CMPC e se estudarem novas estratégias de atuação a incluir no PMEPCCP.

Tabela IV.III.67. Acondicionamento e recuperação do património cultural e arquivístico afetado

PROCEDIMENTOS GERAIS	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir por local o responsável pela recuperação (geralmente o diretor da instituição afetada ou um seu delegado). Este ficará responsável por contactar especialistas em recuperação do material afetado. ▪ Não entrar no edifício até que o mesmo tenha sido dado como seguro. ▪ Ao entrar no edifício fazê-lo de preferência com pessoal técnico especialista na recuperação do tipo de material afetado. ▪ Ao entrar no edifício deverá fotografar-se o estado do material a recuperar. ▪ O responsável pela recuperação deverá definir se o edifício ficará aberto ou fechado, de modo a que o pessoal possa participar nas tarefas de recuperação. ▪ O responsável pela recuperação deverá garantir que se encontra contactável por telefone ou equipamento de rádio. ▪ O responsável pela recuperação deverá indicar o local para onde os bens culturais ou arquivísticos deverão ser transportados. Nesta tarefa poderá requerer o auxílio do SMPC. ▪ O responsável pela recuperação deverá assegurar as necessárias instalações sanitárias para os vários elementos que se encontram a trabalhar no edifício afetado. Nesta tarefa poderá requerer o auxílio do SMPC. ▪ Caso os bens tenham sido afetados por grandes quantidades de água, a temperatura do edifício afetado deverá ser reduzida para temperaturas inferiores a 18°C, a humidade relativa deverá ser controlada recorrendo, se necessário, a desumidificadores e o ar deverá ser posto a circular podendo mesmo recorrer-se a ventilação forçada. Remover tapetes e cortinas húmidas. ▪ Deverão ser requisitados geradores de eletricidade. ▪ O responsável pela recuperação deverá constituir equipas de recuperação que ficarão responsáveis por preparar o acondicionamento dos materiais a transportar, seu registo, numeração das embalagens. ▪ Deverão ser efetuadas reuniões no início e no final de cada dia para se definir, respetivamente, os objetivos e estratégias, e controlar os resultados operacionais. ▪ As gavetas e prateleiras onde o material se encontrava arrumado/arquivado, apenas deverão ser reparadas após os bens terem sido removidos do local. 	
TIPO DE BEM	PROCEDIMENTOS DE ACONDICIONAMENTO DOS BENS AFETADOS
PRECAUÇÕES GERAIS PARA TODO O TIPO DE BENS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Usar extrema precaução ao manipular documentos húmidos. ▪ As embalagens a serem usadas para remoção dos materiais deverão ser cheios apenas até três quartos do seu volume. ▪ Não empilhar as caixas contendo o material recolhido.
PAPEL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Remover primeiramente documentos que se encontrem no chão. ▪ Não tentar separar folhas isoladas. ▪ Separar os vários documentos com material absorvente.

TIPO DE BEM	PROCEDIMENTOS DE ACONDICIONAMENTO DOS BENS AFETADOS
PAPEL	<ul style="list-style-type: none"> Documentos que debotam deverão ser rapidamente secos (secagem forçada) ou congelados e posteriormente secos (48 horas no máximo). Grandes documentos como mapas deverão ser, caso não se encontrem enrolados, colocados em plataformas lisas, como por exemplo folhas de contraplacado, e cobertos por película de polietileno. Mapas enrolados deverão ser congelados ou entregues a pessoal especializado para proceder no local ao seu desenrolar e correto acondicionamento.
LIVROS	<ul style="list-style-type: none"> Remover primeiramente os livros que se encontrem no chão. Colocar os livros molhados de forma invertida sobre uma superfície absorvente e ligeiramente abertos. Colocar toalhetes de papel entre algumas das páginas dos livros de modo a estas incorporarem parte da humidade. Livros contendo papel revestido com material brilhante (papel couché) que se encontram totalmente molhados deverão ser congelados, acondicionados, e posteriormente secos de forma adequada. Os restantes tipos de livros também deverá ser congelado se se encontrarem muito afetados (até 48 horas após o sinistro). Se os livros se encontrarem bastante sujos, os mesmos deverão ser lavados e posteriormente congelados. Lavar apenas livros que se encontrem abertos ou que debotam. A lavagem deverá ser feita em água corrente, com o livro fechado e removendo-se os detritos com uma esponja. Nas publicações de elevado valor histórico deverá ponderar-se tratamento profissional que inclui a lavagem de cada uma das folhas do livro, voltar a cosê-las e reencadernar. Só assim garantirá uma aproximação ao estado original.
PINTURAS	<ul style="list-style-type: none"> Imediatamente proceder à sua secagem ao ar. Transportar horizontalmente se possível e garantir que nada entra em contato com a superfície. A ordem de recolha deverá ser: primeiro os mais valiosos, seguindo-se os menos afetados, ligeiramente afetados e por últimos os muito afetados.
MATERIAL VÍDEO	<ul style="list-style-type: none"> Acondicionar as cassetes verticalmente sobre caixas de ovos ou cartões (usar caixas plásticas ou de cartão no acondicionamento). Secar ao ar. Encher a caixa do filme (película fotográfica) com água, selá-la, acondicioná-la com plástico ou cartão e enviar para uma entidade de processamento de filmes para limpeza e secagem (o processo não deverá demorar mais de 72 horas).
MATERIAL FOTOGRÁFICO	<ul style="list-style-type: none"> Dar prioridade a fotografias reveladas pelo método “Collodion” e secá-las imediatamente ao ar (imersão e congelamento destruirão a emulsão). Fazer o mesmo com fotografias do género “daguerreotype”.
OUTROS	<ul style="list-style-type: none"> As películas à base de celulose de nitrato deverão ser congeladas uma vez que são solúveis. Outro tipo de fotografias deverão ser conservadas em contentores com água fresca até se decidir qual o melhor processo de restauro (secar ou congelar). O tempo entre a imersão e o tratamento das fotografias deverá ser tão curto quanto possível. Depois de se proteger os elementos mais frágeis, a preferência a estabelecer na recuperação deverá ser, de acordo com a sua vulnerabilidade: fotografias a cores, impressões, negativos e por último transparências.

11.5 Triagem de feridos

Caso se verifique a necessidade de se proceder a triagem de feridos, as equipas de saúde seguirão o **modelo START (Simple Triage and Rapid Treatment)**. Este método compreende a atribuição de 4 níveis de prioridade à população afetada:

Prioridade baixa	Tratamento atrasado/ os feridos podem esperar até 3 horas até receberem os primeiros tratamentos
Prioridade intermédia	Tratamento urgente/ os feridos apresentam sinais e sintomas que indicam que podem esperar até 1 hora até receberem os primeiros tratamentos e transporte
Prioridade imediata	Tratamento e transporte imediatos/ o ferido apresenta risco de vida eminente
Prioridade nula	A vítima encontra-se cadáver/ não é necessária intervenção médica

No local afetado a primeira etapa consiste em indicar às pessoas que conseguem andar para se deslocarem para uma área adjacente. Os que derem resposta a este pedido não apresentarão provavelmente ferimentos que possam colocar em risco a sua vida num curto espaço de tempo. Caso algum ferido se queixe de dores ao tentar deslocar-se, não se deve forçar a sua deslocação. Os feridos que se deslocarem para a zona “segura” são o que correspondem à **prioridade baixa**. Os feridos que permanecerem são os que devem ser alvo de atenção no imediato.

Os elementos que se encontrem a proceder à triagem de doentes deverão, após definidos os doentes de baixa prioridade, mover-se de forma sistemática pela área contendo vítimas, parando ao lado de cada pessoa que encontrem e procedendo a uma rápida avaliação do seu estado clínico e marcando-os de acordo com o seu estado (cor amarela, vermelha ou preta). Caso verifique ser necessário o avaliador deverá igualmente facilitar o correto posicionamento das vias respiratórias do ferido. **A avaliação de cada ferido não pode ultrapassar mais de um minuto.**

A metodologia START baseia-se na observação de três parâmetros: **respiração; circulação; estado mental.**

1. RESPIRAÇÃO

Caso o ferido respire, há que determinar o seu ritmo respiratório. Feridos com ritmos respiratórios superiores a 30 por minuto serão **marcados como de prioridade imediata** (demonstram um dos primeiros sinais de entrada em choque e necessitam de cuidado imediato).

De igual modo, as vítimas que apresentem uma hemorragia externa evidente, e se encontrem a respirar, deverão ser **marcada como de prioridade imediata**. Caso o ferido apresente um ritmo respiratório inferior a 30 por minuto,

deverá passar-se à observação da sua capacidade de circulação sanguínea e de estado de consciência.

Nas situações em que os feridos não se encontrem a respirar, deverá desobstruir-se rapidamente a boca da vítima e proceder-se à manobra de Ruben, i.e., hiperextensão da cabeça (*head tilt*) e elevação do maxilar (*jaw thrust*) de modo a abrir as vias respiratórias. Chama-se a atenção para o facto de em cenários de acidente grave ou catástrofe que resultem em elevado número de vítimas se ter muitas vezes de se ignorar as diretrizes relativas aos cuidados com lesões cervicais, de modo a se poder desobstruir as vias respiratórias dos feridos. Após a desobstrução das vias respiratórias, caso a vítima comece a respirar, a mesma deverá ser colocada de modo a permanecer a respirar e ser **marcada como de prioridade imediata**. As vítimas que apresentem dificuldades em manter abertas as vias respiratórias deverão igualmente ser **marcadas como de prioridade imediata**, o mesmo se passando com as vítimas relativamente às quais se tem dúvidas relativamente a esta matéria. Caso as vítimas não respirem nem retomem a respiração após técnicas simples de desobstrução das vias respiratórias, as mesmas **deverão ser marcadas como de prioridade nula**.

2. CIRCULAÇÃO

Após a avaliação das capacidades respiratórias das vítimas, o passo seguinte consistirá em avaliar a eficiência da circulação sanguínea. O melhor método de campo para avaliar a circulação sanguínea (isto é, verificar se o coração é capaz de fazer circular adequadamente o sangue) é a avaliação do pulso radial. Esta avaliação poderá não ser fácil. O pulso radial pode ser avaliado através do pulso (do lado da palma da mão) entre a linha mediana e o rádio (osso do braço que se localiza imediatamente atrás do polegar). Para medir o pulso radial deverá colocar-se os dedos indicador e médio na depressão entre o pulso e o dedo polegar e rodar até à zona onde se encontra a palma da mão. Caso o pulso se encontre ausente ou irregular o ferido deverá ser **marcada como de prioridade imediata**.

Caso o pulso se encontre presente e sem irregularidades, deverá passar-se à fase final de observação (estado de consciência). Poderá igualmente recorrer-se ao teste de enchimento capilar para verificar a eficiência da circulação no indivíduo ferido. Este teste consiste em pressionar a base da unha até esta apresentar uma coloração esbranquiçada, soltando-se posteriormente a mesma e contar o tempo até que a zona pressionada volte a obter a tonalidade normal. O teste deverá ser realizado de preferência com a mão acima do peito. Caso a zona pressionada demore mais de dois segundos até voltar a obter uma coloração rosada, o indivíduo deverá ser **marcado como de prioridade imediata**. Se a coloração normal retornar em menos de dois segundos, deverá passar-se para o teste do estado mental do ferido.

3. ESTADO MENTAL

O último teste a usar na triagem de doentes é o da avaliação do estado mental do ferido. Esta observação será conduzida nos feridos que apresentem respiração adequada e boa circulação sanguínea. Há, portanto, que testar o

estado mental do ferido fazendo-o seguir uma solicitação simples como: “abra os olhos”, “feche os olhos”, “aperte a minha mão”. Os feridos que consigam responder adequadamente a estas solicitações deverão ser marcados como de **prioridade intermédia**. Um ferido que não responda a solicitações deverá ser **marcada como de prioridade imediata**.

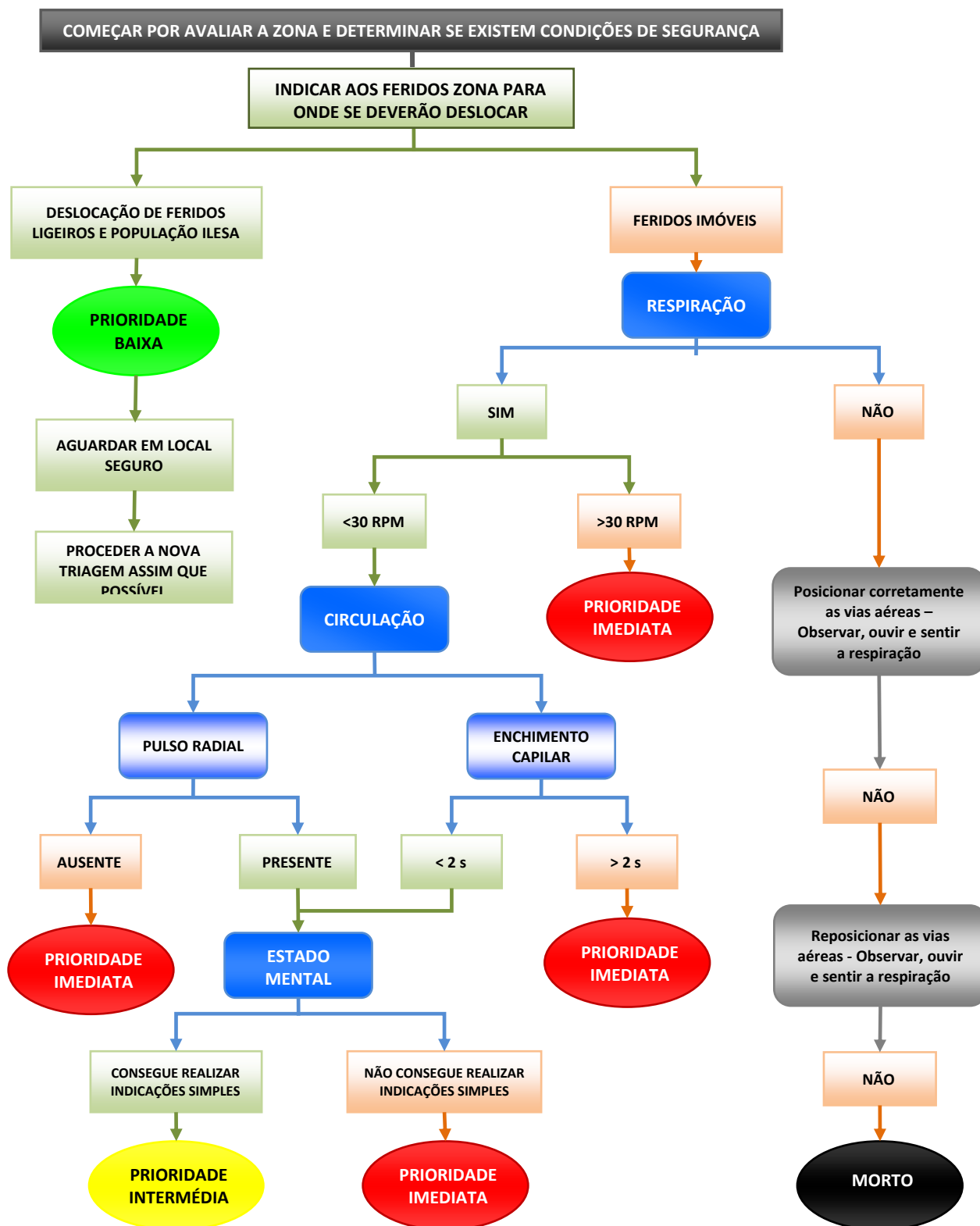
À medida que mais pessoal de saúde chegue ao local, os feridos irão ser reavaliados, estabilizados, tratados e transportados para unidades hospitalares. **Há que ter presente que a condição dos feridos não permanece constante, podendo o processo de choque continuar. Neste sentido, à medida que o tempo e os meios o permitam, deverá reavaliar-se os feridos de modo a determinar se o seu estado se alterou ao ponto de terem de ser marcados como de prioridade imediata.**

As pessoas credenciadas que entretanto cheguem ao local do sinistro deverão reportar a sua presença ao diretor das operações médicas. À medida que for chegando mais pessoal médico, os vários elementos deverão reportar de forma rigorosa ao diretor das operações médicas o resultado da sua atividade. As informações a prestar deverão consistir essencialmente em:

- Número de vítimas observadas na sua área de intervenção;
- Número de vítimas marcadas segundo os quatro níveis;
- Assistência adicional que necessita;
- Outra informação importante.

Caso se suspeite que a zona se encontre afetada por substâncias perigosas ou que seja manifestamente inseguro atuar na zona afetada, o pessoal médico deverá permanecer afastado. A sua atividade de triagem deverá decorrer apenas caso tenham o equipamento de segurança necessário ou a zona não apresente risco eminente. A Figura IV.III.2 representa esquematicamente os procedimentos a serem seguidos na triagem de vítimas.

Na Figura IV.III.2 apresenta-se resumidamente, e em forma de esquema, os procedimentos de apoio médico e de transporte de vítimas a ser seguido em caso de ativação do PMEPCCP. No capítulo relativo ao inventário de meios e recursos (Secção III - Parte IV), apresenta-se a listagem completa de todas as entidades de serviços médicos e transporte de vítimas existentes no concelho de Castanheira de Pera.



Fonte: Adaptado de Community Emergency Response Team - Los Angeles (2010)

Figura IV.III.2. Método START de triagem de vítimas

11.6 Comunicações

Tabela IV.III.68. Frequências REPC para o distrito de Leiria (banda alta VHF)

TIPO	CANAL	DISTRITO DE LEIRIA	Tx	Rx	Ttx	TpRx
EQUIPAMENTOS MÓVEIS E PORTÁTEIS DE COMANDO (SEMI-DUPLEX)	101	Candeeiros	168.9625	173.5625	210.7	210.7
	102	Castanheira de Pera	168.9000	173.5000	107.2	107.2

Tabela IV.III.69. Frequências ROB para o distrito de Leiria

TIPO	CANAL	DISTRITO DE LEIRIA/NÍVEL		Tx	Rx	Ttx	TpRx
EQUIPAMENTOS MÓVEIS E PORTÁTEIS DE COMANDO E DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS (SEMI-DUPLEX)	106	Leiria/Candeeiros		168.5125	173.1125	151.4	
EQUIPAMENTOS MÓVEIS E PORTÁTEIS DE COMANDO E DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS (SIMPLEX)	201	Manobra	M 01	152.5875	152.5875	110.9	110.9
	202		M 02	152.6000	152.6000	110.9	110.9
	203		M 03	152.6125	152.6125	110.9	110.9
	204		M 04	152.6250	152.6250	110.9	110.9
	205		M 05	152.6750	152.6750	110.9	110.9
	206		M 06	152.6875	152.6875	110.9	110.9
	207		M 07	152.7000	152.7000	110.9	110.9
	208	Comando	C 01	152.7125	152.7125	110.9	110.9
	209		C 02	152.7250	152.7250	110.9	110.9
	210		C 03	152.7375	152.7375	110.9	110.9
	211	Tática	T 01	152.9250	152.9250	110.9	110.9
	212		T 02	152.9375	152.9375	110.9	110.9
	213		T 03	152.9500	152.9500	110.9	110.9
	214		T 04	152.9625	152.9625	110.9	110.9
	215		T 05	152.9750	152.9750	110.9	110.9
	216	Tática antiga	TA 01	168,5	168,5	-	-
	217		TA 02	168,525	168,525	-	-
	218		TA 03	168,55	168,55	-	-
	219		TA 04	168,575	168,575	-	-

11.7 Faseamento do Sistema de Gestão de Operações

A Norma Operacional Permanente (NOP) 1401/2012, de 13 de abril define que o SGO compreende quatro níveis de desenvolvimento do modelo de gestão das operações, tendo por base os meios envolvidos, normalizando operacionalmente este faseamento. As quatro fases previstas apresentam complexidade crescente e compreenderão um número diferenciado de setores, equipas e células do Posto de Comando Operacional. Na Tabela IV.III.70 apresenta-se a Matriz de Referência da Evolução do Sistema de Gestão de Operações definido na NOP 1401/2012, de 13 de abril.

Tabela IV.III.70. Matriz de referência da evolução do Sistema de Gestão de Operações

FASES DO SGO	COMANDO	CÉLULAS DO PCO OBRIGATÓRIAS	N.º MÁXIMO DE EQUIPAS	SETORIZAÇÃO	FERRAMENTA DE SUPORTE DO SGO
FASE I	Mais graduado no TO	Nenhuma	6	Não obrigatória	Guia de Comando e Controlo
FASE II	Oficial Bombeiro	Operações	18	Até 3 setores	VCOT
FASE III	Comandante de Corpo de Bombeiros	Operações Logística Planeamento	54	Até 6 setores	VCOC
FASE IV	Estrutura de Comando da ANPC	Operações Logística Planeamento	216	Até 6 setores	VPCC

Legenda: **VCOT** – Veículo de Comando Operacional e Tático; **VCOC** – Veículo de Comando e Comunicações; **VPCC** – Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações.